

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

KARINE PEREIRA GOSS

**RETÓRICAS EM DISPUTA: O DEBATE ENTRE
INTELECTUAIS EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO
AFIRMATIVA PARA ESTUDANTES NEGROS NO BRASIL**

FLORIANÓPOLIS

2008

KARINE PEREIRA GOSS

**RETÓRICAS EM DISPUTA: O DEBATE ENTRE
INTELECTUAIS EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO
AFIRMATIVA PARA ESTUDANTES NEGROS NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política. Linha de Pesquisa: Movimentos sociais, participação e democracia. Sob a orientação da Professora Doutora Ilse Scherer-Warren.

FLORIANÓPOLIS

2008

KARINE PEREIRA GOSS

**RETÓRICAS EM DISPUTA: O DEBATE ENTRE
INTELECTUAIS EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO
AFIRMATIVA PARA ESTUDANTES NEGROS NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.

Aprovada pela Comissão Examinadora em:
Florianópolis, 18 de março de 2007.

Prof^a. Dr^a. Ilse Scherer-Warren (UFSC – Orientadora)

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho (UnB – Examinador)

Prof^a. Dr^a. Ângela Randolpho Paiva (PUC/RJ – Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Vânia Beatriz Monteiro da Silva (UFSC – Examinadora)

Prof. Dr. Julian Borba (UFSC – Examinador)

É isso que eu chamo de chance. Quando Max Weber fala em chance, é no sentido de oportunidade. E o que é oportunidade? A “capacidade de uma pessoa enfeitar o seu destino”, como diz Thomas Mann, é uma coisa que depende de oportunidade. Se a pessoa nunca tem oportunidade, não enfeita o seu destino. Na minha pesquisa sobre os negros descobri homens de muito talento, mulheres inteligentíssimas, mas que nunca tiveram oportunidade. Essas pessoas não podiam enfeitar o seu destino: só podiam sofrer a miséria, as dificuldades. Eram talentos perdidos (FERNANDES, 1995, p. 06).

Dedico
à vó Dada (*In memorium*)
aos meus pais: Tana e Matroá
ao meu companheiro Fernando
à minha filha Luisa

AGRADECIMENTOS

Já faz algum tempo que eu venho agradecendo a todas as pessoas que me ajudaram a concluir esta tese. Apesar de o trabalho acadêmico ser solitário, seu produto não se concretizaria sem o auxílio de uma rede de pessoas. É a estas pessoas que manifesto meu mais profundo agradecimento. O que tenho a oferecer nesse momento são palavras.

À minha muito amada filha Luisa, pelo carinho, pelos abraços nas horas certas, por sua paciência, por aceitar as ausências e por todas as alegrias que têm proporcionado desde que nasceu.

Ao Fernando, pelo companheirismo, que por ser jornalista sempre foi solicitado a revisar os textos, os trabalhos, a tese, pela paciência com meus momentos de impaciência, por sua dedicação e amor.

Aos meus pais Tana e Matroá, pelo apoio constante, por terem me ajudado a chegar até aqui, pelo cuidado de uma vida inteira que as palavras são insuficientes para demonstrar toda a gratidão.

À minha querida irmã Cátia, por sua amizade, por estar sempre disposta a ajudar, pelos conselhos em momentos difíceis e por ter me presenteado com dois sobrinhos adoráveis: o Felipe, meu afilhado, companheiro de supermercado, de piqueniques na frente da televisão e de conversas sobre super-heróis e o Theo, que agora é o “nosso” bebê.

Ao meu cunhado Sérgio, pela alegria nas festas, por sua cuidadosa revisão, pelas consultas gramaticais em horas impróprias, pela correção “vivenciada” da tese e comentada em conversas telefônicas.

À minha amiga Raquel Mombelli, por uma amizade longa e sincera, por todos os momentos nos quais compartilhamos as angústias do doutorado, pelas conversas e dicas, por ter me auxiliado, a partir de sua sensibilidade e conhecimento, a compreender melhor a situação da população negra neste país, pela dedicação e apoio que nunca foram negados.

Ao estimado primo Romário Antunes da Silva, por sua valiosa e imprescindível contribuição na normalização da tese, pelos constantes telefonemas atendidos com precisão e boa vontade, por sua dedicação carinhosa.

Ao querido amigo Luis Cardoso, pelo companheirismo e amizade que vieram de longe e que certamente jamais serão esquecidos.

À minha sobrinha Fernanda de Melo Goss, uma amiga prestativa e competente, consultora para o inglês e para as dúvidas jurídicas que porventura surgiram durante a elaboração da tese.

Ao amigo João Luiz Dornelles Bastos, pelas trocas de idéias acerca de nossos temas de pesquisa, por sua disponibilidade, pela leitura atenta da tese, pela amizade inesperada e enriquecedora.

À amiga Viviane Ribeiro Corrêa, companheira de trabalho no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), por todos os muitos bons e maus momentos vividos.

À amiga e colega Marivone Piana, pelos caminhos que percorremos juntas durante o curso: os trabalhos elaborados em conjunto, as longa conversas, as viagens, por sua animação e força de vontade que inspiram quem está ao seu lado.

Ao amigo Fernando Taques, pelas críticas mordazes, pelos cafés acompanhados de teoria e de terapia, pelo senso de humor maravilhoso.

À amiga Viviane Teixeira, pelo apoio em horas incertas, pelas conversas e conselhos virtuais, por sua amizade.

Às queridas amigas que mesmo distantes, são sempre lembradas: Kelly Prudencio e Wivian Weller.

Há pessoas que mesmo não tendo colaborado diretamente com o trabalho são significativas: tia Vânia, que de longe sempre manifesta seu carinho e tia Mariza, com sua vivacidade contagiante.

Às primas e amigas Cibele da Silva Biscaíno, Sinara Antunes da Silva e Simone Antunes da Silva, pelos agradáveis momentos passados na infância e prolongados em nossas memórias.

À Graça Regina da Conceição, por auxiliar na vida doméstica e mantê-la ordenada para que eu pudesse trabalhar e pela amizade de muitos anos.

À Fátima e à Albertina por constantemente estarem dispostas a ajudar a organizar as questões burocráticas que devemos cumprir, por anos de uma convivência amistosa e agradável.

Aos colegas da “Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-racial para ingresso na UFSC/Processo Vestibular”, especialmente à Vânia Beatriz Monteiro da Silva, incansável batalhadora das trincheiras acadêmicas e militante, e ao Marcelo Tragtenberg, por sua vontade e determinação em implementar uma política de ação afirmativa para a UFSC, por sua coragem em enfrentar as adversidades e por nos animar com sua eterna boa disposição.

Duas professoras são exemplos intelectuais que procurarei perseguir: Ilka Boaventura Leite, pelo apoio e o respeito concedidos, por ter me incentivado a seguir trabalhando com esse tema, pelas conversas prolongadas, por suas sábias palavras. À Tamara Benakouche, por sua leitura lógica e objetiva, por saber apontar as falhas e os acertos e fazer as perguntas certas, por sua preciosa dedicação e exemplo de vida.

Ao professor Julian Borba, por suas valiosas indicações bibliográficas e pela disponibilidade em oferecer sua leitura e comentários sempre que solicitados.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa que permitiu minha dedicação exclusiva ao doutorado.

Finalmente, gostaria de agradecer à minha orientadora, professora Ilse Scherer-Warren. Com ela compartilhei diferentes momentos da vida acadêmica e aprendi a cultivar valores e características importantes não somente para a pesquisa, mas para a vida: a responsabilidade, a dedicação, a perseverança, o respeito, a confiança, a amizade e a indignação frente a injustiças que parecem banais. Por tudo isso e porque ela é uma mulher que soube transformar sua trajetória de vida em um exemplo, eu agradeço muitíssimo.

RESUMO

A implementação de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras gerou um intenso debate em diversos campos sociais. As discussões sobre as políticas de ação afirmativa mobilizaram não somente atores organizados da sociedade civil brasileira como também a *intelligentsia* nacional. Em paralelo ao debate instalado na mídia a partir de 2002, iniciou-se também uma disputa acadêmica em torno do tema. Entender o porquê dessa disputa tão acirrada entre os intelectuais brasileiros sobre a necessidade ou não de aplicação dessas políticas constitui o objetivo principal da pesquisa. Para isso, serão analisadas as principais proposições apresentadas por cientistas sociais, mais especificadamente representantes da antropologia e da sociologia. Há pelo menos duas posições bem demarcadas nas ciências sociais a respeito do tema: os intelectuais contrários às políticas de ação afirmativa e aqueles que se posicionam favoravelmente. Seus argumentos serão analisados a partir de uma tipologia criada por Albert Hirschman (1992). Os autores que desenvolvem argumentos em oposição às ações afirmativas são partidários de uma retórica denominada de conservadora, enquanto os que defendem tais políticas são classificados como partidários de uma retórica progressista. Hirschman delimita três teses da retórica conservadora que foram elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, em diferentes épocas, em relação a políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese de ameaça. Para cada tese da retórica conservadora, o autor elabora contrapartidas progressistas originando dessa maneira pares que se contrapõem e se complementam. É possível concluir que as duas retóricas em embate refletem posturas diferenciadas dos intelectuais em relação à ciência e à política. Além disso, os partidários das duas retóricas partilham de concepções diversas a respeito de conceitos importantes utilizados nas ciências sociais brasileiras, especialmente o de raça e o de mestiçagem. Tanto a vinculação dos intelectuais com a ciência e com a política quanto as matrizes teóricas que usam para explicar a nação incidem sobre seus posicionamentos relativos à implantação de ações afirmativas para estudantes negros no Brasil.

Palavras-chave: Ação afirmativa. Estudantes negros. Intelectuais. Retórica progressista. Retórica conservadora.

ABSTRACT

The implementation of politics of affirmative action for black students in the Brazilian public universities generated an intense debate in several social spheres. The quarrels on the politics of affirmative action had not only mobilized organized actors of the Brazilian civil society as well as the national intelligentsia. In parallel to the debate installed in the media from 2002, an academic dispute around the subject was also initiated. To understand why this dispute so incited between the Brazilian intellectuals on the necessity or not of application of these politics do not constitute the main objective of the research. For this, the main proposals presented for social scientists, more specifically anthropology and sociology representatives will be analyzed. It has at least two well demarcated positions in social sciences regarding the subject: contrary intellectuals to the politics of affirmative action and those favorable. Its arguments will be analyzed from a tipology created for Albert Hirschman (1992). The authors who develop arguments in opposition to the affirmative actions are partisan of a called rhetoric of conservative, while the ones that defend such politics are classified as partisan of a progressive rhetoric. Hirschman delimits three theses of the rhetorical conservative that had been elaborated by intellectuals, many of them social scientists, at different times, evaluating politics as progressive and/or reformist: the thesis of the perversity, the thesis of the futility and the thesis of threat. For each thesis of the rhetorical conservative, the author elaborates progressive counterparts, originating pairs that oppose and complement each other. It is possible to conclude that the two rhetorical in shock reflect differentiated positions of intellectuals in relation to science and politics. Moreover, the partisans of the two rhetorical share diverse conceptions regarding important concepts used in Brazilian social sciences, especially of race and of mestization. As much as the entailing of the intellectuals to science and politics than the theoretical matrices that they use to explain the nation happens on its relative positionings to the implementation of affirmative actions for black students in Brazil.

Key words: Affirmative action. Black students. Intellectuals. Progressive rhetoric. Rhetorical conservative.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PRINCIPAIS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS À ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	18
1.2 CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	20
1.3 BASES JURÍDICO-FILOSÓFICAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	23
1.4 O CAMINHO ATÉ A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL	25
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
1.6 ESTRUTURA DA TESE	31
2 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO E/OU ACADÊMICO, O PAPEL DA RETÓRICA E A POSIÇÃO DOS INTELECTUAIS	33
2.1 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO E O LUGAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	34
2.2 CIÊNCIA E RETÓRICA	40
2.2.1 Retórica	40
2.2.2 A reabilitação da retórica	42
2.2.3 Ciência como retórica	45
2.3 OS INTELECTUAIS E AS QUESTÕES POLÍTICAS	47
2.4 AS RELAÇÕES ENTRE OS INTELECTUAIS, O CAMPO POLÍTICO E O CAMPO DA MÍDIA	53

2.5 INTELLECTUAL: “A MORALIDADE DO COMPROMISSO”	56
3 RAÇA, MISTIÇAGEM E NAÇÃO: RECORRENTES <i>TOPOI</i> DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS	59
3.1 TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE RAÇA	62
3.2 A PREOCUPAÇÃO COM A RAÇA, O PROTAGONISMO DA MISTIÇAGEM E A INCORPORAÇÃO DAS TEORIAS RACIALISTAS PELOS INTELLECTUAIS E OS “HOMENS DE SCIENCIA” NO BRASIL	64
3.3 O BRASIL MESTIÇO: A MISTURA DE RAÇAS.....	72
3.4 AS NARRATIVAS DA NAÇÃO NO BRASIL	83
4 A RETÓRICA CONSERVADORA NO PENSAMENTO ACADÊMICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.....	92
4.1 A RETÓRICA CONSERVADORA	93
4.1.1 A tese da perversidade relacionada aos três momentos de reação às políticas progressistas e/ou reformistas.....	95
4.1.2 A tese da futilidade relacionada aos três momentos de reação às políticas progressistas e/ou reformistas	97
4.1.3 A tese da ameaça ou do risco relacionada aos três momentos de reação às políticas progressistas e/ou reformistas.....	100
4.2 AS TRÊS TESES CONSERVADORAS EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE COTAS	102
4.2.1 A tese da perversidade	103
4.2.2 A tese da futilidade.....	106
4.2.3 A tese da ameaça	125
5 A RETÓRICA PROGRESSISTA NO PENSAMENTO ACADÊMICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.....	141

5.1 CONTRAPARTIDA À TESE DA AMEAÇA: O PRINCÍPIO DA SINERGIA OU DO APOIO MÚTUO	142
5.2 CONTRAPARTIDA À TESE DA FUTILIDADE: O PROGRESSO COM CARÁTER DE LEI	143
5.3 CONTRAPARTIDA À TESE DA PERVERSIDADE: INVOCAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CRISE DESESPERADORA	144
5.4 CONTRAPARTIDAS ÀS TESES DA RETÓRICA CONSERVADORA EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	144
5.4.1 A invocação da crise desesperadora	145
5.4.2 Estamos perdendo o trem da história	147
5.4.3 A eficácia das políticas progressistas e/ou reformistas.....	149
5.5 OS LUGARES DA QUANTIDADE E OS LUGARES DA QUALIDADE	152
5.6 MUDAR DE POSIÇÃO: UMA ATITUDE AUTO-SUBVERSIVA OU REVISIONISTA?	154
5.7 CONSELHOS AOS PROGRESSISTAS.....	161
6 CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173

1 INTRODUÇÃO

O processo de implementação de ações afirmativas no Brasil, especialmente o estabelecimento de cotas para estudantes negros no ensino superior público, provocou uma enorme controvérsia, transformando-se em uma questão polêmica sobre a qual não se tem consenso e que estimula diferentes posições de diversos setores da sociedade.

As discussões sobre as políticas de ação afirmativa mobilizaram não somente atores organizados da sociedade civil brasileira como também a *intelligentsia* nacional. Os debates, desde pelo menos o ano de 2003, tornaram-se freqüentes nos meios de comunicação, nas universidades, na Câmara dos Deputados, no Senado etc.

Os argumentos que compõem o debate estruturam um conjunto de opiniões e teses que aparecem periodicamente na mídia, nos depoimentos dos representantes dos campos sociais produtores de discursos e nas relações cotidianas das pessoas. Frente a todas essas discussões, um dos questionamentos que pode ser feito é por que o estabelecimento de políticas de ação afirmativa mexe de forma tão intensa com tantos campos da vida social?

Uma resposta provisória a essa questão é que o tema coloca em xeque uma certa “atitude natural”, nos termos de Schütz (1979, p. 81), em relação ao problema racial no Brasil. O “pensar como sempre”¹ de muitos grupos é questionado, pois tanto o mito da “democracia racial” quanto a “ideologia da mestiçagem” perdem sua eficácia política e simbólica no momento em que determinado setor da população reivindica direitos até então pouco requisitados. Ainda de acordo com Schütz, o “pensar como sempre” de determinados grupos será mantido enquanto certas condições estiverem estabelecidas: a vida social permanecer mais ou menos a mesma, sem maiores alterações; até quando houver possibilidade de confiança nos diversos tipos de conhecimentos que temos acesso; se mesmo com pouco conhecimento sobre os acontecimentos podemos controlá-los e, ainda, quando os códigos de interpretação que possuímos não pertencerem à esfera pessoal de conhecimento e, da mesma forma, forem aceitos. Num primeiro exame parece que

¹ “[...] inclui as suposições ‘óbvias’ relevantes para determinado grupo social, [...] bem como suas contradições e ambivalências inerentes [...]” (SCHÜTZ, 1979, p. 81).

essa “atitude natural” perante a discriminação racial, que já vinha sendo questionada há algum tempo conforme comprovam vários autores², está definitivamente sendo colocada à prova.

Em paralelo ao intenso debate instalado na mídia a partir de 2002, iniciou-se também uma disputa acadêmica em torno do tema. Antropólogos e sociólogos, principalmente, mas também cientistas políticos, juristas, economistas, historiadores, entre outros representantes do campo acadêmico, divulgaram argumentos favoráveis e contrários à aplicação das cotas no ensino superior. Apesar de já existirem cerca de 51 universidades públicas³ com algum tipo de política da ação afirmativa implementada, a área das ciências sociais ainda se encontra explicitamente dividida entre os intelectuais contrários e os favoráveis a essas medidas. Entender o porquê dessa disputa tão acirrada entre os intelectuais brasileiros sobre a necessidade ou não de aplicação dessas políticas constitui o objetivo principal desta pesquisa. Para isso, serão analisadas as principais proposições apresentadas pelos representantes das duas posições dentro das ciências sociais, mais especificamente da antropologia e da sociologia.

Vários autores sinalizam uma divisão de interpretação dos cientistas sociais brasileiros a respeito da implantação das políticas de ação afirmativa. Sérgio Costa (2002a), em artigo sobre os dilemas do anti-racismo no Brasil, classifica as duas principais posições como anti-racismo integracionista e anti-racismo igualitarista. As posturas integracionista e igualitarista são as duas formas como se estruturou o anti-racismo no Brasil. Tais posições podem ser encontradas não apenas no campo acadêmico, mas também no campo político e, inclusive, nos movimentos sociais.

De acordo com a categorização do autor, os igualitaristas acreditam que para se chegar a uma igualdade substantiva na sociedade brasileira devem ser explicitadas as hierarquias raciais presentes nas relações sociais. A implantação de

² Desde a década de 1950, a forma como o racismo e a discriminação racial no Brasil eram interpretados foram questionados por autores como Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, entre muitos outros autores.

³ De acordo com levantamento realizado no primeiro semestre de 2008, pelo Laboratório de Políticas Públicas, responsável pelo Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCor), 51% das universidades estaduais e 42% das federais desenvolvem algum programa de ação afirmativa. Pelo menos 50% dessas instituições têm como beneficiários alunos negros, pobres ou oriundos da rede pública de ensino. A maioria das instituições utiliza a política de cotas. Uma listagem completa das universidades que adotam algum tipo de ação afirmativa pode ser encontrada na página: www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/univeridades_com_cotas.asp.

políticas de ação afirmativa seria uma das formas de diminuir as desigualdades étnico-raciais no acesso a direitos de cidadania. Já para os integracionistas, a dinâmica cultural brasileira é inclusiva e oferece uma convivência efetiva entre os diferentes grupos de “cor”. Para os adeptos dessa corrente, o combate ao racismo deve ser feito mantendo-se as identidades fluidas entre os grupos. Ainda dentro desse entendimento, a realidade racial de cada país precisa ser tratada em seus próprios termos e não devem ser utilizadas políticas produzidas por outras culturas e em contexto diverso⁴.

A separação de posições dentro do campo anti-racista não é específica do Brasil. Wieviorka (1995) assinala uma divisão semelhante no contexto internacional, classificando dois tipos de anti-racismo: o anti-racismo universalista e o anti-racismo diferencialista. No primeiro caso, procura-se atingir políticas de caráter universalista que não comportem qualquer tipo de dimensão identitária, por considerar que fenômenos como o racismo afetam indivíduos e não grupos. O objetivo é o estabelecimento de igualdade de direitos individuais. O país que mais se identifica com essa orientação, ainda segundo o autor, é a França, devido à sua cultura política integracionista e republicana. A crítica mais contundente ao anti-racismo

⁴ As noções de raça e etnia se encontram muitas vezes mescladas e são utilizadas indistintamente. No caso desta pesquisa é necessário salientar que se parte do pressuposto de que a categoria raça não denota uma hereditariedade biossomática, mas resulta das percepções das diferenças físicas incidirem nas relações sociais de diferentes grupos. Se raça ainda possui validade enquanto uma noção sociológica é por que representa um signo importante para as relações sociais. Porém, o interesse da sociologia seria pelas relações raciais e não pela raça enquanto tal. Na interpretação de Wade (apud Poutignat e Streiff-Fenart 1998), mesmo considerando-se raça uma constituição social, acaba-se abordando a variação fenotípica como natural. O que deve ser feito, de acordo com o autor, é salientar que as diferenciações fenotípicas valorizadas são aquelas salientadas na expansão colonial européia nos demais continentes. As pesquisas sobre relações raciais, portanto, são inseparáveis da história de um discurso ocidental e de suas conseqüentes transformações (POUTIGNAT; STREIFF-FENART 1998).

Já um grupo étnico pode ser definido não a partir de suas características comuns, mas na forma como produz e mantém suas diferenças em relação a outros grupos. Nesse caso é a “comunicação das diferenças” (Poutignat e Streiff-Fenart 1998, p. 40) apropriadas pelos indivíduos que estabelece as fronteiras étnicas.

No caso do Brasil, o contingente negro da população desde o período pós-abolição foi colocado numa situação não-étnica, o que não ocorreu com os indígenas. Apesar disso, amplas camadas da população negra produziram uma cultura e um conjunto de valores comuns, que de certa forma as ajudaram na construção de uma identidade que as mobiliza nas lutas por seus direitos. Segundo Almeida (2000), este é o momento do aparecimento de uma etnicidade negra no Brasil que até agora nunca tinha tido tanta visibilidade e que reivindica direitos de pertencimento à ordem político-econômica ao que ainda resta do Estado-nação.

A expressão grupos de “cor” está relacionada aos estudos efetuados por pesquisadores norte-americanos da década de 1940 até a década de 1960, os quais percebiam no Brasil a existência de diferentes grupos de “cor” e não propriamente de diferenças raciais.

Embora as expressões étnico e racial sejam usadas em alguns momentos deste trabalho de forma não-distinta é preciso deixar claro que todas essas pressuposições são consideradas.

universalista é quanto a sua incapacidade de levar em consideração as realidades identitárias específicas de grupos submetidos a situações de racismo, além de outras formas de problemas interculturais.

No segundo caso, as políticas anti-racistas apresentam uma dominante diferencialista, no sentido de que reconhecem a existência de minorias e a necessidade da execução de medidas específicas que coíbam a discriminação a esses grupos. O país que melhor exemplifica essa postura é os Estados Unidos, seguido pelo Reino Unido. São características do anti-racismo diferencialista a adoção de políticas de ação afirmativa, ação positiva e *equal opportunity policies*. Os críticos do anti-racismo diferencialista, de acordo com Wieviorka (1995, p. 367), apontam o fato de que esses tipos de políticas podem privilegiar certos grupos em detrimento de outros, além de reforçar um tipo específico de racismo, dos “brancos pobres”. Em outras palavras, os “brancos pobres” podem se sentir discriminados por não terem acesso às mesmas medidas que os negros e conseqüentemente desenvolverem atitudes racistas. Outra crítica é que as políticas de ação afirmativa podem ter o efeito de racializar a vida política em seus diversos níveis.

Tanto as características dessas duas formas de anti-racismo, como as críticas que sofrem assemelham-se com o debate atualmente travado no Brasil. A posição da corrente integracionista é análoga à do anti-racismo universalista. Aqui, como na França, há uma forte tradição de integração republicana dos grupos sociais e não de diferenciação. Já a corrente igualitarista aproxima-se do que Wieviorka qualifica como anti-racismo diferencialista. Isso não significa, entretanto, que a disputa que ocorre no Brasil é uma reprodução do que está ocorrendo em nível internacional, mas apenas indica a ampla ressonância do tema.

A antropóloga Lilia Schwarcz (2005/2006) também propõe uma divisão no tratamento da exclusão racial no Brasil, mas diferentemente de Costa, ela não situa essa divisão dentro do que o autor denomina de anti-racismo. De acordo com sua interpretação, o tema pode ser equacionado a partir de pelo menos duas posições: uma delas é defendida por aqueles que optam por políticas mais universalistas e medidas mais igualitárias, ao mesmo tempo em que recuperam uma matriz ibérica de nação assentada na mestiçagem. Esses intelectuais não aceitam a política de cotas porque ela representaria uma racialização da sociedade brasileira. A outra posição é representada por aqueles pesquisadores que, mesmo sabendo dos limites

do conceito de raça, o aplicam porque vêem sua inserção efetiva nas práticas sociais. Nesse caso, as políticas de ação afirmativa seriam uma das formas de grupos discriminados alcançarem equiparação de oportunidades em relação a grupos que se encontram historicamente em condições sociais mais favoráveis.

No caso desta pesquisa, também foi realizada uma divisão da posição dos intelectuais brasileiros em torno da implementação das políticas de ação afirmativa. Essas duas posições são classificadas, a partir de uma tipologia criada por Albert Hirschman⁵ (1989, 1992), da seguinte forma: os intelectuais contrários às políticas de ação afirmativa desenvolvem o que Hirschman denomina de uma **retórica conservadora** e os intelectuais favoráveis a essas medidas compartilham de uma **retórica** caracterizada como **progressista**.

Feres Júnior (2005)⁶ também utiliza a tipologia de Hirschman no exame dos argumentos de intelectuais contrários às ações afirmativas. Porém, o autor concentra sua análise apenas na retórica conservadora, restringindo-se às teses da ameaça e do efeito perverso. Algumas questões apontadas por Feres Júnior serão retomadas em capítulos posteriores.

Conforme mais adiante será devidamente elucidado, não se está fazendo uma análise em termos de estilo de pensamento conservador ou progressista, mas sim em relação às idéias desenvolvidas a respeito de uma determinada política social. A divisão dos argumentos dos intelectuais nesses dois tipos não significa que não existam diferenças internas em cada um dos grupos. Porém, há determinados elementos consensuais utilizados em ambas as retóricas que permitem essa classificação. Isso não elimina a possibilidade de serem realizadas outras formas de classificação ou criadas outras tipologias.

⁵ No estudo efetuado por Hirschman, conforme ficará explicitado nos capítulos 4 e 5, o autor refere-se, em primeiro lugar, à elaboração de uma retórica conservadora em diferentes períodos históricos, sempre que importantes políticas progressistas e/ou reformistas foram propostas. Em seguida, ele propõe antíteses complementares a cada uma das teses da retórica conservadora. Seu trabalho não se ateve à análise de políticas de ação afirmativa que, no caso desta pesquisa, estão sendo consideradas políticas de cunho progressista e/ou reformista.

⁶ O texto de Feres Júnior: *Ação afirmativa no Brasil: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião douda*, foi apresentado no Seminário Internacional “Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós Durban”, realizado de 20 a 22 de setembro de 2005, em Brasília. O *paper* além de avaliar dois processos de implementação de políticas de ação afirmativa em universidades, trata da posição dos intelectuais em relação a essas políticas públicas e à sua presença na mídia. O texto foi gentilmente cedido pelo autor.

1.1 PRINCIPAIS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS À ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

As políticas de ação afirmativa ganharam visibilidade no Brasil principalmente a partir do fato de a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) terem adotado cotas para estudantes negros⁷ no vestibular de 2003, em decorrência da aplicação de uma lei estadual. O acontecimento ganhou evidência imediata nos meios de comunicação de massa, sendo possível observar uma postura extremamente parcial, num primeiro momento, tanto nas matérias de jornal quanto nas reportagens de televisão. Em sua maioria, os meios de comunicação assumiram uma posição visivelmente contrária ao estabelecimento de cotas para estudantes negros nas universidades. Apesar desse episódio ter gerado uma maior repercussão, a Universidade de Brasília (UnB) iniciou em 1999 um processo de discussão a respeito de uma proposta de cotas, que seria aprovada em 2003, através de uma iniciativa da própria universidade.

No Brasil, a discussão desse tema, a exemplo do que recentemente aconteceu nos Estados Unidos, também vem acompanhada de polêmica. No entanto, lá o debate ocorre depois de pelo menos quatro décadas de implementação de tais políticas, enquanto aqui a disputa situa-se em termos da necessidade ou não da sua aplicação. Alguns dos principais argumentos contrários à aplicação de cotas no ensino superior brasileiro, que podem ser encontrados em publicações especializadas e nos meios de comunicação, em geral são os seguintes⁸:

⁷ O estabelecimento de cotas para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e para a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Vargas (UENF) foi regulamentado pela Lei Estadual 3.524/2000, que em seu artigo 2º reserva 50% das vagas nos cursos de graduação das duas universidades para candidatos que tenham frequentado a escola pública durante todo o período escolar. Já a Lei Estadual 3.708/2001, em seu artigo 1º, reserva 40% de vagas nos cursos de graduação de ambas as instituições para negros e pardos. Para maiores detalhes sobre o processo seletivo das duas universidades, consultar: *Ciência Hoje*, n. 29, onde há um extenso artigo que trata da questão. Essa lei foi modificada em 14 de agosto de 2003 e atualmente estabelece que 20% das vagas serão destinadas a estudantes da rede pública de ensino, 20% a candidatos negros e 5% a estudantes portadores de deficiências físicas e integrantes de minorias étnicas.

⁸ A maioria dos autores que trata do tema das ações afirmativas discute sobre a argumentação contrária à implementação dessas políticas. Entre eles pode-se destacar: CONTINS, Márcia; SANT'ANA, Luis Carlos (1996), GOMES, Joaquim B. Barbosa (2000) e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (1999), entre muitos outros.

- A adoção de políticas de ação afirmativa demanda o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais dos brasileiros e isso contraria um ideário valorizado a respeito da mestiçagem.
- As ações afirmativas causarão uma divisão perigosa entre negros e brancos no Brasil.
- A aplicação de políticas de ação afirmativa implica necessariamente a retomada do conceito de raça, apesar do fato de os defensores dessas medidas afirmarem que o termo se refere a uma construção social e não biológica.
- A defesa da igualdade de tratamento dos indivíduos de acordo com o mérito.
- A dificuldade de classificação dos sujeitos dessas políticas em decorrência da existência de uma população mestiça.
- A falta de consenso, mesmo dentro da academia, de que as desigualdades raciais, apesar de correlatas à questão de classe, são distintas das desigualdades de classe.
- O fato de esse tipo de política não beneficiar a população negra em geral, mas apenas uma pequena parcela dessa população.
- A resolução do problema das desigualdades étnicas viria com a implantação de políticas universalistas e não de políticas diferencialistas ou focalistas.
- Os negros contemplados com a política de cota racial seriam ainda mais discriminados e estigmatizados.

Alguns dos principais argumentos favoráveis à implementação de cotas no ensino superior brasileiro, que pretendem justificar a legitimidade desse procedimento, são⁹:

⁹ Os argumentos favoráveis à aplicação das políticas de ação afirmativa foram retirados especialmente das obras de CARVALHO, José Jorge de (2004, 2005a e b); SEGATO Rita Laura (2005/2006); FERES JÚNIOR, João (2006).

- Reparação – as cotas funcionam como um mecanismo de justiça reparatória pelos 300 anos de escravidão. Seriam também uma espécie de compensação que a comunidade negra reivindica por uma dívida que a sociedade brasileira como um todo tem para com esse contingente populacional.
- Cobrança de um direito – apesar de a Constituição de 1988 garantir a todos os cidadãos tratamento igual em relação aos serviços públicos oferecidos pelo Estado, é imensa a desigualdade de participação da comunidade negra nas universidades quando comparada à dos brancos. Nesse sentido, as cotas representariam a concessão de um direito já previsto constitucionalmente.
- Promoção da diversidade étnica e social – a presença de negros e índios seria uma forma de enriquecer o ambiente acadêmico. Esse argumento diz respeito à própria dinâmica da instituição universitária, pois a presença de negros e indígenas diversificaria a produção de saberes e poderia provocar uma revisão em conteúdos eurocêntricos, além de proporcionar o contato com a diversidade de culturas, modos de vida, visões de mundo etc.
- Intensificação da luta anti-racista – propor cotas é uma forma de abrir uma discussão até há pouco tempo muito silenciada sobre o racismo no Brasil. Essa seria uma das formas de reconhecer que as práticas racistas estão presentes no ambiente acadêmico e que é preciso discutir sobre isso e tomar posições.

1.2 CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

De acordo com o sociólogo Edward Telles (2003), as políticas sociais do Brasil que procuram combater o racismo podem ser divididas em dois grupos: legislação anti-racismo e ação afirmativa. No primeiro caso, as pessoas podem recorrer à lei após terem sofrido discriminação. Este tipo de legislação existe desde 1951, porém leis mais eficazes só surgiram em 1988, com a nova Constituição. No

segundo caso, busca-se prevenir a discriminação e contribuir para o estabelecimento de uma justiça reparatória. Para isso, as políticas de ação afirmativa incluem uma ampla série de mecanismos que visam criar oportunidades iguais e reduzir o racismo. As ações afirmativas podem utilizar cotas numéricas ou outros tipos de medidas como, por exemplo, pontos de bonificação, entre outras. .

O país com experiência histórica mais prolongada na aplicação de políticas de ação afirmativa é a Índia¹⁰. O sistema foi implantado desde 1948, ainda sob domínio inglês, e após a independência foi ratificado. Um dos exemplos dessas políticas são as medidas que ampararam os chamados “intocáveis” (*dalits*) – e lhes garantiram acesso a empregos públicos e a universidades (CARVALHO, 2005; D’ADESKY, 2001 e FERES JÚNIOR, 2006).

Já nos Estados Unidos as ações afirmativas foram implantadas somente na década de 1960, em grande parte como resultado da luta da população negra pelos direitos civis. A expressão *affirmative action* foi utilizada pela primeira vez em um documento oficial, a *Executive Order* nº 10.925, expedida pelo presidente John F. Kennedy dois meses após assumir a presidência, em 1961. O texto estabelecia a criação de uma “Comissão Presidencial sobre Desigualdade no Emprego” (WALTERS, 1995 e MENEZES, 2001).

Apesar de a Índia ter sido o primeiro país a adotar as políticas de ação afirmativa, a recepção do tema no Brasil veio especialmente dos Estados Unidos. Feres Júnior (2006) destaca algumas razões para a significativa influência da experiência norte-americana. A primeira delas refere-se às similitudes históricas entre os dois países, que se constituem nas maiores colônias européias a utilizarem o trabalho escravo dos africanos e de seus descendentes. Em segundo lugar, há a forte influência mundial da cultura norte-americana. Uma terceira razão é que as formas de luta e mobilização do movimento negro dos Estados Unidos tornaram-se uma referência muito importante para o movimento negro no Brasil. Em quarto lugar pode-se citar a dominância do modo norte-americano de tratar com a questão racial em diferentes organismos e instituições internacionais e a dependência do Brasil em

¹⁰ O intelectual indiano Bhimrao Ramji Ambedkar foi líder dos *dalits* e conseguiu colocar na Constituição da Índia independente, em 1948, a necessidade de cotas (tratamento preferencial) para os *dalits* e outros grupos tribais no sistema educacional e no serviço público.

relação a eles. E, por fim, a crescente ascendência de autores norte-americanos na academia brasileira.

As políticas de ação afirmativa representaram uma mudança drástica na postura do Estado, que passou a levar em conta em suas decisões fatores como raça, cor, sexo e origem nacional. O princípio de neutralidade estatal fundamental às sociedades liberais passou a ser questionado, pois o Estado teve que renunciar a essa postura e assumir uma posição ativa em defesa de grupos historicamente subordinados e discriminados.

Num primeiro momento, as ações afirmativas foram definidas como uma espécie de encorajamento dado pelo Estado a pessoas ou instâncias com certo poder decisório em áreas públicas, para que considerassem nas decisões relacionadas à educação e ao mercado de trabalho condições que poderiam provocar desvantagem a determinados grupos. Posteriormente, por volta da década de 1960 e início da década de 1970, nos Estados Unidos, em decorrência da ineficácia dessas medidas tímidas foi desenvolvida a idéia da igualdade de oportunidades, através da implementação de cotas, com o objetivo de favorecer a presença de negros e mulheres no mercado de trabalho e em instituições de ensino.

Fica explícita então uma concepção de igualdade que difere da igualdade liberal. O que se busca é chegar a uma igualdade de fato e não a uma suposta igualdade em abstrato. Segundo Gomes (2003, p. 20), há uma mudança na concepção de igualdade, que ultrapassa uma “noção estática ou formal” para chegar a uma noção “substancial”. O ser humano passa a ser encarado a partir de sua especificidade. Ainda segundo o autor, quando o Estado adota políticas de ação afirmativa ou, de acordo com a terminologia do direito europeu, de discriminação positiva, ele abandona a posição de neutralidade e passa a atuar efetivamente no sentido de proporcionar a seus cidadãos igualdade jurídica e social. Uma das definições de ação afirmativa utilizada no Brasil foi formulada por Joaquim Barbosa Gomes (2003, p. 27), ministro do Superior Tribunal Federal:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Ainda de acordo com a interpretação de Gomes (2001, p. 44), muitos objetivos justificam a implementação de políticas de ação afirmativa. O principal deles é a “concretização do ideal da igualdade de oportunidades”. Essa política possibilita a obtenção de uma igualdade concreta, já que o ideal de uma igualdade formal, presente na maioria das constituições, torna-se difícil de ser alcançado sem estratégias que favoreçam grupos ou indivíduos que se encontram em situações desfavoráveis ou desvantajosas perante outros grupos ou segmentos sociais.

Outro objetivo apontado pelo autor é o de induzir a transformações culturais, pedagógicas e psicológicas nas sociedades em que tais ações são aplicadas, visto que elas possuem um caráter de exemplaridade. Além disso, as ações afirmativas visam eliminar as persistentes conseqüências da discriminação, que tendem a se perpetuar, como também abolir as “barreiras invisíveis” que impedem o desenvolvimento de determinados grupos discriminados, como por exemplo os negros e as mulheres.

Gomes também chama a atenção para o fato de que, por meio das ações afirmativas, é possível implementar uma certa diversidade dos grupos minoritários em diversos setores, tanto públicos quanto privados. Um último objetivo relevante para colocar em prática essas ações seria o de criar “personalidades emblemáticas” que servirão de exemplo e incentivo para as gerações mais jovens.

1.3 BASES JURÍDICO-FILOSÓFICAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas podem ser fundamentadas por diversos postulados filosóficos e jurídicos. Dois desses princípios se destacam: o da justiça compensatória e o da justiça distributiva. No caso da justiça compensatória, o argumento central seria o de corrigir os efeitos de discriminações passadas ou

ressarcir danos causados por diferentes agentes – poder público, determinadas pessoas ou grupos. Dentro dessa visão, a melhor forma de reparar esses danos seria aumentar as possibilidades das vítimas de obterem melhores condições de emprego, de acesso à educação e a posições de prestígio. O problema com esse tipo de fundamentação é que somente os responsáveis pelos atos devem ser penalizados e apenas as vítimas reais podem ser de alguma forma ressarcidas (GOMES, 2001; MENEZES, 2001).

O argumento da justiça distributiva é o que melhor fundamenta a aplicação das ações afirmativas. O pressuposto dessa noção é o de que os indivíduos ou os grupos sociais têm o direito de reivindicar determinadas vantagens, benefícios ou direitos, porque as condições em que vivem não possibilitam tal equidade em relação a outros indivíduos ou grupos. A ação afirmativa, nesse caso, permitiria uma igualdade proporcional “na distribuição de direitos, privilégios e ônus entre os membros da sociedade” (MENEZES, 2001, p. 38). Ronald Dworkin é um dos autores que defende a tese distributivista, porém sua argumentação está baseada na utilidade social. Para esse autor, além do fato de a ação afirmativa favorecer a uma maior participação de certos grupos na sociedade, ela ainda teria por finalidade proporcionar a redução das desigualdades sociais para a sociedade como um todo. Portanto, os custos que teriam que ser suportados, mesmo por aqueles indivíduos ou grupos não beneficiados por essas políticas, poderiam ser justificados porque elas acabam se revertendo em um bem maior para toda a comunidade (GOMES, 2001; MENEZES, 2001).

Algumas vertentes do multiculturalismo, especialmente a derivada dos trabalhos de Charles Taylor, também são utilizadas para justificar as políticas de ação afirmativa. De acordo com a interpretação de Taylor (1994), os cidadãos com identidades e etnias diversas das dominantes devem ser representados com equidade perante os Estado e suas instituições. Porém, o que muitas vezes ocorre é que esses grupos não têm suas especificidades reconhecidas. Tanto o “não reconhecimento” quanto o “reconhecimento incorreto” podem ser formas de opressão que alteram o modo de ser dos indivíduos, provocando danos estruturais em sua personalidade. Essas formas de “não reconhecimento” ou de reconhecimento precário ou distorcido estão relacionadas à discriminação e ao preconceito disseminados na sociedade, o que dificulta o alcance de uma sociedade

mais igualitária. As ações afirmativas, de acordo com essa interpretação, não visam somente a concessão de direitos materiais a determinados grupos, mas implicam o reconhecimento de que “o respeito devido não é um acto de gentileza para com os outros. É uma necessidade humana vital” (TAYLOR, 1994, p. 46). Nesse sentido, a utilização de políticas de ação afirmativa pode ser justificada pela adoção do princípio do reconhecimento das diferenças, considerando que os diversos grupos presentes em determinada sociedade estão expostos a condições desiguais no acesso a bens e a direitos materiais ou simbólicos.

1.4 O CAMINHO ATÉ A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL

Apesar de as ações afirmativas se constituírem em uma prática recente e fomentarem uma ampla discussão no Brasil, é possível assegurar que o contexto social e histórico para que isso acontecesse estava se configurando desde a década de 1980. Alguns eventos que aconteceram no Brasil – a partir do processo de redemocratização – e no exterior colaboraram para que o tema atingisse tamanha amplitude. Hoje existe uma rede que atua em prol dessas políticas formada por diversas organizações do movimento negro, por intelectuais, por organismos e agências nacionais e internacionais que financiam projetos de ação afirmativa, além de órgãos governamentais. Uma série de acontecimentos ocorridos em um passado recente contribuíram para que essa rede se tornasse efetiva.

Primeiro, pode-se citar o chamado ressurgimento do movimento negro no Brasil, que começou em meados dos anos 1970, a exemplo de outros movimentos sociais. Uma das principais organizações políticas criadas no final da década de 1970 no Brasil foi o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que depois se transformaria em Movimento Negro Unificado (MNU). Outros grupos importantes surgidos nessa época foram os de origem religiosa, como as Pastorais Negras, as Comissões de Padres Negros e o Grupo União e Consciência Negra, além de inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONGs). Esse ressurgimento, segundo Hasenbalg e Silva (1993), deve-se principalmente à formação de uma parcela ascendente e educada da população negra que sentiu

dificuldades em seu projeto de mobilidade social devido à discriminação racial. Além disso, houve o impacto de fatores externos, como a campanha pelos direitos civis nos Estados Unidos e as lutas pela libertação colonial na África. O movimento, ainda segundo os autores Hasenbalg e Silva (1993, p. 149), tem como características “a crítica às visões de mundo eurocêntricas, a recusa do ideal do embranquecimento, um ‘retorno às raízes’, uma adesão à negritude e uma revalorização da África de origem”. O movimento negro faz ainda uma crítica contundente ao mito da democracia racial e ao racismo existente na sociedade brasileira.

Um outro fator que permitiu o aparecimento dessa discussão foi a reintrodução do quesito cor/raça no censo de 1980, o que possibilitou a elaboração de indicadores econômicos e sociais relativos à população negra.

No ano de 1985 foi promulgada uma nova lei¹¹ contra o racismo, que considera qualquer prática discriminatória como crime inafiançável. Outro momento importante foi a comemoração do centenário da abolição da escravidão no Brasil, em 1988. Hanchard (2001) sustenta que esse foi um dos acontecimentos mais importantes para o movimento negro brasileiro, depois da Segunda Guerra Mundial, por duas razões. Uma delas é que a comemoração proporcionou que as desigualdades raciais fossem um dos temas centrais do debate nacional. A outra é que as comemorações de sociedades multirraciais são geralmente uma oportunidade dos grupos subalternos contestarem a identidade nacional. Embora os festejos tenham a intenção de suspender os antagonismos, o que freqüentemente ocorre é que as relações de desigualdade aparecem com maior nitidez.

O ano de 1988 foi significativo, pois além dos eventos comemorativos ao centenário da abolição houve também a promulgação da Constituição, na qual consta o artigo 68, que prevê o reconhecimento de propriedade das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. Ainda nesse ano foi criada a Fundação Palmares – vinculada ao Ministério da Cultura – com o objetivo de formular e implantar políticas públicas voltadas para a população negra. Em 1995, em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, os movimentos negro e sindical, além de diferentes ONGs, organizaram a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida”, na cidade de Brasília. Essa foi

¹¹ A Lei Caó – Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985, inclui entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, cor, de sexo ou de estado civil.

uma das maiores manifestações de rua contra o racismo no Brasil e que não tinha apenas caráter de protesto, mas reivindicou ações anti-racistas concretas e políticas públicas específicas para a população negra por parte do Estado.

No ano seguinte, 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de pensar e elaborar projetos direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população negra. Também houve a realização do seminário “Ação afirmativa e multiculturalismo”, organizado pelo governo brasileiro e com a participação de vários acadêmicos brasileiros e norte-americanos que se reuniram para discutir as políticas de ação afirmativa para o Brasil em comparação com as desenvolvidas nos Estados Unidos.

No ano de 2001 ocorreu a “3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, em Durban, África do Sul. Nela o Brasil assumiu o compromisso de desenvolver políticas de ação afirmativa para a população negra. Essa conferência constituiu-se em um marco internacional da luta anti-racista e da promoção de políticas de ação afirmativa.

Em março de 2003 o governo federal criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como competência a coordenação de políticas de ação afirmativa para a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra. Faz parte da SEPPIR o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, constituído por representantes de entidades e instituições da sociedade civil. Também foi organizada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que desenvolve políticas públicas e educacionais que visam o acesso e a permanência de estudantes negros em todos os níveis educacionais. Ainda em 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica.

A criação e o fortalecimento de programas e núcleos de pesquisas para estudos relativos às relações raciais nas universidades brasileiras também contribuem para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a população negra. Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) espalhados por várias universidades do país e o Programa Políticas da Cor (PPCor) – uma rede de projetos de ações afirmativas que desenvolve pesquisas e projetos e promove a

edição de livros e documentos no campo das relações raciais – são exemplos dessas iniciativas.

A elaboração e a divulgação de pesquisas com dados desagregados com relação à questão étnico-racial também colaborou para a disseminação de informações sobre uma parte da realidade até então pouco conhecida. Pode-se citar como exemplos o número de pessoas afetadas pela AIDS e o registro de homicídios que passam a levar em consideração a cor. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)¹² também realiza estudos sobre a população negra em mercados de trabalho metropolitanos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Atlas Racial Brasileiro¹³ - um banco de dados eletrônico que reúne a mais ampla série histórica de indicadores sociais desagregados por raça/cor já produzida no Brasil. O mérito dessas iniciativas reside em dar visibilidade e tornar acessíveis informações que, apesar de se originarem de bases públicas, permaneciam fora do alcance geral. Esse banco de dados disponibiliza mais de 100 indicadores sociais abertos por raça/cor para o Brasil e, sempre que possível, desagregados por sexo, por grandes regiões e por unidades da federação.

De 30 de junho a 2 de julho de 2005 foi realizada a “1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, com o objetivo de construir um Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Nos dias 28 e 29 de junho, que antecederam a Conferência, houve a realização de um Painel Internacional sobre “Ações Afirmativas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Os objetivos do milênio¹⁴ são uma proposição internacional coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como forma de acelerar o processo de inclusão social. A finalidade do painel foi refletir sobre as políticas de ação afirmativa no contexto do Desenvolvimento do Milênio. Participaram da atividade convidados internacionais, representantes governamentais e não-governamentais de diversos países, especialmente da África, da América Latina e do Caribe, o que denota uma atenção internacional relacionada

¹² Verificar no endereço www.dieese.org.br os estudos do DIEESE relativos à população negra, como por exemplo, o *Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho*, *A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano*: inserção marcada pela dupla discriminação, entre outros.

¹³ Consultar o seguinte endereço: http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php.

¹⁴ Os objetivos são os seguintes: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

ao tema da inclusão de grupos que sofrem algum tipo de discriminação, especialmente negros e indígenas.

Estiveram presentes na conferência cerca de 1.100 delegados escolhidos nas plenárias estaduais anteriores ao encontro nacional, além de 365 convidados. A conferência representou o compromisso do governo com relação à concessão de direitos, principalmente às populações negras – já que contou com a presença de muitos ministros e representantes do governo em suas diferentes instâncias –, além de demonstrar a articulação de inúmeras organizações participantes do movimento negro nacional. A presença de Clare Roberts – Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Relator da Relatoria Especial dos Afrodescendentes da OEA – em uma das mesas da conferência demonstrou que a preocupação com políticas públicas que atendam os afrodescendentes não é exclusiva do Brasil, mas perpassa o continente americano.

O Projeto de Lei (PL) 73/99¹⁵ constitui uma matéria que se transformada em lei vai estabelecer a obrigatoriedade do sistema de cotas para todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Além desse projeto de lei, há também o Estatuto da Igualdade Racial, proposto pelo senador Paulo Paim, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional desde o ano de 1998. O objetivo principal do estatuto é estabelecer critérios para o combate à discriminação racial de cidadãos afro-brasileiros. O documento contém 85 artigos que abordam os seguintes temas: o acesso à justiça, a criação de ouvidorias, o funcionamento dos meios de comunicação, o sistema de cotas raciais, o mercado de trabalho, os direitos dos quilombolas, os direitos da mulher afro-brasileira, incentivos financeiros, religião, cultura, esporte e lazer.

¹⁵ O projeto, de autoria da deputada Nice Lobão, estabelece que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devem reservar 50% de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, além de respeitar em suas matrículas a proporção de negros e indígenas existente na região da instituição.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e teve como objetivo mapear os principais argumentos elaborados pelos intelectuais brasileiros, especialmente cientistas sociais, em relação às políticas de ação afirmativa. Foram utilizados como fontes de pesquisa¹⁶ livros, periódicos de circulação nacional¹⁷, revistas e publicações especializadas. Além disso, foram transcritas fitas de palestras que tratavam sobre o tema em encontros acadêmicos, seminários sobre ações afirmativas, além de gravações de audiências na Câmara Federal e no Senado.

Apesar de a pesquisa estar alicerçada basicamente em investigação documental, foi fundamental a participação da pesquisadora em outras instâncias. O fato de ter feito parte da “Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-racial para ingresso na UFSC /Processo Vestibular”¹⁸, possibilitou o acesso a muitas informações relativas à adoção de políticas de ação afirmativa em várias universidades do país, além da participação em debates nos mais variados locais como a própria universidade, as escolas públicas de ensino médio e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Foi possível observar a tentativa de implementação de uma política pública na prática, as forças atuantes, as dificuldades a serem enfrentadas, entre muitos outros fatores. Houve também o contato com diferentes atores sociais, desde

¹⁶ Os dados foram coletados a partir do ano 2000, embora seja a partir do ano 2003 que a discussão tenha se tornado mais presente nos meios de comunicação.

¹⁷ Os principais jornais utilizados foram: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

¹⁸ A pesquisadora fez parte da Comissão como representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, juntamente com a Professora Ilse Scherer-Warren. A Comissão foi criada pela Portaria 195/GR/2006 de 03/04/2006 com o objetivo de elaborar uma proposta de ação afirmativa para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela é composta por representantes dos Centros de Ensino, dos sindicatos dos docentes e técnico-administrativos, dos movimentos negro e indígena, da Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE) e da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. No dia 10 de julho de 2007 o Conselho Universitário aprovou a Resolução Normativa nº 008/CUN/2007, que criou o Programa de Ações Afirmativas da UFSC. O Programa atende especificamente estudantes oriundos de escolas públicas, estudantes negros e estudantes indígenas. Foi estipulado pelo Programa de Ações Afirmativas que no acesso aos cursos de graduação será destinado 30% das vagas do vestibular, em cada curso, distribuídas da seguinte forma: 20% para candidatos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em instituições públicas de ensino; 10% para candidatos autodeclarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino. Aos candidatos pertencentes aos povos indígenas serão criadas cinco vagas complementares, observando-se o limite de duas vagas por curso. O programa foi aplicado no vestibular de 2008.

intelectuais engajados na luta pela implementação de políticas de ação afirmativa, até profissionais, professores e estudantes do ensino médio público.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

No segundo capítulo é analisada inicialmente a constituição do campo científico, utilizando-se especialmente as concepções de Pierre Bourdieu, Boaventura de Sousa Santos e Bruno Latour. Em seguida, é examinado o processo de reabilitação da retórica e sua importância para o entendimento da configuração do campo científico. Para isso, é utilizada a teoria da “nova retórica” desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), responsáveis pela renovação da retórica e pela ampliação de seu significado. O uso dessa categoria é importante porque na compreensão de Santos e Latour a ciência é considerada uma atividade retórica, pois em última instância visa o convencimento e a persuasão. Em seguida, procede-se à análise do papel dos intelectuais no interior do campo científico, estabelecendo sua relação com outros campos como o da política e o da mídia.

Na sequência, no terceiro capítulo, são escolhidos três temas ou *topoi*, devido a sua constante presença nas ciências sociais brasileiras: a raça, a mestiçagem e a nação. Esses temas terão sua trajetória recuperada no interior das ciências sociais brasileiras, por meio de alguns autores como Lilia Schwarcz, Thomas Skidmore e Giralda Seyferth, entre outros. Primeiramente é apresentada uma síntese do significado do conceito de raça. Logo após, é realizada uma análise de como a questão racial tornou-se uma fonte de preocupação para a elite intelectual e política do país. Finalmente, é examinada a utilização dessas categorias no discurso dos intelectuais contrários e favoráveis às políticas de ação afirmativa.

A retórica conservadora é a temática específica do quarto capítulo. Inicialmente é demonstrado como esse tipo de retórica se desenvolveu sempre que políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas foram colocadas em prática no Ocidente. A partir da análise de Hirschman a respeito de três momentos específicos da história ocidental: a revolução francesa, o sufrágio universal e o *welfare state*, pode-se observar como a retórica conservadora foi organizada, de forma mais ou menos consciente, em oposição a essas transformações. Esse tipo

de retórica, por sua vez, pode ser dividido em três principais teses: a **tese da perversidade**, a **tese da futilidade** e a **tese da ameaça**. Num segundo momento, a tipologia criada por Hirschman será utilizada para a análise e a classificação dos argumentos contrários às cotas para estudantes negros, elaborados pelos cientistas sociais brasileiros. Nesse caso, serão localizadas e desenvolvidas as três teses acima citadas em relação aos discursos produzidos pelos intelectuais.

O quinto capítulo tratará especificamente da retórica progressista. Da mesma forma que no capítulo precedente, em primeiro lugar serão apresentadas as contrapartidas progressistas criadas pelo autor em contraposição à retórica conservadora. Para, depois, aplicá-las à retórica progressista desenvolvida pelos intelectuais brasileiros. É preciso acrescentar que a tipologia de Hirschman foi parcialmente utilizada, pois foram criadas outras antíteses à retórica conservadora para a análise dos discursos progressistas sobre as ações afirmativas.

Finalmente, é possível concluir que as duas retóricas em embate refletem posturas diferenciadas dos intelectuais em relação à ciência e à política. Além disso, os partidários das duas retóricas partilham de concepções diversas a respeito de conceitos importantes usados nas ciências sociais brasileiras, especialmente o de raça e o de mestiçagem. Tanto a vinculação dos intelectuais com a ciência e a política quanto as matrizes teóricas que usam para explicar a nação, incidem sobre seus posicionamentos relativos à implementação de ações afirmativas para estudantes negros no Brasil.

2 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO E/OU ACADÊMICO, O PAPEL DA RETÓRICA E A POSIÇÃO DOS INTELECTUAIS

A noção de campo científico implica o entendimento de que há uma lógica própria de configuração da ciência, que lhe confere certa autonomia em relação a outras esferas. No caso desta pesquisa, é relevante a análise da constituição do campo científico, particularmente o das ciências sociais, pois no debate sobre a implementação de ações afirmativas no ensino superior no Brasil os intelectuais contrários e favoráveis a essas medidas sustentam opiniões divergentes tanto em relação ao papel da ciência quanto de suas posições no interior do campo e fora dele. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre o campo científico e distinguir a sua vinculação com outros campos, como o da política e o da mídia.

Uma das principais características do campo científico é o uso da retórica. Ela é utilizada justamente como um instrumento na luta pelas posições de poder no interior do campo. Boaventura de Sousa Santos (1989, 2000, 2004 e 2005) e Bruno Latour (1994 e 2000) afirmam que a ciência é uma atividade retórica porque procura atingir, em última instância, o convencimento e a persuasão. A delimitação de elementos da atual configuração do campo científico brasileiro, com ênfase nas ciências sociais, procurará demonstrar que existem pelo menos duas formas de retórica em disputa em relação às políticas de ação afirmativa: uma retórica conservadora e uma retórica progressista.

Ao considerarmos a ciência como uma atividade retórica, é possível perceber que essas duas retóricas são válidas na medida em que utilizam argumentos e teorias que visam o convencimento de um determinado auditório¹, seja acadêmico ou de um público mais amplo. O que determinará a posição dos intelectuais em cada lado dessa disputa não serão somente as retóricas desenvolvidas acerca do tema, mas também sua postura política, que, aliás, dificilmente se desvincula da científica.

¹ A noção de auditório será examinada ainda nesse capítulo.

1.1.2.1 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO E O LUGAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A discussão sobre a relação entre o conhecimento científico, os valores e as condições sociais não é recente na sociologia². Merton promoveu uma espécie de inversão da problemática epistemológica de Max Weber. Enquanto para o segundo os valores permanecem com um significado epistemológico, o primeiro transfere a problemática dos valores de um foco epistemológico para um sociológico (MATTEDI, 2004, p. 46-47). Esse deslocamento efetuado por Merton permite que a ciência seja considerada uma esfera institucionalizada e parcialmente autônoma. Para o autor, portanto, o que garantiria a autonomia do campo científico seria o respeito dos cientistas a um conjunto de normas, impedindo que a ciência estivesse completamente sujeita à política e à economia.

Por outro lado, será o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento³ que irá dessacralizar a imagem da ciência, demonstrando que o conhecimento científico está diretamente relacionado com a ordem social. Dessa forma, o Programa Forte redefine o papel dos fatores sociais na produção do conhecimento científico.

Esse debate terá continuidade com os trabalhos desenvolvidas por Bruno Latour e Michel Callon na década de 1980, que criaram o conceito de “simetria generalizada”. O princípio da simetria pressupõe que tanto os enunciados científicos considerados como “falsos” como aqueles considerados “verdadeiros” assumem essa qualificação não necessariamente devido a um bom ou a um mau uso do conhecimento científico, mas devido ao “processo social de convencimento que possibilitou que eles fossem reconhecidos enquanto tais” (KROPF; FERREIRA,

² A tradição weberiana procura “alcançar na prática científica uma nítida distinção entre enunciados factuais e avaliatórios (embora reconhecendo o papel dos valores na orientação da investigação científica)” (OUTWAITE; Willian, 1996., p. 792). Para Weber, portanto, na interpretação dos autores, seria possível a separação entre os enunciados científicos e as expressões de valor. Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre a objetividade científica, o sentido da neutralidade axiológica e os juízos de valor, consultar: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 1. *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 2. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 2001.

³ O Programa Forte da Sociologia do Conhecimento foi desenvolvido por David Bloor e Barry Barnes na década de 1970 e consistiu em “empreender uma análise sociológica dos conteúdos do conhecimento científico, rompendo assim com a tradição de estudos sociais da ciência restrita à investigação da relação entre cientistas e dos aspectos institucionais da atividade científica” (KROPF; FERREIRA, 1998, p. 590).

1998, p. 592). As verdades possuindo ou não um caráter científico podem ser caracterizadas da seguinte forma:

O que é verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu o que são... (NIETZSCHE, 1974, p. 54-56).

A separação entre “fato, poder e discurso” (Latour, 1994, p. 12) será definitivamente questionada por esses autores. Para eles, especialmente na visão de Latour, sociedade e conhecimento científico interagem permanentemente. Ou seja: ao mesmo tempo em que a sociedade constrói o conhecimento científico, é também por ele construída. Não há de um lado a ciência e do outro lado a sociedade, conforme expressa o autor em seu Terceiro Princípio (LATOUR, 2000, p. 423):

Nunca somos postos diante da ciência, da tecnologia e da sociedade, mas sim diante de uma gama de associações mais fraca e mais forte; portanto, entender o que são fatos e máquinas é o mesmo que entender o que as pessoas são.

A sociologia latouriana, portanto, não considera a idéia de que há um campo científico, nem que ele tenha algum grau de autonomia em relação à sociedade. Será Pierre Bourdieu um dos principais autores a desenvolver uma teoria que determina o campo científico enquanto um espaço com relativa autonomia. Aproximando a teoria dos dois autores, é possível afirmar que ciência e sociedade participam de uma mesma rede, porém isso não significa que não exista determinado grau de autonomia no campo científico para que possa se constituir socialmente.

O conceito de campo tem como referência a sociologia dos campos desenvolvida por Pierre Bourdieu em diferentes obras (1989, 1996, 1997, 2004). O campo pode ser entendido como o espaço em que se revelam as relações de poder estruturadas a partir da divisão desigual de um “*quantum social*” (Ortiz, 2003, p. 164), que determinará as posições dos agentes nele envolvidos.

A noção de campo é empregada como um espaço social, com determinado grau de autonomia, formado pelas relações sociais de poder que se estabelecem entre os agentes e, ao mesmo tempo, vinculado a outros campos e espaços. O campo é o *locus* social onde os agentes se posicionam e travam suas batalhas na aquisição e distribuição dos diversos tipos de capitais⁴. Para Bourdieu (2003), portanto, o que está em disputa no campo científico são tanto os monopólios da autoridade, quanto os da competência científica. A luta entre os agentes dentro do campo se dará em função da disputa pela legitimidade científica.

Uma das características das práticas científicas é parecer “desinteressada”. Da mesma forma que o artista tem que manter uma aparência de “desinteresse”, de isolamento e de que não está disposto a expor-se a influências externas, assim deve comportar-se o cientista. Ocorre, nesses casos, o que o autor denomina de “mundo econômico invertido”. Em quaisquer desses campos, aqueles que o compõem possuem “interesse no desinteresse” (BOURDIEU, 1996, p.245). Se o campo artístico construiu sua autonomia através da posição da “arte pela arte” ou da “arte pura”, o campo científico também constituiu a posição da “ciência pela ciência”. É a crença coletiva no jogo, a *ilusão*, que permite ao conhecimento científico ser percebido como um interesse “puro”, desinteressado.

Apesar desse “interesse no desinteresse”, os julgamentos das capacidades de intelectuais e pesquisadores estará sempre “contaminado” (Bourdieu, 2003, p 114) pelo conhecimento das posições que ocupam na hierarquia acadêmica. Seria impensável na concepção desse autor tentar isolar o puramente político ou o científico nas lutas que ocorrem pela dominação do campo.

Uma autêntica ciência das ciências só pode estabelecer-se sob condição de recusar radicalmente a oposição abstrata (presente na história da arte, por exemplo) entre uma análise imanente ou interna – que caberia mais à epistemologia e restituiria a lógica segundo a qual a ciência engendra seus problemas – e uma análise externa, que relacionaria esses problemas com as condições sociais de seu surgimento. BOURDIEU (2003, p. 116).

No campo científico encontra-se sempre em jogo a luta para impor uma determinada definição de ciência, do que seja científico ou de quem seja cientista. E,

⁴ Segundo Bourdieu (2004), cada campo é um lugar de constituição de um determinado tipo de capital. O capital científico é um tipo particular de capital simbólico que consiste na atribuição de reconhecimento pelo conjunto de pares no interior do campo científico.

nessa luta, ainda segundo Bourdieu, ninguém é bom juiz o suficiente porque é sempre parte interessada na disputa.

O grau de autonomia do campo será determinado em função da relação de maior ou menor dependência com as demandas externas: “[...] reside na relação de *dependência* pela aparência de independência” (Bourdieu, 2003, p. 135). Na interpretação de Bourdieu, as ciências sociais são heterônomas se comparadas às ciências da natureza, pois elas dispõem de uma “falsa autonomia”. Ou seja, os problemas exteriores ao campo, especialmente os políticos, se manifestam diretamente.

O que está em jogo na luta interna pelo poder nas ciências sociais também se encontra em disputa entre as classes no campo da política: o estabelecimento de uma representação legítima do mundo social. Por esse motivo,

[...] a idéia de uma ciência neutra é uma ficção interessada que permite aparentar como científica uma forma neutralizada e eufêmica (simbolicamente muito eficaz porque particularmente irreconhecível) da representação dominante do mundo social (BOURDIEU, 2003, p. 137).

Qualquer campo é, portanto, objeto de luta tanto em relação à sua representação quanto à sua realidade. As estratégias dessas lutas se orientam seja pela conservação seja pela transformação das estruturas do campo em questão.

Os conflitos intelectuais presentes no campo científico sempre comportam, na interpretação de Bourdieu (2004), uma dimensão política e uma dimensão científica, e essas duas dimensões devem ser levadas em conta quando são analisadas as forças e os agentes em disputa no campo. Portanto, aquelas posições que procuram manifestar uma ausência de ponto de vista ou, segundo Bourdieu (2004, p. 45), aparentam uma “pretensão absolutista à objetividade” devem ser situadas e relacionadas às demais tomadas de posições. Não se pode pensar, portanto, em termos de uma neutralidade de ações, porque todas as ocorrências indicam uma série de interesses em jogo.

Bruno Latour (1994, 2000) parte da premissa de que não é possível separar a ciência da sociedade. No entanto, Latour não utiliza o conceito de campo, mas de redes sociotécnicas ou tecnocientíficas. Para o autor, não estamos diante de

“ciência, tecnologia e sociedade” como esferas separadas, mas de uma série de associações que podem ser mais fracas ou mais fortes. Não há de um lado o conhecimento e do outro lado a sociedade, mas relações de força que revelam elos mais fortes ou mais fracos. Ele distingue dois modelos de entendimento dessa relação: o modelo de difusão – que vê a ciência e a técnica de um lado e a sociedade de outro – e o modelo de translação, onde não existe tal distinção, pois há cadeias heterogêneas de associações que criam pontos de passagem. Latour, portanto, vê a ciência como parte de uma rede, um empreendimento que tem por característica multiplicar o número de aliados e formar uma associação poderosa e concentrada. Contrariamente a Bourdieu, Latour não aceita a diferença entre ciências naturais e sociais, nem o maior ou menor grau de autonomia que possa haver em cada uma delas. De acordo com sua interpretação, nenhuma delas deve ser digna de mais crédito do que a outra, visto que elas não podem sair da rede que ajudam a construir.

Da mesma forma que Latour, Santos (1989, 2000, 2004, 2005) também afirma que não faz mais sentido a distinção entre os dois tipos de ciências: sociais e naturais. Para o autor, as ciências sociais se transformarão em uma espécie de pólo catalisador para todos os tipos de ciências. Santos argumenta que a concepção de atraso em relação às ciências naturais ainda vigente na análise sobre as ciências sociais faz parte do paradigma da ciência moderna, que se encontra em crise. No modelo pós-moderno de ciência emergente, ela será tanto analógica quanto tradutora, possibilitando que seus conceitos possam ser utilizados fora de seu local de origem.

Apesar de Latour e Santos desconsiderarem as diferenciações entre ciências sociais e naturais, visto que ambas se utilizam da retórica para o convencimento de um determinado auditório, é preciso acrescentar, de acordo com Coelho (1996), que o modo analítico de raciocinar foi privilegiado em relação à argumentação. Nesse sentido, as ciências naturais e as ciências matemáticas foram, de certa forma, priorizadas dentro de uma concepção que considera “racionais” apenas as demonstrações e as evidências.

Na interpretação de Bourdieu (2003), as ciências sociais são menos autônomas que as demais, porque sofrem maiores influências externas. Além disso, de acordo com Ortiz (2003), a autonomia das ciências sociais está diretamente

relacionada com as respectivas sociedades de origem ou de adoção às quais os intelectuais encontram-se vinculados. Na América Latina, a constituição tardia de centros de pesquisa e o freqüente engajamento de intelectuais no processo de constituição de identidades nacionais e de Estados, permitiu uma autonomia frágil do campo científico.

O pensamento sociológico no Brasil, pelo menos até 1940, de acordo com Ortiz (2003), se pautava por um contexto em que literatura, filosofia e discurso político se misturavam, compondo um discurso marcado pelo ensaísmo. Os assuntos que marcam a produção sobre o Brasil nessa época estão diretamente vinculados à identidade brasileira. Os principais temas tratados diziam respeito à cultura indígena, ao folclore e à questão racial.

Apesar de as ciências sociais terem se institucionalizado simultaneamente em várias regiões do país, o caso da criação da Universidade de São Paulo⁵ (USP) é exemplar para analisar a constituição do campo sociológico no Brasil. Segundo Ortiz (2003), foi com a criação da universidade moderna que as ciências sociais estabeleceram uma relativa autonomia científica. Depois dessa geração de sociólogos paulistas seria impossível interpretar o Brasil sem considerar as especificidades do conhecimento científico.

Embora as ciências sociais brasileiras estejam, a partir da década de 1940, adquirindo uma certa autonomia, sua identidade, especialmente da sociologia e da antropologia, é ainda “amorfa” (ORTIZ, 2003, p. 185). Esse quadro somente seria modificado com o processo de profissionalização e de criação de uma política voltada para a pós-graduação a partir do final da década de 1960⁶.

Durante o regime militar, os cientistas sociais brasileiros não escaparam do esquema repressor do Estado. E, ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado editorial universitário, a produção da área das ciências sociais acabava caindo em uma posição de reprodutora de uma razão puramente organizacional. A preocupação com a profissionalização acabava por deixar de lado o diálogo com a sociedade. Seguindo ainda a interpretação de Ortiz (2003, p. 196), o fato de a

⁵ A Universidade de São Paulo foi criada em 1934. Para maiores detalhes sobre a Escola Paulista de Sociologia consultar ORTIZ (2002, 2003) e GUIMARÃES (1999).

⁶ A partir de 1967 são criados órgãos como a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

consolidação das ciências sociais no país ter ocorrido a partir da década de 1960 coincidiu com o momento em que o trabalho intelectual encontrava-se em transformação. Por esse motivo, segundo o autor: “A política de pós-graduação teve, portanto, de ser construída sobre uma tradição que ainda não existia”.

1.3.2.2 CIÊNCIA E RETÓRICA

Na compreensão de Santos e de Latour, a ciência é uma atividade eminentemente retórica. Para Bourdieu (2003, p. 134), a “ciência nunca teve outro fundamento, senão a crença coletiva em seus fundamentos”. É por meio da retórica⁷ que a ciência produz essa “crença coletiva” que lhe dá sustentação. Veremos, a seguir, em que consiste essa atividade e como ela foi reabilitada contemporaneamente.

2.2.1 Retórica

A retórica⁸ apareceu na filosofia platônica de duas formas. Nos dois diálogos em que foi abordada, Górgias e Fedro, é estabelecida uma distinção entre duas formas de retórica. Em Górgias, conforme sugere Grácio (1988), está-se perante uma retórica perigosa, que tem como finalidade última a manipulação do auditório. Esse tipo de retórica é identificado por Platão com a sofística. Já em Fedro tem-se a retórica salvadora, ou seja, aquela que se encaminha para o encontro da verdade e que pode ser identificada com a vocação da filosofia. No primeiro caso observa-se o mau uso da retórica, enquanto no segundo ela é utilizada de forma positiva (verdadeira). Porém, foi o aspecto vulgo da retórica que prevaleceu e influenciou o seu declínio na filosofia (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

⁷ A retórica foi desenvolvida especialmente por filósofos como Aristóteles, Cícero e Quintiliano. Porém, as idéias mais importantes que prevaleceram acerca dessa teoria do universo discursivo foram as de Aristóteles.

⁸ O conceito de retórica é utilizado a partir da revisão que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) fazem da categoria. Os autores criam a “nova retórica”, ampliando o conceito de retórica advindo principalmente de Aristóteles. A “nova retórica” retoma um importante elemento da retórica antiga, o auditório, e visa pesquisar uma determinada lógica de juízos de valor, a fim de retirar-lhes do domínio do irracional.

Já para Aristóteles há dois modos básicos de raciocínio: por demonstração analítica ou pela argumentação dialética. De acordo com Coelho (1996), o que foi perdido na evolução do pensamento filosófico foi justamente a equiparação entre esses dois tipos de raciocínio. O conceito de retórica⁹ estabelecido por Aristóteles predominou por muito tempo. Porém, a partir do Renascimento, a retórica decaiu a tal ponto que quase chegou ao desaparecimento no século XIX.

Conforme assinala Santos (2000), entre diversos outros autores¹⁰, a retórica é uma das mais tradicionais artes de persuasão pela argumentação presentes no pensamento ocidental. Ela atravessou períodos de glória e de exclusão e competiu diretamente com o conhecimento científico. Os séculos XVI e XVII, marcados pelas revoluções científicas, representaram um período em que a retórica foi vencida pela força do método. A retórica, então avaliada como uma forma de persuasão e não de demonstração de um tipo de saber, foi considerada falsa. Sua trajetória permaneceu descendente até pelo menos o século XIX, com a preponderância assumida pela racionalidade científica e seus diferentes tipos de positivismos.

Durante o período de dogmatização da ciência, o conhecimento advindo da retórica¹¹ parecia estar completamente superado. A partir da década de 1960, no entanto, com a reação aos pressupostos positivistas e funcionalistas da ciência, ocorre a reemergência da retórica, que, na compreensão de Santos (2000, p. 97), “é parte integrante da crise paradigmática da ciência moderna”.

Santos parte da premissa de que a centralidade da retórica no período de transição paradigmática pelo qual a ciência moderna está passando¹² pode ser explicada da seguinte forma: a ciência moderna, apesar de aparentar um conhecimento evidente e indubitável, é um conhecimento retórico. Essa afirmação, por sua vez, apresenta duas versões. Uma versão que o autor denomina fraca, segundo a qual o discurso científico está saturado de referências retóricas, e outra

⁹ A retórica como a “faculdade de considerar, em qualquer caso, os meios de persuasão disponíveis” (ARISTÓTELES apud ABBAGNANO, 1988, p. 856).

¹⁰ Grácio, (1998), Latour, (1994, 2000), Perelman e Olbrechts-Tyteca, (1996).

¹¹ Segundo Santos (2000, p. 97): “aquele conhecimento provável, resultante de uma argumentação razoável”.

¹² Para maiores detalhes consultar as seguintes obras de Santos:

Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2003.

Um discurso sobre as ciências. Coimbra: Edições Afrontamento, 1987

Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

versão, denominada forte, a qual considera o conhecimento científico em si como retórico.

2.2.2 A reabilitação da retórica

Na interpretação de Santos (2000), a natureza retórica do conhecimento científico moderno vem de pelo menos três fontes intelectuais: uma delas seria a crítica da epistemologia modernista efetuada desde Friedrich Nietzsche até Michel Foucault, Paul Feyerabend e Richard Rorty, passando também por Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. A outra fonte é o pragmatismo de William James e de John Dewey e, por último, um novo interesse pela retórica grega e medieval que começa a partir de 1947 com as publicações de Chaïm Perelman.

Grácio (1988) afirma que uma das características da retórica é o seu aparecimento em tempos de crise. Tal constatação vem ao encontro da interpretação de Santos de que a retórica ressurgiu justamente no período em que se inicia a desdogmatização do conhecimento científico. Os trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca indicam não só a renovação da retórica como a sua reabilitação, pois essa noção ficou por muito tempo marginalizada e associada a uma atividade não-racional.

As inovações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) concentram-se na reabilitação do discurso argumentativo e na ampliação da idéia de retórica utilizada na Antigüidade. A “nova retórica” permitiu possibilidades inéditas para o conhecimento jurídico, pois parte da premissa de que não há interpretações jurídicas “verdadeiras” (Coelho, 1996). Santos e Latour transpõem essa conclusão para a ciência quando afirmam que essa atividade também se constitui em um processo de convencimento que utilizará uma série de argumentos e teorias posteriormente reconhecidos como “científicos”. A “nova retórica” propõe uma racionalidade que não se esquivava aos debates, do mesmo modo que o modelo de ciência proposto por Santos.

O objetivo da teoria da argumentação, na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 04), “é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento”.

Há pelo menos duas condições que devem ser preenchidas em um processo concreto de argumentação na análise de Perelman (Santos, 2000): devem existir determinadas premissas que têm que ser aceitas como pontos de partida e tem que haver um auditório a persuadir ou convencer. Um outro ponto importante da “nova retórica”, que não é abordado por Santos, refere-se às relações que a argumentação mantém com a ação. Com efeito, essas argumentações não ocorrem em um vazio e, por esse motivo, comprometem aqueles que delas tomam parte (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 1996, p. 65). Apesar de Perelman excluir da retórica as formas de violência e os afetos, o autor reconhece que muito mais difícil é dela eliminar as promessas e as ameaças, pois estas fazem parte da linguagem e servem como meios de obtenção da adesão (SERBENA, 2000).

Ainda de acordo com a interpretação de Santos acerca da teoria desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca, há dois tipos de proposições: uma delas seriam os fatos e as verdades e, a outra, os *topoi*. Os fatos e as verdades são aqueles objetos de aceitação imediata que não necessitam de argumentação. Porém, esse nível de aceitação pode diminuir e, por sua vez, os fatos e as verdades convertem-se em argumentos. Já os *topoi* ou *loci* são uma espécie de lugares-comuns, pontos de vista com aceitação ampla e que facilmente se adaptam a diferentes contextos argumentativos. Os *topoi* são de uso indispensável para aqueles que desejam persuadir um auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996)¹³ ainda citam como tipos de objetos de acordo, além dos fatos e verdades e dos lugares-comuns¹⁴, os valores e as hierarquias. Quanto aos lugares, podem ser divididos em lugares da quantidade, da qualidade e, ainda, em outros tipos, como os lugares da ordem e os lugares da essência, entre outros.

Uma importante noção que Perelman e Olbrechts-Tyteca tomam da retórica antiga é a de auditório. Diferentemente dos raciocínios lógicos – demonstrativos – os raciocínios argumentativos teriam por especificidade o fato de se dirigirem sempre a

¹³ Para maiores detalhes verificar PERELMAN;OLBRECHTS-TYTECA (1996).

¹⁴ A fim de reforçar a adesão de um determinado auditório pode-se recorrer a certas premissas de ordem geral denominada de *lugares*. Os *lugares*, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), constituem-se como uma espécie de depósito de argumentos. Aristóteles dividia os *lugares* em *lugares-comuns*, que servem a qualquer ciência, e *lugares específicos*, próprios de uma ciência particular. Esses *lugares* também denominados de *topoi* são pontos de vista aceitos pela maioria e adaptáveis com facilidade a diferentes contextos argumentativos. É importante ressaltar que todos os auditórios levam em conta determinados *lugares* para justificar suas escolhas.

um auditório. Esses tipos de raciocínios não se desenvolvem independentemente desse auditório, ou seja, do público que desejam convencer. A idéia de auditório é um dos principais conceitos que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) recuperaram e ampliam em relação à retórica antiga. Pois enquanto a retórica clássica limita-se aos estudos das técnicas dos discursos públicos dirigidas a uma multidão que não é especializada, a “nova retórica” se interessa pelo diálogo socrático, pela dialética e pela atitude de atacar um determinado adversário e defender uma tese (SERBENA, 2000). A argumentação é, portanto, sempre relativa ao auditório que se deseja influenciar. Outra importante característica da relação entre o orador e o auditório, é que o primeiro sempre se adapta ao auditório ao qual irá se dirigir. Os discursos são, dessa forma, ajustados aos públicos que se deseja influenciar.

Na retórica clássica, para que os oradores possam convencer um determinado auditório, uma das condições essenciais é que devem conhecê-lo. Essa é uma das premissas básicas desenvolvidas e uma das principais inovações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) em sua “nova retórica”. Inicialmente a retórica se referia à arte de falar, ao discurso oral. Na perspectiva da “nova retórica”, a idéia de auditório é significativamente ampliada. Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que o discurso ou a argumentação podem ser tanto oral quanto escrita. Pode-se delimitar, a partir dessa definição mais ampla, pelo menos três tipos fundamentais de auditório: aquele constituído pela própria pessoa quando ela pondera a respeito de suas ações, um auditório formado por um outro interlocutor e, finalmente, uma outra situação é aquela em que se pretende que o alcance persuasivo do discurso não abranja apenas as pessoas que estão próximas ou perante nós, mas que se busque convencer a qualquer pessoa. Nesse caso o auditório é classificado pelos autores como universal.

O auditório universal, de acordo com Santos (2000), pode potencialmente representar toda a humanidade. Esse terceiro tipo de auditório terá uma implicação muito importante para o desenvolvimento da retórica da ciência moderna, conforme veremos a seguir. Quando tanto o auditório quanto as proposições estiverem definidas, a argumentação pode ser desencadeada. Porém, a força de um determinado argumento nunca poderá ser determinada isoladamente, pois depende do modo como se articula com uma série de outros argumentos. E, se seguirmos a interpretação de Latour (1994, 2000), os enunciados científicos não só dependerão

de uma série de outros argumentos até se tornarem “científicos”, como também dos contextos contingenciais e específicos de cada momento no qual se estabelece um determinado campo de forças.

2.2.3 Ciência como retórica

Santos (2000) estabelece três linhas de investigação para as relações entre ciência e retórica. Uma delas refere-se ao fato de a retórica científica caracterizar-se pela utilização de *topoi* gerais, ou seja, fenômenos que podem ser comprovados através da lógica. Uma das qualidades do conhecimento científico nesse caso é justamente negar que possua características retóricas.

Uma outra linha estabelece que a investigação científica utiliza métodos e pressupostos que são aceitos pela comunidade científica como uma espécie de componentes tácitos do conhecimento. A verdade científica, de acordo com essa interpretação, é uma “verdade fiduciária” (Santos, 2000, p. 101), que depende necessariamente da credibilidade dos cientistas e da crença em suas genuínas motivações.

A terceira linha de investigação citada por Santos é aquela que se refere às espécies de *topoi* utilizados na ciência moderna. Essa é uma análise importante porque permite o estabelecimento de quais são os *topoi* dominantes em um determinado tempo, lugar e contexto. Um dos exemplos mencionados por Santos (2000, p. 102), que possibilita a determinação da importância da retórica para a ciência moderna, é a luta “entre o *topos* da quantidade e o da qualidade”. O *topos* da quantidade empurrou o *topos* da qualidade para uma posição desvalorizada e dominou a retórica científica moderna. É o que Grácio (1998, p. 49) classifica como “matematização da natureza”. Em outras palavras, as explicações científicas válidas são aquelas que têm por base a medida, o cálculo e a quantificação.

A proposta de Santos (2000, p. 105-106) é que seja desenvolvida uma “retórica dialógica”, que significa em termos ideais que a polaridade orador/auditório seja menos rígida, possibilitando trocas recíprocas. O auditório, nesse sentido, não será visto como o “outro” estático e sem conhecimento ao qual o orador deve convencer. Pelo contrário, o auditório está em constante formação, transforma-se

em um “processo social”. A concepção de ciência que modela a proposição de Santos (1997) não é a de autonomia e de desinteresse, bem como, a ciência, nesse caso, não se constitui na única explicação possível da realidade. Além disso, as trajetórias individuais e coletivas (das comunidades científicas), assim como as crenças, os valores etc, também constituem prova do conhecimento. Esse caráter autobiográfico da ciência, segundo Santos (1997), deve ser plenamente assumido. Nesse sentido, não se pode simplesmente desligar a ciência das convicções de seus investigadores. “Retoricizar a ciência” (Grácio, 1998) significa considerá-la como um campo privilegiado onde ocorre a negociação do sentido.

A verdade é, pois, o efeito de convencimento dos vários discursos de verdade em presença. A verdade de um discurso não é algo que lhe pertença inerentemente, acontece-lhe no decurso do discurso em luta contra outros discursos num auditório de participantes competentes e razoáveis. Quando tal acontece, o discurso, de subjectivo, passa a objectivo (SANTOS apud GRÁCIO, 1998).

A visão de Latour (1994, 2000) aproxima-se da de Santos, no sentido de que o primeiro também vê a ciência como uma retórica suficientemente poderosa que visa o convencimento. Porém, a análise de Latour não possui o caráter normativo presente na de Santos. O sociólogo francês não procura estabelecer um outro estatuto que modifique o funcionamento da ciência e, conseqüentemente, a relação entre os cientistas e os seus auditórios. Seu objetivo é explicar a ciência como uma atividade cotidiana que extrai sua ordenação das ações práticas dos agentes, dos recursos que mobilizam e das associações que realizam, e não a partir de um processo singular de raciocínio. Conforme esclarecem Kropf e Ferreira (1998, p. 592), ela não se distingue das outras práticas sociais “em função de uma superioridade cognitiva derivada da racionalidade intrínseca a esta atividade [...] mas em função de um processo social de convencimento que possibilitou que eles [atributos científicos] fossem reconhecidos enquanto tais”.

Ainda de acordo com Latour (2000, p. 102), a retórica científica contemporânea só difere da retórica antiga porque a primeira utiliza muitos aliados externos, enquanto a segunda utilizava poucos aliados. A retórica científica, portanto, será mais potente quanto mais recursos e aliados conseguir mobilizar. A ciência é uma atividade que usa a retórica, além de estratégias textuais e escritas, “mas de uma nova forma que se conecta ao mesmo tempo à natureza das coisas e

ao contexto social, sem contudo reduzir-se nem a uma coisa nem a outra” (LATOUR, 1994, p 11).

É importante salientar que são os diferentes agentes do campo científico – cientistas, técnicos, intelectuais e pesquisadores, entre outros – que utilizam a retórica na composição de seus argumentos. A retórica, portanto, torna-se um instrumento importante de manutenção das posições dentro e fora do campo, na intenção de atrair aliados e convencer os mais diversificados auditórios. Com efeito, conforme já tratado inicialmente neste capítulo, o campo científico não está imune à influência política e os agentes que atuam no campo têm a todo momento que assumir posições e defender seus pontos de vista, ainda que de forma não explícita, conforme sugere Bourdieu. A seguir, será brevemente analisada a relação entre os intelectuais, o campo acadêmico e a política a partir de um contexto mais amplo.

2.3 OS INTELECTUAIS E AS QUESTÕES POLÍTICAS

O intelectual¹⁵ como figura social com relativa autonomia em relação aos poderes constituídos emergiria no século XVIII e há uma série de fatores que permitiram o aparecimento desse agente. De acordo com Bastos e Rêgo (1999), a maior possibilidade de diferenciações e transformações sociais e o surgimento de um espaço público constituem os principais elementos que possibilitaram a aparição do intelectual como analista, intérprete e filósofo. Ainda segundo esses autores, um dos dilemas críticos vividos pelos intelectuais desde seu aparecimento é até que ponto podem manter uma distância crítica ou ao contrário, envolverem-se com as sociedades em que estão inseridos. É a tensão permanente entre o lugar de observação dos fatos e o distanciamento adequado dos fenômenos. Em outras palavras, os autores colocam em discussão a pretensão de autonomia dos intelectuais em relação aos poderes estabelecidos.

Há diversos períodos históricos que marcam os diferentes papéis assumidos pelos intelectuais. Porém, são especialmente nos momentos de crise que o papel ou

¹⁵ Está sendo utilizada uma denominação menos restrita de intelectuais considerando-se como tais “as pessoas envolvidas na esfera da cultura” (Coser, 1996) e na produção de símbolos. Nesse caso, cientistas sociais, pesquisadores de diversas áreas e jornalistas podem ser classificados de forma mais ampla como intelectuais.

a função do intelectual são colocados à prova. Pode-se demarcar, ainda de acordo com Bastos e Rêgo (1999), alguns textos produzidos em diferentes momentos de transformação da sociedade ocidental, que enfocam o papel do intelectual e a sua função naquele período histórico.

O primeiro deles é *A missão do sábio*, de Johann Gottlieb Fichte, composto por cinco lições expostas na Universidade de Jena em 1794. Nesses pronunciamentos, além de Fichte reafirmar sua convicção na Revolução Francesa, ele determina aos intelectuais a função de educar a humanidade. Veremos mais adiante que esse é um papel ainda atribuído aos intelectuais contemporâneos.

Ortega y Gasset¹⁶ é outro intelectual que se manifesta com o texto *Velha e Nova Política*. Nessa obra, publicada em 1914, o autor define o papel dos intelectuais como uma das principais forças organizadoras da sociedade.

Julien Benda ilustra com precisão a crise dos anos 1920, marcada, por um lado, por inovações e, por outro, pela barbárie. A obra *La trahison des clercs*, publicada em 1927, abre um instigante debate sobre o papel dos intelectuais. Os clérigos, na visão de Benda, têm por função orientar suas reflexões para valores universais, jamais devem se orientar por valores contingenciais. A identidade do intelectual nesse caso volta-se para o universal, nunca para as causas particulares.

Dois trabalhos produzidos no período imediato após a Segunda Guerra também refletem sobre o papel do intelectual. Elio Vittorini, que dirigia a publicação *Il Politécnico*, no editorial *Una nuova cultura* estabelece que os intelectuais devem constituir-se em forças para a renovação da sociedade nacional. Já o artigo de Sartre publicado no primeiro número da revista *Les Temps Modernes* em 1945, consiste em um manifesto acerca da missão dos intelectuais no período pós-guerra. O texto não faz referência apenas ao fato do intelectual atuar como agente de mudança das condições materiais, mas exige uma postura de responsabilidade moral no sentido do engajamento. Na visão de Sartre, o intelectual deve envolver-se com o tempo em que vive. Seguindo a linha analítica do filósofo francês, o que o intelectual escreve sempre o compromete e mesmo que o sentido daquilo que

¹⁶ É importante salientar que os textos de Ortega y Gasset inspiraram um dos intelectuais defensores do Estado Novo, Paulo Augusto Figueiredo. O autor teve muitos de seus textos publicados pela revista *Cultura Política*, que se dedicava a fazer propaganda do Estado Novo. Figueiredo cita em muitos de seus artigos o pensador espanhol, devido à importância que o último estabelecia para os intelectuais como organizadores da sociedade (BASTOS, 2006).

escreva esteja longe da sua intenção original ele está sempre “na jogada” (SARTE, 1999, p. 129).

No período da Guerra Fria, Norberto Bobbio travou um debate sobre o papel dos intelectuais por meio das revistas *Nuovo Argomenti* e *Rinascita*. Nesse debate, Bobbio convocava aqueles que desejavam construir uma nova sociedade a conservar os valores mais importantes da tradição intelectual, entre eles o espírito crítico. O autor italiano propõe inclusive uma tipologia para a relação entre os intelectuais e as sociedades “em atraso”. Cita como exemplos a Espanha, a Itália e a Alemanha e observa que uma característica comum desses países é que os intelectuais desempenham os papéis de autores e de atores. Essa situação faz com que pensem em si mesmos como uma “classe extraordinária” (BASTOS; RÊGO, 1996, p. 35). Através de seus estudos, Bobbio procura descrever a situação histórica dos intelectuais, assim como define em um nível normativo uma atitude ética para os denominados homens de cultura.

A polêmica em torno das funções dos intelectuais permanece. Nos trabalhos de Salvatore Veca, publicados na década de 1990, prossegue a discussão sobre o papel político e a autonomia dos intelectuais. Porém, o autor adverte para as alterações ocorridas no campo político. Se no passado havia uma ligação muito forte entre os intelectuais e os partidos, atualmente os sujeitos da política transformaram-se e se reduz cada vez mais a possibilidade do intelectual influenciar nas agendas das discussões públicas. O papel político dos intelectuais, na interpretação de Bastos e Rêgo (1996), está reduzido e cada vez mais outras agências têm o poder de definição das agendas políticas, especialmente a mídia.

No Brasil, os intelectuais também desempenharam um papel fundamental na formação do Estado e na construção da identidade nacional. Alguns estudos já demonstram, pelo menos desde a década de 1920, a relação entre a intelectualidade brasileira e as questões políticas. Os intelectuais brasileiros sempre estiveram envolvidos com os principais problemas políticos do país, conforme a pesquisa de Daniel Pécaut (1989)¹⁷.

¹⁷ No final do século XIX, os chamados “homens de ciencia” – “Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários” (Schwarcz, 1993, p. 18), já procuravam, através de uma ciência positivista e determinista, encontrar saídas para o futuro da nação.

Em um estudo sobre duas gerações de intelectuais brasileiros, de 1920 a 1940¹⁸ e de 1954 a 1964¹⁹, Pécaut analisa como elas exerceram um papel imprescindível no cenário político nacional, mesmo que manifestassem muitas vezes uma negação do político ou, de acordo com a denominação do autor, uma ambivalência em relação ao fenômeno político. Essa atitude, entretanto, não passava de pura eloquência, pois, segundo o autor, os intelectuais brasileiros sempre se dedicaram às questões políticas.

Os intelectuais dessas duas gerações fizeram opções políticas diferenciadas. Os da primeira geração foram nitidamente motivados pela tradição autoritária, enquanto que os da segunda, em sua maioria, assumiram uma posição de esquerda contrária ao Estado autoritário vigente na época. Mesmo assim, para Pécaut (1989, p. 14), esses intelectuais mantinham uma “convicção de que lhes competia uma responsabilidade essencial na construção da nação”. Se os representantes da primeira geração tiveram sua posição legitimada pelas elites, os da segunda reivindicavam sua legitimidade ao tentarem se transformar em intérpretes das massas populares.

Pécaut (1989, p. 08) demonstra que os intelectuais não constituíram uma “camada social sem vínculos”. Pelo contrário, estavam enredados por uma série de laços com diferentes grupos sociais, notadamente com as elites das diferentes épocas. São esses laços, ou em uma denominação mais recente, essas redes das quais os intelectuais faziam parte, que lhes garantiam recursos que permitiam o crescimento de seu círculo de influências. Florestan Fernandes é um dos autores da segunda geração citados por Pécaut (1989, p. 91) que elaborou uma interpretação correta desse fenômeno: “Ele acentua bem como, até nas correntes de subversão intelectual, foram numerosos os que se detiveram a meio-caminho em razão de seus laços com as elites sociais”. Nesse caso, para Fernandes, mesmo a divergência poderia ser tolerada, pois fazia parte da elite. Nos dois períodos, segundo Pécaut, os

¹⁸ Pécaut cita como um dos principais representantes dessa primeira geração: Oliveira Viana, que foi influenciado pelas idéias de Alberto Torres. Além dele, faz referência a Alceu Amoroso Lima, Azevedo Amaral e Gilberto Freyre, entre outros.

¹⁹ O autor analisa especialmente os intelectuais participantes de algumas instituições que se tornaram reconhecidas posteriormente pela opção que fizeram pelo engajamento político, destacam-se entre elas: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os Centros Populares de Cultura (CPCs), um grupo formado dentro do Partido Comunista, o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), constituídos por nomes como Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édson Carneiro, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré e Ênio Silveira, entre outros. Além dessas instituições, há outras ligadas à Igreja Católica que também tiveram um papel significativo.

intelectuais são reconhecidos como parte da elite dirigente, com o privilégio de situarem-se acima do social.

O autor francês indica ainda que os intelectuais que atuaram a partir da década de 1920 transformaram-se em agentes políticos no sentido de procurar formar uma “consciência nacional” (Pécault, 1989, p. 25), bem como promover a “organização nacional”. Foram os próprios intelectuais que questionaram permanentemente sua função na sociedade. Duvidando da capacidade do povo para criar essa consciência a respeito de sua própria identidade, os pensadores atribuíam a si próprios essa tarefa. Nesse sentido, eles empenhavam-se na configuração de projetos que levassem a um melhor ordenamento social.

Ainda conforme a análise de Pécaut, os intelectuais da primeira geração não só embrenhavam-se, por meio de suas obras, nos caminhos da política, como participavam diretamente da política através de sua filiação em partidos políticos. Existiam múltiplas interferências entre o campo intelectual e o político, pois da mesma forma que os intelectuais consideravam que só com a organização de um Estado forte se poderia promover o desenvolvimento da sociedade brasileira, o Estado também contava com eles para alcançar uma unidade orgânica da nação. Os intelectuais não precisavam estar unidos do ponto de vista político, mas mantinham a mesma perspectiva com relação à realidade nacional.

A geração de 1954 a 1964 difere em relação ao posicionamento político da outra, mas em outros sentidos mantém uma certa continuidade na forma de atuação. Uma das principais mudanças que aconteceram na posição assumida pelo intelectual foi que daquela figura representativa da nação surge o intelectual “engajado”, posicionado ao lado das classes populares. Mas, apesar disso: “A problemática da ‘conscientização’, que caracterizava a marcha para o povo, demonstra também que a onipotência da consciência continua na ordem do dia” (PÉCAULT, 1989, p. 140). Ou seja, de certa forma, mesmo aliados às classes populares, os intelectuais permaneceram em uma posição acima do social. A avaliação de Pécaut sobre os intelectuais do ISEB sintetiza com precisão a continuidade do papel desempenhado pelos intelectuais nos dois períodos:

Lançaram uma ponte entre os pensadores de 1930 e os intelectuais engajados modernos. Dos primeiros, assimilaram a nostalgia da unidade social; dos segundos, a convicção de que as marcas da condição social particular dos intelectuais devem ser apagadas na solidariedade com as classes fundamentais. Em lugar da organização, colocaram o desenvolvimento. Substituíram a escolha corporativista pela opção em favor das forças progressistas. Ao status de elite dirigente, que conseguiram colocando-se na posição do poder, acrescentaram o de elite esclarecida, porta-voz do povo. (PÉCAULT, 1989, p. 140).

A partir de 1955, especificamente, Pécaut sugere que, de forma idêntica aos intelectuais de direita da década de 1930, os intelectuais de cunho nacionalista também consideravam-se seguros quanto a sua vocação para atuar nas mudanças sociais e políticas. Portanto, apesar das muitas inversões ocorridas entre as duas gerações, há certas continuidades como a permanência da nostalgia pela unidade da nação e a busca por uma “construção racional do Brasil” (PÉCAULT, 1989, p. 106). Uma certa dúvida em relação à capacidade do povo para a consecução desses objetivos também é mantida.

Elide Rugai Bastos (2006), em um estudo sobre Paulo Augusto Figueiredo – um dos intelectuais defensores da ditadura do Estado Novo de Vargas –, traz conclusões semelhantes às de Pécaut. A autora afirma que os intelectuais daquela época eram vistos como uma elite que seria capaz de salvar o país: “Assim, intelectuais das mais diversas formações e correntes de pensamento, como modernistas, positivistas, integralistas, católicos e socialistas, participaram desse entrelaçamento entre cultura e política que caracterizou os anos 30” (BASTOS, 2006, p. 124).

Da mesma forma que os intelectuais europeus várias vezes arrogaram-se a missão de organizar a sociedade, os intelectuais brasileiros também assumiam a função de organizar a cultura do país, auxiliando na formação de um homem novo. Nesse sentido é que Figueiredo utiliza-se muito dos trabalhos de Ortega y Gasset, pois o autor espanhol acreditava que cabia aos intelectuais a função de formador das massas. Bastos conclui seu artigo indagando sobre a necessidade de se explicar o motivo pelo qual os intelectuais brasileiros sempre ocuparam uma posição central na vida política do país.

Essa é uma questão que ainda permanece relevante no cenário nacional, pois a discussão sobre a implementação das cotas vem mais uma vez confirmar a

importância das posições dos intelectuais sobre temas relevantes da vida nacional. Intelectuais contrários e favoráveis às ações afirmativas no ensino superior público brasileiro assumem posições diferenciadas em relação ao seu papel. Enquanto os primeiros argumentam que suas opiniões são sustentadas pela ciência e, por esse motivo, mais isentas; os segundos são questionados pelos primeiros em sua postura por fazerem alianças com representantes do movimento negro. Ambos os grupos elaboraram manifestos²⁰ entregues aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado demarcando seus posicionamentos perante a questão das cotas nas universidades e ao Estatuto da Igualdade Racial.

Além da relação com a política, outra importante esfera que os intelectuais têm que enfrentar e utilizar é a da mídia. Cada vez mais o universo midiático seduz os intelectuais e, por outro lado, há pela mídia uma demanda pela opinião especializada. São essas conexões que serão abordadas a seguir.

1.5.2.4 AS RELAÇÕES ENTRE OS INTELECTUAIS, O CAMPO POLÍTICO E O CAMPO DA MÍDIA

Conforme a afirmação anterior, o papel político dos intelectuais no mundo contemporâneo encontra-se reduzido, pois outras instituições detêm o poder de determinar as agendas políticas, especialmente a mídia. A fim de interferirem de forma mais objetiva nas questões políticas, os intelectuais, assim como diversos

²⁰ De acordo com Bobbio (1997), o manifesto tem sido uma das principais formas pelas quais os intelectuais têm assumido publicamente seu engajamento político. No dia 29 de junho de 2006 foi entregue o manifesto “Todos têm direitos iguais na República Democrática”, (contrário à aplicação das cotas e à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial), no gabinete do então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a ele e ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), pela antropóloga Yvonne Maggie, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pelo militante negro José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista (MNS). O texto foi assinado por 114 pessoas, a maioria pesquisadores e acadêmicos, e foi publicado em vários jornais e em páginas da internet. Cinco dias após, um outro grupo, favorável às ações afirmativas, elaborou o “Manifesto em favor das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”. O manifesto foi redigido por Alexandre do Nascimento – Membro da Coordenação do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), por Frei David Raimundo dos Santos – Diretor Executivo da Rede de Pré-Vestibulares Comunitários: Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (EDUCAFRO) e por José Jorge de Carvalho – Professor de Antropologia da UNB e um dos propositores do projeto de ação afirmativa desta universidade. O manifesto foi entregue para os mesmos representantes da Câmara Federal e do Senado e assinado por mais de 300 pessoas – pesquisadores da área de ciências humanas e sociais e representantes de movimentos sociais – de diversas regiões do país.

atores sociais, têm que conquistar a visibilidade na mídia. Com o fenômeno da globalização e a difusão cada vez mais ampliada das novas tecnologias, a relação entre o mundo acadêmico e a esfera pública se modificou. O espaço midiático transformou-se em uma das instâncias mais importantes na orientação da conduta dos diferentes atores em diversos espaços sociais. A principal razão desse acontecimento é que o campo da mídia acaba subordinando as demais esferas à sua lógica específica, mercadológica (ORTIZ, 2003). Se antes os intelectuais podiam se refugiar nas suas práticas e saberes específicos, nesse momento essa independência está cada vez mais comprometida.

A perspectiva de Bourdieu (1997), ao escrever *Sobre a televisão*, aparenta um certo alarmismo em relação aos poderes dos meios de comunicação. Mas sua preocupação encaminha-se no sentido de compreender como o campo jornalístico, profundamente influenciado pelas pressões do mercado, acaba, de certa forma, modificando as relações de forças no interior dos outros campos.

Observa-se que muitos debates, para serem entendidos por um público mais amplo, são traduzidos para uma linguagem menos hermética. O capital que provê o intelectual contemporâneo não vem somente do seu próprio campo. Cada vez mais os intelectuais participam de programas televisivos, assinam colunas em jornais e são chamados para debates de acordo com suas especialidades. Na visão de Bourdieu (1997, p. 16), para muitos intelectuais “ser é ser percebido na televisão”.

Diferentemente de outros campos, o campo jornalístico²¹ exerce uma pressão muito grande sobre os outros campos. Além de estar mais sujeito aos constrangimentos comerciais, também transmite essa influência para os demais campos. Na interpretação de Bourdieu, portanto, todos os campos estão sujeitos às limitações impostas pelo campo jornalístico.

O campo jornalístico, devido a sua característica heterônoma, confere uma espécie de autoridade àqueles que opinam sobre os mais diversos assuntos. A autoridade e a competência científicas que antes eram julgadas pelos próprios pares no interior do campo, passam a ser atravessadas cada vez mais pela visibilidade do intelectual na mídia. Nesse caso, a consagração na esfera midiática também é considerada pelas comissões científicas e centros de pesquisa. Na análise de

²¹ Bourdieu (1997) utiliza a denominação de campo jornalístico, mas considera os meios de comunicação como um todo, especialmente a televisão.

Bourdieu (1997), os critérios de avaliação externos ao campo científico impõem-se de maneira mais intensa. Não basta somente publicar artigos em periódicos científicos nacionais e internacionais, participar de congressos, orientar teses etc. É preciso também participar de programas de debates, publicar matérias em jornais e aparecer para um auditório mais amplo.

Não é possível analisar a atuação dos intelectuais, do Estado ou de qualquer grupo organizado da sociedade civil sem avaliar sua articulação como os meios de comunicação²². Conforme Rousiley Maia (2006, p. 157), a sociedade contemporânea está configurada pela mídia de maneira profunda e irreversível. Isso não significa, entretanto, simplificar essa relação. Ao analisar o papel da mídia, deve-se tomar o cuidado de não cair em um dos extremos citados por Maia: vê-la isolada de um contexto social que pressupõe determinados arranjos institucionais e configurações políticas, ou, ignorá-la. Ainda conforme a autora, o campo da mídia detém os instrumentos que servem para a produção da visibilidade, dos quais os atores participantes de outros campos dependem. O espaço de visibilidade proporcionado pela mídia atua como uma espécie de “arena” onde ocorrem as disputas políticas e os “debates cívicos”.

Bourdieu (1997) não deixa de manifestar uma preocupação, um tanto reducionista, com a atuação da mídia em *Sobre a televisão*. Na interpretação de Canclini (2005), o sociólogo francês, além de efetuar uma restrição do campo midiático ao campo jornalístico, não reconhece as diferentes estratégias utilizadas pelos meios de comunicação e, tampouco, os diferentes tipos de audiência. Bourdieu (1997, p. 113) pergunta-se sobre o que fazer diante dessa intromissão do campo jornalístico nos demais campos, particularmente o científico: demarcar e restaurar as fronteiras entre os campos ou,

sair da torre de marfim [...] para impor os valores oriundos do retiro na torre de marfim e servir-se de todos os meios disponíveis, nos campos especializados ou fora, e no interior do próprio campo jornalístico, para tentar impor no exterior as contribuições e as conquistas possibilitadas pela autonomia.

²² No texto já citado de Feres Junior (2005), o autor alerta para a constante presença na mídia de artigos de intelectuais especialistas no tema das relações raciais argumentando sobre as ações afirmativas, embora observe que há uma clara proeminência de matérias contrárias às cotas.

A resposta a essa questão Bourdieu fornece em *Contrafogos 2* (2001), muito mais do que em sua obra sobre o campo jornalístico. Se nos anos de 1960 e 1970 a posição do sociólogo francês era de que a política se contrapunha à institucionalização do campo acadêmico, a partir de *Contrafogos 2*, a prática política do intelectual passa, na visão do autor, a ser uma arma e não uma ingerência externa. Bourdieu retoma a tradição francesa, presente pelo menos desde Zola e revigorada por Sartre, do intelectual enquanto homem público. “Sair da torre de marfim” é, portanto, a resposta de Bourdieu. Conforme ressalta Ortiz (2003, p. 29):

Para que os demônios do campo intelectual sejam alimentados, é preciso sair dos limites da estreita competência técnica e voltar-se para a crítica dos padrões dominantes da produção cultural, confirmando, uma vez mais e por outros caminhos, a porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais.

Além do movimento de “sair da torre”, o intelectual deve adquirir consciência de suas próprias coordenadas sociais, porque nunca poderá falar a partir de um não-lugar. Por esse motivo, conforme prescrição de Canclini (2005), os intelectuais não podem ser analisados somente a partir de seus enunciados teóricos, mas por meio de outras formas pelas quais estabelecem a sua argumentação. Nesse caso, suas relações com instituições, com os movimentos sociais e com a mídia devem ser motivo de atenção.

1.6.2.5 INTELECTUAL: “A MORALIDADE DO COMPROMISSO”²³

Bourdieu (2001) afirma que os intelectuais, principalmente os especialistas em ciências sociais, não só podem como devem intervir no mundo político. No entanto, não é porque o intelectual interfere na política que se transforma necessariamente em um político. Ele deve agir como alguém que engaja seu conhecimento específico e os valores relacionados a sua profissão em uma luta política sem, entretanto, renunciar a sua competência enquanto pesquisador. Porém, ao assumir tal atitude de intervir no campo político ele pode ser visto por seus pares como aquele que compromete a neutralidade axiológica, ou, pelos políticos, como

²³Subtítulo inspirado no título do livro de BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão. *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

uma ameaça ao monopólio de sua intervenção. Isso tudo deve ser realizado sem abandonar um exercício de crítica permanente da autoridade intelectual.

O intelectual contemporâneo, na visão de Bourdieu (2001, p. 39), cumpre funções negativas e positivas. As funções negativas seriam aquelas de “produzir e disseminar instrumentos de defesa contra a dominação simbólica”, muitas vezes produzida pela própria ciência. Sua função positiva seria a de contribuir para a realização de um trabalho coletivo que vise a criação política. Esse intelectual tem que deixar de refugiar sua crítica “no pequeno mundo acadêmico” (Bourdieu, 2001, p. 40), no qual a crítica encanta-se consigo mesma – e o próprio intelectual é por ela encantado – e preocupar-se com o resto do mundo. Deve criar condições concretas para a produção de utopias coletivas e realistas.

De acordo com L’Estoile, Neiburg e Signaud (2002), há duas versões predominantes no mundo acadêmico a respeito das relações entre o universo científico e o político. De um lado situam-se as posições que consideram a política enquanto um meio para a ciência. Os cientistas devem, nesse caso, distinguir as atividades que realizam nas universidades e instituições de pesquisa daquelas que executam como cidadãos, como quando participam da implementação de políticas públicas. De outro lado encontram-se as formulações que colocam a ciência a serviço da política. O conhecimento científico nesse sentido deveria ser utilizado na resolução dos problemas sociais. No primeiro caso, o público-alvo seriam os acadêmicos e a pesquisa pura mais valorizada que a pesquisa aplicada. No segundo caso, o Estado, os movimentos sociais e os militantes seriam o público-alvo preferencial. Ainda de acordo com os autores, essas duas formas de conceber as relações entre ciência e política constituem tipos ideais e se apóiam em uma rígida divisão entre ciência pura e aplicada. Os autores observam que essas relações variam historicamente e que a autonomia da ciência em relação à política não deve ser vista como “um valor absoluto” (L’Estoile, Neiburg e Signaud 2002, p. 15), mas como uma situação produzida em determinadas condições e por grupos e agentes específicos. Apoiados em Steven Shapin, os autores afirmam que a definição do que é ciência e do que lhe é exterior é uma construção que varia temporalmente. Portanto, as disciplinas acadêmicas podem desenvolver determinados graus de autonomia e, mesmo assim, realizarem alianças como certos setores da administração pública, movimentos sociais ou pesquisadores estrangeiros.

L'Estoile, Neiburg e Signaud (2002) chamam a atenção para o que pode estar oculto na oposição entre ciência e política. Para eles, tal oposição esconde as relações entre as práticas científicas, a formação e o *modus operandi* dos Estados. Só a análise histórica e comparativa pode, na interpretação dos autores, evidenciar relações de dependência entre a ação política, a elaboração de políticas estatais e a produção do conhecimento. Para concluir, segundo aconselham L'Estoile, Neiburg e Signaud (2002, p. 17) é mais fecunda a abordagem que considera os “produtores de conhecimento” como partes interessadas nas lutas pela definição do papel do Estado e das políticas que ele desenvolve, do que concebê-los como situados no “exterior” dessa instituição.

As relações entre ciência e política aparecem como um pano de fundo importante no debate sobre as cotas para estudantes negros no Brasil. Investigar em que termos os intelectuais representantes da retórica conservadora e da retórica progressista compreendem seus próprios posicionamentos dentro desse debate é fundamental para um melhor entendimento da disputa, já que em cada um desses lados encontra-se em jogo formas diferentes de relacionamento com o Estado brasileiro e as políticas que tem implementado.

No entanto, antes de se examinar os dois tipos de retórica presentes no campo das ciências sociais brasileiras, verificar-se-á quais os principais temas, ou se preferirmos a denominação de Perelman e Olbrechts-Tyteca, quais os importantes *topoi* que constantemente estimularam as discussões dos intelectuais e que, mais uma vez, se fazem representar no debate sobre cotas no ensino superior.

3 RAÇA, MISTIÇAGEM E NAÇÃO: RECORRENTES *TOPOI* DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Os estudos sobre a formação e a identidade nacional nas ciências sociais brasileiras envolvem certos lugares recorrentes. O significado de raça, o papel da mestiçagem e as narrativas sobre a nação são lugares¹ que se interconectam permanentemente tanto nas interpretações teóricas quanto nos discursos do cotidiano. É indispensável, portanto, analisar a conformação desses *topoi*, especialmente porque eles reaparecem de forma significativa nas discussões sobre a implementação de cotas para estudantes negros no ensino superior. O que se observa na disputa entre os intelectuais elaboradores da retórica conservadora e da retórica progressista é o embate em torno desses pontos de vista, que orientam as posições dos mais diversos auditórios.

As discussões a respeito da temática racial e seus correlatos, como a mestiçagem, sempre fizeram parte da preocupação da elite intelectual e política do país, da mesma forma que interferiram nas análises sobre a configuração do estado-nação brasileiro. O debate sobre ações afirmativas no Brasil reavivou as diferentes argumentações em torno desses temas. É possível identificar atualmente pelo menos duas maneiras distintas de se analisar a questão racial e a mestiçagem. Há cientistas sociais que recuperam a interpretação freyriana e de outros autores e vêem o Brasil como resultado de um profundo e autêntico processo de miscigenação, o que gera como consequência a formação de uma sociedade com características cordiais e com um ideal de democracia racial. E, ao mesmo tempo, há autores que seguem uma linha inversa, resultante de um rompimento explícito com aquele tipo de interpretação.

Essa ruptura começou a ser realizada na década de 1950, principalmente com as pesquisas realizadas pela Escola Paulista de Sociologia. No período da ditadura militar, as discussões sobre raça foram, de certa forma, colocadas de lado e os governos militares reassumiram o ideário da democracia racial. Na década de 1980, o debate é retomado especialmente por pesquisas de caráter sociológico e demográfico que comprovam a relação entre discriminação racial e desigualdade

¹ Verificar o conceito de lugares no segundo capítulo: página 43, nota 14.

social². Ocorre também nessa mesma época, de acordo com Jocélio Teles Santos (2002), uma espécie de ruptura discursiva em relação à integração cultural dos afro-brasileiros e uma politização dos estudos sobre as relações raciais. A população negra não é mais só representada em seu aspecto “cultural” e “performático”, mas são publicizadas as discriminações que vivencia em múltiplos espaços sociais. Isso não significa negar a importância da dimensão cultural, mas demonstrar que ela foi a forma como o Estado brasileiro³ – em períodos determinados – incorporou a população negra no imaginário nacional, a partir do mito da democracia racial.

De acordo com a interpretação de Guimarães⁴ (2006a), havia um consenso na sociologia brasileira a respeito do país que foi rompido a partir da década de 1980. Esse antigo consenso assentava-se em quatro pontos: o primeiro deles era a crença na não existência de raças, o segundo correlacionava as desigualdades raciais às desigualdades de classe, o terceiro considerava a mestiçagem como principal fator de unidade da nação brasileira e, finalmente, o quarto era a crença de que a democracia representativa resolveria os problemas relativos à estabilidade e à ordem e que as resoluções de conflitos de classes seria realizada através de partidos, de associações de classe etc. É justamente esse consenso que o sociólogo afirma não existir mais, sendo substituído por um outro que começou a ser

² A principal obra que marca uma nova interpretação acerca das relações raciais no Brasil é o livro de HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Rio de Janeiro: Editora da IUPERJ, 2ª edição, 2005. No livro, publicado originalmente em 1979, o autor conclui que a discriminação racial presente na sociedade brasileira não é resultado de resquícios do processo escravista. Demonstra também a desvantagem da população não branca em relação aos brancos durante o processo de industrialização e urbanização do país, além de tratar das diferenças inter-raciais no processo de mobilidade social. Em recente análise sobre o livro, Fry (2005/2006) avalia *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* como um tipo de narrativa ideológica tão importante para o movimento negro brasileiro quanto *Casa-Grande e Senzala* foi para os modernistas. Porém, o antropólogo afirma que apesar das análises contundentes contidas no livro, seu impacto foi muito restrito e não abalou o ideal de democracia racial do Estado brasileiro, que só viria a ser definitivamente questionado a partir de 1995, com o reconhecimento oficial pelo governo brasileiro da existência de racismo no país.

³ Santos (2002) evidencia que, tendo como pano de fundo a crença na democracia racial, o Estado brasileiro desenvolveu uma política tanto de condenação da discriminação racial como “princípio sagrado” do processo de integração racial brasileiro – no governo de Juscelino Kubitschek – como de integração cultural da população negra no governo de Jânio Quadros. Ele mostra que no período de Jânio Quadros a cultura afro-brasileira se transformou numa espécie de bem simbólico, tratada como um assunto de Estado e fazendo parte inclusive da política externa do país. Em outras palavras, isso significava “cristalizar as manifestações culturais afro-brasileiras através do discurso de que elas estavam imersas na cultura nacional” (SANTOS, 2002, p. 180). A cultura afro-brasileira, deste modo, e segundo a avaliação de Santos, é um elemento importante para os governos desde Jânio Quadros até a chamada Nova República.

⁴ Palestra realizada na Mesa Redonda promovida pela ABA: “As novas inflexões raciais no Brasil”. 58ª Reunião Anual da SBPC. Sexta-Feira, 21/07/2006 – 16:00 horas – Auditório Laranjeira: Centro de Cultura e Eventos – UFSC. Transcrição integral da fita feita pela pesquisadora.

formulado na década de 1980, mas que atualmente tem adquirido ainda mais força. Fazem parte das idéias estruturantes do novo consenso:

- o fato do racismo e da discriminação racial serem considerados como fatores responsáveis pelas desigualdades sociais no Brasil;
- as raças não são avaliadas como realidades biológicas, mas são consideradas realidades sociais, que estruturam as oportunidades de vida dos indivíduos;
- a unidade do povo brasileiro já não é mais garantida pela idéia da mestiçagem, mas pela idéia de cidadania e de garantia dos direitos civis;
- a nação brasileira é, a exemplo das demais nações americanas, classificada como pluriétnica, multirracial e multicultural. Essa mudança deu-se em função das amplas reformas constitucionais que os países latino-americanos realizaram, a partir dos anos 1980 e 1990 ;
- a democracia é vista muito mais como um exercício de direitos que visa a garantia da igualdade de oportunidades.

A conclusão de Guimarães de que há uma interpretação bastante diferenciada sobre o país sendo fomentada nas ciências sociais brasileiras é totalmente pertinente. O que pode ser questionado é o fato de existir um consenso a respeito desse novo ideário. O debate entre os intelectuais sobre a aplicação de políticas afirmativas no ensino superior no Brasil parece demonstrar que há uma resistência nas ciências sociais brasileiras a esse consenso, e um dos pontos de discordância concentra-se no fato de muitos cientistas sociais considerarem a mestiçagem como um importante fator de integração e de identidade nacional.

O objetivo desse capítulo é verificar como a temática envolvendo a questão étnico-racial no Brasil foi tratada e como os intelectuais elaboradores dos dois tipos de retórica, conservadora e progressista, se posicionam em relação a ela. Em primeiro lugar será apresentada uma síntese do significado do conceito de raça e sua transformação em diferentes períodos históricos. Em seguida, será analisado como a questão da raça e seus correlatos, a mestiçagem e o branqueamento, se tornou uma fonte de preocupação para a elite intelectual e política do país.

Finalmente, será examinado o impacto desse debate no discurso dos intelectuais contrários e favoráveis às políticas de ação afirmativa.

3.1 TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE RAÇA

As análises sobre a questão racial no Brasil estão presentes desde pelo menos o final do século XIX. É importante demonstrar como, de uma forma ou de outra, a retórica da raça constantemente reaparece no cenário brasileiro. A fim de melhor entender porque estamos enredados por esse signo, é oportuno observar como ele foi construído no decorrer da história.

De acordo com Marques (1995, p. 40), durante a Idade Média, até pelo menos o século XVI, a expressão raça tem como referência a idéia de pertencimento a uma linhagem. Posteriormente, o significado semântico da palavra vai sendo ampliado até referir-se a povos e a divisões da humanidade. Essa primeira acepção do conceito, segundo o autor, recebia do passado “o determinismo irreduzível da ascendência e do sangue”.

Com o processo de colonização efetuado pela Europa, os colonizadores passaram a determinar os outros – povos colonizados – através da raça. O conceito assume a versão de um pensamento classificatório que determinará uma divisão entre “os humanos e os não-humanos”. O corpo será então o lugar fornecedor de critérios para essa nova separação da humanidade.

Marques demonstra que o pensamento racial moderno se constituirá com a afluência de saberes que se tornavam autônomos, desde a anatomia e a fisiologia, até a filosofia, a teologia e a história. Ao mesmo tempo em que o outro é descoberto pelos europeus, o pensamento ocidental empreende seu processo de conhecimento por meio dos processos de classificação. O pensamento racista⁵, portanto, segue estritamente essa regra e pensa a diversidade humana como resultado de uma correspondência entre o tipo físico e as características mentais. As construções

⁵ O pensamento racista pode ser definido como uma “doutrina segundo a qual a raça determina a cultura, no sentido em que as diferenças entre as raças determinariam as diferenças entre as aptidões mentais, as atitudes e os costumes. E, ainda: “visão da história ou da evolução social, que se apresenta como uma teoria explicativa, baseada nesta ou naquela classificação das ‘raças humanas’ hierarquicamente ordenadas numa escala de valor” (TAGUIEFF, 1997, p. 137).

teóricas acerca das raças, ainda segundo o autor, atingem seu apogeu no final do século XIX. De acordo com essas teorias, as diferenças entre os seres humanos são detectáveis a partir dos caracteres físicos que podem ser observáveis. Nesse sentido, o próprio comportamento individual seria determinado pelo pertencimento racial.

Marques (1995) esclarece que o pensamento científico racialista moderno não se contentou em estabelecer tipologias e taxonomias, mas demandou também uma forma de ação política. Nesse momento, o racialismo se junta ao racismo e o que era teoria dá lugar à prática. Dessa forma, por meio de discursos cientificizantes a “hegemonia européia, a situação colonial e os sucessivos genocídios e etnocídios” são legitimados (MARQUES, 1995, p. 43).

O conceito de raça se expande ainda mais e invade a política e a história. Raça e nação passam a participar do mesmo registro. Segundo Marques (1995, p. 43): “A raça funde-se com a nação, estruturando a emergente ideologia nacionalista e, paradoxalmente, é utilizada para gerir antigas divisões identitárias no seio dos próprios Estados”. O pensamento racialista moderno sofreu uma verdadeira revolução com a apropriação do modelo evolucionista de Darwin pelas ciências sociais – o darwinismo social. A história das nações seria transformada numa história natural das raças, que determinaria a sobrevivência das mais aptas. Veremos adiante que essa vertente do pensamento racialista também se disseminou no Brasil provocando sérias consequências.

Na passagem para o século XX, conforme evidencia Marques (1995, p. 45), o conceito de raça estava difundido em todos os campos dos saberes, “é uma chave que fornece inteligibilidade à diversidade, legitimidade à dominação e fundamento à destruição” Atualmente o conceito possui pelos menos três significados: raça definida como povo ou grupo lingüístico; raça correspondendo a uma categoria de subespécie ou variedade, presente no discurso biológico; e por fim, raça como um conceito analítico, que se refere a um grupo de indivíduos socialmente definido em função de determinadas marcas físicas. Nesse caso teria o caráter de construção social. É esse sentido que Guimarães (1999, 2002) dá ao termo em seus estudos.

Uma sociedade racista seria aquela na qual utilizam-se marcadores físicos como forma de estabelecer distinção entre grupos sociais. Ocorre uma espécie de naturalização das relações sociais com base no fenótipo físico, em que está

subjacente a relação com determinadas características intelectuais, morais ou comportamentais.

3.2 A PREOCUPAÇÃO COM A RAÇA, O PROTAGONISMO DA MISTIÇAGEM, A INCORPORAÇÃO DAS TEORIAS RACIALISTAS PELOS INTELECTUAIS E OS “HOMENS DE CIENCIA”⁶ NO BRASIL

Thomas Skidmore (1990) demonstra que as idéias a respeito de raça faziam parte da preocupação de uma elite intelectual e política brasileira desde o período posterior à abolição da escravidão. Até 1870 a discussão predominante entre a elite do país era sobre a escravidão e não a respeito da raça, pois uma das doutrinas sociais predominantes era o liberalismo que previa a eliminação de obstáculos à liberdade individual. A escravidão, por conseguinte, era um desses obstáculos e deveria ser extinta para que o país pudesse seguir rumo a um desenvolvimento de caráter liberal. Após a abolição, junto com a preocupação sobre o trabalho livre e a aquisição de uma mão-de-obra qualificada, chegava da Europa o pensamento “científico” a respeito das raças que advogava a superioridade da raça branca sobre as demais, além de condenar enfaticamente a miscigenação. As teorias racialistas foram recebidas no Brasil com apreensão, pois, a partir desses preceitos, a análise da composição racial do país comprovava o irremediável comprometimento de seu desenvolvimento social e econômico.

Havia duas posições estabelecidas entre os intelectuais brasileiros sobre a questão racial, uma que considerava a miscigenação como degenerescência e outra que a via como o caminho para o branqueamento. Para Skidmore (1990), as teorias raciais influenciaram os pensadores brasileiros de diferentes formas. Dentre os principais expoentes que compartilhavam a posição mais pessimista a respeito da realidade racial brasileira, de que o país estava condenado pela miscigenação, estava o médico baiano Nina Rodrigues. No entanto, muitos pensadores situavam-se na opção que previa o branqueamento como solução para os problemas raciais brasileiros, pois através da contínua mistura com europeus seria criado um

⁶ Designação utilizada por SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

movimento que ia do inferior (negros) até o superior (brancos). Um dos principais teóricos defensores da tese do branqueamento foi Oliveira Vianna. Para ele, com o declínio de indígenas e negros haveria um aumento de brancos na população do país.

Segundo Seyferth (1995, p. 180), a tese do branqueamento⁷ da nação por meio do processo de miscigenação previa que a seleção natural se encarregaria de eliminar as supostas “raças inferiores”. De acordo com a autora, havia a seguinte contradição entre os teóricos do racismo: aqueles que defendiam a pureza racial e a condenação total da mestiçagem, e os darwinistas sociais que estavam convictos da superioridade da raça branca, mas acreditavam que através do processo de seleção natural poderiam ser criadas raças puras mesmo em meio à diversidade. Tais contradições serviram às formulações racistas brasileiras e desse modo implementou-se com segurança a tese do branqueamento. De acordo com a interpretação de Seyferth (1995, p. 181):

O dogma racista condena todos os mestiços à extinção progressiva, criando, assim, uma dificuldade quase incontornável para as ciências das raças à brasileira, defrontada com uma enorme variedade de mestiços de todas as matizes. Mas, assim como Gobinaeau conseguiu imaginar algum tipo de mestiçagem criativa, nossos pensadores inventaram o branqueamento, dando alguma chance a uns poucos eleitos como “mestiços superiores”. Ideologias nem sempre precisam de coerência para serem assumidas como verdades

O ideal de branqueamento estava diretamente relacionado com a miscigenação. Em outras palavras, a mestiçagem era a solução para um povo que deveria branquear-se por força dos “brancos superiores” e, com sorte, fazer desaparecer parte da população nacional formada por negros, índios e mestiços (SEYFERTH, 1995).

⁷ De acordo com HOFBAUER (2006, p. 27-28), o ideário do branqueamento pode ser conceituado como: “[...] a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal. Traz em si um potencial de resistência contra qualquer tentativa de ‘essencializar’ os limites de cor e/ou de raça, uma vez que faz com que os indivíduos tendam a apostar em negociações pessoais e contextuais das fronteiras identitárias e tendam a rejeitar processo e mecanismo formais de delimitá-las. Essa prática social tem contribuído para encobrir o teor discriminatório embutido no esquema ideológico e também para abafar eventuais contra-reações coletivas”.

Na interpretação de Seyferth (1995), os mestiços representam tanto um empecilho classificatório para os defensores da idéia de raça, como também servem de prova para reforçar o mito da não existência de preconceito racial no Brasil. É justamente a idéia de mestiçagem que comprova a tese da ausência de preconceito.

Kabengele Munanga (1999, p. 93) é outro autor que alerta sobre o fato de a idéia de mestiçagem estar acompanhada do ideal do branqueamento da população. Ela era vista no século XIX como um dos primeiros degraus que deveriam ser alcançados na tentativa de “conjurar a ‘ameaça racial’ representada pelos negros”. O autor demonstra que tanto as relações raciais quanto a mestiçagem constituem uma das mais importantes tramas pelas quais foi interpretada a história da América Latina, tecida por autores que previam a formação de uma “nova raça”. Munanga prossegue indicando que esse modelo além de não democrático, é assimilacionista – no sentido de inibir as diferentes identidades existentes – e procura integrar os diversos tipos de resistência que poderiam ser oferecidos a essa construção da identidade nacional. Ainda de acordo com o autor, o que está por trás da expressão de que “no Brasil todos são mestiços” é a busca de uma unidade nacional racial e cultural. Para finalizar sua interpretação acrescenta:

Se a mestiçagem representou o caminho para nivelar todas as diferenças étnicas, raciais e culturais que prejudicavam a construção do povo brasileiro, se ela pavimentou o caminho não acabado do branqueamento, ela ficou e marcou significativamente o inconsciente e o imaginário do povo brasileiro. O universalismo tão combatido pelos movimentos negros contemporâneos se recupera justamente através da mestiçagem e da idéia do sincretismo sempre presentes na retórica oficial (MUNANGA, 1999, p. 126).

Duas intelectuais que também se preocupam com o papel da mestiçagem na formação da identidade nacional são Iray Carone (2002) e Maria Aparecida Silva Bento (2002). Elas alertam para o fato de a mestiçagem ter desempenhado uma missão de extrema importância política, provocando um discurso a respeito do processo de homogeneização biológica do qual a identidade nacional seria devedora. Carone (2002) propõe duas possibilidades de entendimento do branqueamento sempre em relação ao processo de mestiçagem. Ele pode ser compreendido inicialmente como resultado de um processo intenso de miscigenação entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento do

número de mestiços na população brasileira. Mas, a ideologia do branqueamento também pode ser analisada como uma espécie de pressão cultural que os brancos exercem sobre os negros principalmente após a abolição da escravidão, com o objetivo de fazer o negro recusar a sua própria condição, ou seja, a si mesmo.

A autora retoma o dilema que se apossou da elite abolicionista diante do diagnóstico de Arthur Gobineau⁸ de que a miscigenação causaria a degeneração, uma vez que as teorias raciais que ele defendia condenavam o cruzamento inter-racial. Os juristas e médicos que formavam a maior parte da elite abolicionista ficaram profundamente divididos entre “condenar a mestiçagem ou adaptar o discurso racista à realidade social do país” (CARONE, 2002, p 15). A solução para o problema veio dos juristas positivistas que defendiam argumentos baseados na teoria elaborada pelo filósofo francês Augusto Comte, de que o caminho para a positividade nas ciências humanas deveria ser acompanhado da evolução das instituições. Nesse caso, embora os juristas tivessem um posicionamento progressista no que se refere à condenação do regime escravocrata, eles defendiam concepções racialistas, a partir das quais as raças eram definidas tanto por características físicas comuns como por diferenças mentais transmitidas hereditariamente. O branqueamento, por conseguinte, tornou-se a solução que possibilitava uma “postura otimista diante da mestiçagem entre negros e brancos, índios e brancos, etc.” (CARONE, 2002, p 15).

O branqueamento também era defendido por uma vertente liberal que desejava a modernização industrial para o Brasil. Além da pressuposta superioridade racial dos brancos, a vinda de europeus representava, para essa vertente, uma mão-de-obra de maior produtividade quando comparada a dos negros. Nesse sentido, a abolição da escravidão era a forma para o país adaptar-se mais facilmente à economia industrial capitalista, trazendo uma mão-de-obra já acostumada a essa condição. A preocupação dos abolicionistas e de parte da elite brasileira era preparar o país para conformar-se às novas relações advindas com o

⁸ “O conde Gobineau, autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, obra publicada em 1853, era partidário do determinismo racial absoluto. Ao mesmo tempo compartilhava do darwinismo social, introduzindo a noção de ‘degeneração da raça, resultado da mistura de espécies humanas diferentes. [...] Arthur de Gobineau permaneceu no Rio de Janeiro como enviado francês durante quinze meses. Sua correspondência diplomática com D. Pedro II pode ser encontrada na obra *Arthur de Gobineau et le Brésil*. Nos idos de 1869, o diplomata francês analisou a população e a estrutura política do Brasil. A perspectiva de análise do diplomata francês atravessou o pensamento de diversos autores nacionais” (ABREU, 2004, p. 07).

capitalismo industrial, sem a menor apreensão com o que seria feito dos negros e de seus descendentes. Os membros dessas elites não procuraram definir qualquer medida relativa aos negros libertos. Conforme salienta Carone (2002, p. 16):

A ideologia do branqueamento era, portanto, uma espécie de darwinismo social que apostava na seleção natural em prol da 'purificação étnica', na vitória do elemento branco sobre o negro com a vantagem adicional de produzir, pelo cruzamento inter-racial um homem ariano plenamente adaptado às condições brasileiras.

A análise de Carone é confirmada por Edward Telles (2003, p. 45) quando afirma que as teorias eugenistas desenvolveram-se fortemente no Brasil na virada do século XIX para o século XX com um grande efeito sobre a política e a ideologia do país. Os eugenistas brasileiros, é importante frisar, adotaram a linha neo-lamarckiana, dominante entre os franceses. O argumento principal dessa linha do eugenismo era de que "as deficiências genéticas poderiam ser superadas em uma única geração". O neo-lamarckianismo teve profundas implicações na forma como se interpretou a idéia de raça nas décadas que se seguiram. Os acadêmicos defensores dessa linha proclamavam a inferioridade racial do negro e do "mulato", mas acreditavam que essa condição poderia ser superada por meio da miscigenação. O branqueamento, por esse motivo, seria a solução que evitaria a degeneração através da mistura de brancos e não-brancos. Partindo desse pressuposto, a política da imigração no Brasil foi sustentada pela idéia do branqueamento, conforme exposto anteriormente.

Como comprovação dessa política de Estado adotada no país, Telles assegura que o grau de branqueamento da população brasileira previsto pelos eugenistas só poderia ser avaliado 50 anos mais tarde, em 1940. Para evitar a realização dessa avaliação antes do tempo previsto a questão da cor foi omitida do censo no Brasil em 1900 e 1920 e, em 1910 e 1930, não houve recenseamento. Apesar do quesito cor não fazer parte do formulário do censo de 1920, conforme verifica Telles (2003, p. 49), constava no resultado do recenseamento desse ano um artigo de Oliveira Viana que apregoava a "rápida redução do 'coeficiente de sangue inferior' no *pool* genético brasileiro". É importante observar que em 1970 os militares também retiraram o quesito cor do censo daquele ano. A ausência dos dados

relativos à cor foi utilizada várias vezes como uma política de Estado no Brasil, no intuito de encobrir as diferenças na composição étnico-racial do país.

Ainda segundo Telles (2003, p. 49), no ano de 1920, com a redução considerável da imigração européia, a preocupação com a miscigenação reapareceu. Nessa época surge uma nova geração de eugenistas que desafia os neo-lamarckianos. Na Primeira Conferência Eugênica Brasileira, em 1929, houve um intenso debate sobre se o processo de mescla com negros poderia ou não levar à degeneração. Edgar Roquette-Pinto argumentou que a miscigenação era “normal e saudável” e, portanto, não-degenerativa. Nesse período no Brasil, segundo análise de Stepan (Stepan apud. Telles, 2003), diferente da Alemanha por exemplo, a variante da eugenia que predominou estava relacionada à higiene pública, que era compatível com a mistura de raças e com a democracia racial. Logo, grande parte da elite e dos eugenistas brasileiros exaltam as virtudes da miscigenação.

A publicação de *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, na década de 1930, além de transformar definitivamente o conceito de miscigenação em algo positivo, em contraposição às teorias racialistas até então vigentes, popularizou a idéia de democracia racial. Porém, o conceito de miscigenação de Freyre permaneceu atrelado ao branqueamento⁹, pois ele reconhecia que a miscigenação só pôde acontecer nos tempos modernos em virtude da “crença popular na ideologia (da supremacia branca) do branqueamento” (TELLES, 2003, p. 51). Sua atitude preconceituosa favorável ao branqueamento pode ser avaliada na seguinte frase citada por Telles: “os negros estão desaparecendo rapidamente no Brasil, fundindo-se com o estoque branco” (FREYRE apud TELLES, p. 51). Bento (2002) corrobora a identificação de Freyre com o ideal de branqueamento e cita uma frase em que o autor pernambucano assegura que “o problema do negro está simplificado no Brasil pelo amplo processo de miscigenação que atingiu a maior parte da sociedade, só não abarcando uns poucos quilombos ou algum grupo branco mais ‘intransigente’” (FREYRE apud BENTO, 2002, p. 48). Para ela, o branqueamento também representou uma reação da elite branca ao medo provocado pelo negro, ou seja, o medo que as elites tinham da população negra no período próximo ao episódio da abolição da escravidão, conforme demonstrado na obra de Azevedo (2004a).

⁹ Verificar a esse respeito a análise de HOFBAUER (2006).

No final do século XIX, o Brasil era considerado como um caso singular de miscigenação racial. A imagem de um país mestiço não se restringia ao debate interno, mas estava presente na interpretação que diversos viajantes e naturalistas construíram sobre o país.

Conforme assinala Schwarcz (1993), as teorias raciais apesar de terem chegado tardiamente ao país, quando comparada à época em que fizeram sucesso na Europa, em meados de 1800, foram acolhidas com bastante entusiasmo. A recepção positiva dessas teorias está vinculada a outros acontecimentos, pois, os anos 1870 podem ser entendidos como um marco na história das idéias no Brasil. Além da entrada de todo um repertório positivista e evolucionista, do qual as teorias raciais constituem um dos principais exemplos, há, concomitantemente, o fortalecimento de alguns centros de ensino nacionais.

O argumento racial foi construído e utilizado de forma política e histórica, da mesma forma que o conceito de raça. Mas, o que importa ressaltar, na interpretação de Schwarcz, é justamente a forma como as elites intelectuais não só se apropriaram dessas teorias, como as utilizaram de maneira original. As teorias raciais serviram para justificar o estabelecimento de critérios diferenciados de cidadania no país. Mas, ao mesmo tempo, na medida em que interpretavam a mestiçagem de maneira pessimista, acabavam por tornar inviável um projeto de nação. A solução encontrada pelos intelectuais foi a adoção do darwinismo social que estabelecia a diferença hierárquica entre as raças. As implicações negativas da miscigenação, por sua vez, não foram problematizadas. Se o darwinismo social instituíra uma determinada hierarquia, a teoria evolucionista preconizava que as raças humanas encontravam-se em constante aperfeiçoamento. Desse modo, acreditava-se que o Brasil poderia ter um futuro. A autora chama a atenção para a originalidade com que as teorias raciais foram adaptadas ao contexto brasileiro. Atualizou-se o que combinava com as características nacionais e descartou-se o que era considerado problemático.

A origem da humanidade até meados do século XIX era explicada por duas vertentes. A visão monogenista acreditava que os seres humanos tinham uma origem comum. Essa interpretação que partia dos escritos bíblicos, defendia a idéia de uma humanidade una. Surge, porém, uma interpretação divergente, a poligenista, em que os autores compartilhavam a crença de que teria havido vários centros de

criação, aos quais correspondiam as diferenças raciais. Essa versão permitiu que os comportamentos humanos fossem analisados a partir de uma interpretação biológica. A mistura de raças, de acordo com essa visão, apontava para os mestiços como sinônimo de degeneração.

A forma como a questão racial e o próprio conceito de raça foram tratados no Brasil por diferentes setores, como os “homens de direito” e da “medicina” (Schwarcz, 1993, p. 238), foi essencial na definição dos caminhos do país. Pode-se afirmar, portanto, que as teorias raciais européias foram introduzidas no Brasil de maneira crítica e também seletiva e transformaram-se em um instrumento conservador para a compreensão da identidade nacional. O argumento racial além de justificar cientificamente as diferenças e a sua hierarquização, também servia para respaldar a discussão sobre quem teria direito à cidadania.

Apesar dessa visão racial ter origem nos estabelecimentos científicos, ela também se fez presente nas relações interpessoais e no convívio cotidiano. Tal interpretação considerava a miscigenação como a característica que singularizava a nação brasileira. A temática racial possui presença constante na análise da constituição do país, apesar de interpretada diferentemente pelos diversos modelos teóricos.

O ponto crucial para o qual Skidmore, Seyferth e Schwarcz chamam a atenção, e que pode ser observado com clareza no estudo de Azevedo¹⁰ (2004a), é que as teorias racistas advindas da Europa e adaptadas à realidade brasileira influenciaram o planejamento do país. As teorias consideradas científicas a respeito das raças serviram de justificativa para a adoção de políticas de Estado no Brasil. O principal exemplo disso é a política de Estado de incentivo à imigração européia, aprovada por intelectuais e políticos, inclusive muitos abolicionistas, com o objetivo de substituir a mão-de-obra escrava e a incidência de negros e mestiços na população.

Conforme revela Skidmore (1990), ao mesmo tempo que divulga uma imagem positiva de um país onde não há preconceito racial, o Estado brasileiro, em 1921, nega sistematicamente visto de entrada para negros norte-americanos assim como restringe a imigração japonesa.

¹⁰ Azevedo, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004a.

Azevedo (2004a) demonstra que no período anterior à abolição da escravidão havia um profundo medo da elite branca em relação tanto a vinda de escravos de outras partes do país para São Paulo, pelo acréscimo que produziria na população negra¹¹, quanto do significativo aumento das reações dos escravos na forma de motins, assassinatos, fugas etc. As teorias raciais e, conseqüentemente, a interpretação que dela fizeram os pensadores nacionais, vieram para legitimar a opção pela mão-de-obra branca européia. A autora evidencia como a forma de adesão ao projeto imigrantista aumentava à medida em que as reações negras se acumulavam. Aliado às teorias racistas, o ideário liberal confirmava o estágio atrasado do país e conclamava a mudanças urgentes para que o Brasil entrasse nos trilhos do desenvolvimento.

As idéias sobre raça perpassaram o pensamento social brasileiro e de diversos países latino-americanos desde o século XIX até consolidarem uma ideologia adequada à realidade local. Somente em 1930 as teorias racistas serão definitivamente questionadas e a mestiçagem transformada de fator biológico em cultural. Quem opera essa transmutação é Gilberto Freyre. Esse autor vai redefinir a identidade nacional ao fornecer o modelo de uma sociedade formada por três raças.

3.3 O BRASIL MESTIÇO: A MISTURA DE RAÇAS

Gilberto Freyre desenvolveu a idéia da construção do país não estar fundamentada numa formação racial homogênea mas sim numa “brasilidade mestiça” (COSTA, 2002b). O autor pernambucano, ao contestar as teses do determinismo biológico, constrói o ideal de mestiçagem de forma exemplar em suas obras clássicas *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. Entre as conclusões a que chega em seus estudos, nos quais elabora representações não-conflitivas das relações raciais, está a de que, embora nossa estrutura social tenha evoluído para um certo “aristocratismo político” (Guimarães, 2000), aqui se estabeleceu a democratização das relações raciais, ao contrário dos Estados Unidos. Nas palavras de Freyre (1995, p. 52):

¹¹ Skidmore, Thomas. Racial ideas and social policy in Brazil 1870-1940. In: GRAHAM, Richard. *The Idea of race in Latin América, 1870-1940*. Austin: University of Texas Press, 1990. Skidmore afirma que no ano de 1870 somente 38% da população era listada como branca.

Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. [...] o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.

Em várias obras posteriores a *Casa Grande e Senzala*, Freyre confirma sua teoria. Assim o autor se manifesta em *Novo mundo nos trópicos* (2000, p. 140):

Mas com todas as suas imperfeições de base econômica e de formas políticas de convivência democrática, o Brasil impõe-se hoje como uma comunidade cuja experiência social pode servir de exemplo e estímulo a outras comunidades modernas. Decerto não existe nenhuma outra comunidade moderna da complexidade étnica da brasileira, onde os problemas das relações sociais entre homens de origens étnicas diversas estejam recebendo solução mais democrática ou mais cristã que na América Portuguesa.

Essa idéia freyriana da “brasilidade mestiça”, forjada a partir de uma convivência democrática, obteve, segundo Costa (2002b), correspondência política na campanha de nacionalização realizada pelo governo Vargas a partir de 1937. Pois a construção de uma nação brasileira que estaria acima das diferenças étnicas torna-se, dos anos 1940 em diante, não mais um objetivo a ser alcançado e sim a própria descrição da nação. Criou-se dessa forma a ideologia da mestiçagem¹², na interpenetração entre as idéias de Freyre e a política desenvolvida por Vargas. Tal ideologia reinventou o país por meio de uma visão de mundo que revelava “a possibilidade de convivência dos diferentes grupos socioculturais” (COSTA, 2002a, p.116).

A mistura de raças também é analisada por John Norvell (2002) a partir de alguns autores importantes que refletiram sobre a formação nacional. O autor demonstra que na tradição da interpretação histórica sobre o Brasil há um papel

¹² O conceito de ideologia está sendo utilizado a partir da definição do sociólogo inglês John B. Thompson: “A análise da ideologia [...] está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se intrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. [...] Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados. (THOMPSON, 1990, p. 75-76). Conforme esclarece Silva (2002), nesse conceito ideologia não significa a mistificação, nem o encobrimento ou, ainda, a inversão da realidade. Sua especificidade é construída não em oposição à verdade, “mas em função das relações de poder” (THOMPSON, 1990, p. 117).

retórico básico da mistura das raças que permanece o mesmo. Ao analisar as obras dos intelectuais denominados de “inventores do Brasil”¹³, o autor mostra como Gilberto Freyre, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda trataram do futuro do Brasil através da evocação do passado. Esses autores, clássicos da literatura social brasileira, procuraram algo da brasilidade que explicasse o dilema brasileiro de uma sociedade em vias de modernização, mas que ao mesmo tempo mantinha uma série de peculiaridades. Uma das explicações encontradas foi a da mistura das raças, que ainda hoje se faz presente nas elucubrações sobre a nação brasileira.

Norvell afirma que Prado, no livro *Retratos do Brasil* (1936), ainda se debate com o dilema de como conciliar a mistura racial com as sombrias previsões do racismo científico para as sociedades misturadas. Assim como outros autores, apesar de reconhecer a contribuição de africanos e indígenas, Prado manifesta sua solução, segundo Norvell, na crença no branqueamento. Só que em Prado a noção de brancura já está miscigenada. Em outras palavras, de acordo com a interpretação de Norvell (2002, p. 253), tanto os não-brancos estavam se tornado mais mesclados (processo de branqueamento), como os brancos estavam mais misturados. A nação brasileira, por conseguinte, seria profundamente marcada pela miscigenação.

É dentro dessa lógica que se encontra também a obra de Freyre, pois a visão que os dois autores têm da mescla racial é semelhante. Em Freyre, de acordo com Norvell (2002, p. 254), predomina a imagem da nação brasileira como de uma “alma branca, curiosamente ‘marcada’ por uma espécie de persistente passividade da parte do outro de pele escura, não-europeu”. Cada cultura formadora do Brasil seria responsável por determinadas características da formação cultural da sociedade brasileira: “A mediação africana no Brasil aproximou os extremos, que sem ela dificilmente se teriam entendido tão bem, da cultura européia e da cultura ameríndia, estranhas e antagônicas em muitas de suas tendências” (FREYRE, 1995, p. 53).

Outro autor analisado por Norvell, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, não tem como preocupação central a mistura das raças. Mesmo assim, demonstra interesse pelo tema quando mostra que a mistura já estava presente no

¹³ Consultar a respeito na revista *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, setembro, 1997, os textos sobre Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Paulo Prado é analisado por Norvell, porém não é citado na publicação como um dos “inventores do Brasil”.

sangue de nossos colonizadores. De acordo com as palavras de Holanda (1976. p. 22):

A isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles [portugueses], de qualquer orgulho de raça. Ao menos do orgulho obstinado e inimigo dos compromissos, que caracteriza os povos do Norte. Essa modalidade de seu caráter, que os aproxima das outras nações de extirpe latina e, mais do que delas, dos muçulmanos da África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços .

Apesar da mescla das raças não ter sido objetivo principal dessa obra de Holanda, ela aparece como uma preocupação demarcada pelo autor, principalmente na comparação entre a colonização portuguesa e a espanhola. Pois, para ele, Portugal já apresentava um maior grau de miscigenação do que a Espanha, por exemplo.

As produções subseqüentes de história e de sociologia no Brasil indicam a permanência dessa lógica que, segundo Norvell (2002, p. 255), elege a mistura das raças como uma espécie de momento fundador do Brasil e, ao mesmo tempo, permanente em nossa sociedade. Só que, em determinado momento muitos autores, defensores da idéia de miscigenação, substituem esse sujeito miscigenado formador da nação brasileira por um “sujeito branco, não-miscigenado”. Essa é uma lógica contraditória constante nas interpretações sobre a nação, ainda segundo a análise desenvolvida por Norvell.

A leitura do Brasil como o lugar no qual não existem singularmente nem indígenas, nem africanos, nem europeus será retomada mais recentemente por Darcy Ribeiro. O antropólogo, assim como os demais autores analisados por Norvell, também apresenta uma interpretação que parte da posição contraditória de intelectual branco referindo-se à mistura das raças. De acordo com Ribeiro: “Nós somos melhores, porque lavados em sangue negro, em sangue índio, melhorado, tropical” (RIBEIRO apud. NORVELL, p. 256). Fica explícita a idéia de que é o sujeito branco europeu quem se misturou, embora o ideal de Ribeiro esteja mais representado pela “morenidade” do que propriamente pelo branqueamento.

Norvell conclui seu trabalho afirmando que os textos por ele analisados possuem em comum pelo menos duas afirmações contraditórias entre si. A primeira

delas é que a nação brasileira (a raça ou o povo) é o resultado da mescla das três raças: indígena, negra e européia (branca). A segunda, é que esses autores afirmam que o brasileiro é produto da mistura de europeus com índios e negros, não se diz que índios e negros se misturaram com europeus. Nas palavras do autor:

O “brasileiro” é, portanto, um paradoxo genealógico que, em uma construção lingüística, é uma mescla, um produto de três raças diferentes; como sujeito gramatical ativo, porém, mistura-se com duas dessas raças, mas não com a terceira, a européia, porque há, neste caso, uma suposta continuidade [...]. O momento originário em que as raças fundadoras se unem para formar o Brasil mostra-se paradoxal, pois é um momento que nunca poderia ter ocorrido, por um lado, porque, pergunta-se: em que ponto do passado as raças existiram como entidades puras? Por outro lado, o momento originário não pode ter terminado, porque é a ‘mistura de raças’ que define a identidade nacional brasileira no presente (NORVELL, 2002, p. 257).

Almeida (2000) também aponta em seu trabalho, reportando-se entre outros autores a Peter Wade, que a exaltação da mestiçagem é muitas vezes definida pela oposição à cor negra. Para o autor, a linguagem da cor branca é adotada, mesmo quando se autodefine como mestiça. É essa ligação latente da mestiçagem com o branqueamento que Norvell encontrou em sua apreciação das obras dos intelectuais brasileiros.

Além de seus aspectos assimilacionista e invisibilizador, é preciso considerar ainda que a mestiçagem, ou de acordo com a denominação proposta por Lourdez Martinez-Echazábal, o “ideologema”¹⁴ da mestiçagem” (1996), não é uma doutrina restrita aos limites nacionais. Pelo contrário, a autora demonstra como a mestiçagem é um ideal espreado por toda a América Latina, principalmente a partir dos anos 1920. Segundo suas palavras:

¹⁴ A autora utiliza o termo “ideologema” e não ideologia, para enfatizar a recorrência da mestiçagem como uma das unidades básica de análise na interpretação dos processos de identidade da América Latina (MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdez, 1996, p. 108).

Entre os vários paradigmas culturais baseados no ideologema da mestiçagem que abrem novos horizontes interpretativos da cultura latino-americana a partir dos anos 20, podemos citar os seguintes: a 'antropofagia' no Brasil na década de 20; a 'raça cósmica', miolo da utopia tropicalista do mexicano José Vasconcelos (1925) [...]; a 'cor cubana', metáfora através da qual o poeta cubano Nicolás Guillén textualiza e teoriza em 1931 a idéia de mestiçagem cultural [...]; a transculturação, contrapartida teórica da noção de 'aculturação', teoria desenvolvida pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz em 1941 [...]; o 'real maravilhoso', paradigma elaborado pelo novelista e ensaísta cubano Alejo Carpentier [...] (MARTINEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 112).

Martinez-Echazábal (1996, p. 112), comprova como esses modelos interpretativos reivindicam a mestiçagem como uma espécie de elemento fundante e diferenciador, funcionando como um suporte para interpretações culturalistas. Eles postulam ainda a cultura latino-americana como aquele “cadinho de raças” do qual proviria uma cultura que eliminaria o conflito entre os opostos. Ela conclui que todos esses modelos trazem implícitos um “ideal de raça biológica travestida em etnicidade ou em classe social” (MARTINEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 112). Ocorre também em todos eles uma “*culturalização da raça e uma racialização da cultura*”.

Freyre manobrou com maestria a ambigüidade da relação entre raça e cultura, tanto que o impacto de sua teoria revela-se ainda hoje com força no argumento de muitos intelectuais e no próprio imaginário popular. O autor simultaneamente rompe com os discursos racialistas de sua época, mas mantém em sua argumentação uma lógica racial, porém culturalizada. Segundo Martinez-Echazábal (1996, p. 118). a “(...) obra de Freyre, nega a cor (física) como elemento endêmico da noção de raça, colocando em seu lugar a noção de cor espiritual, corporificada nos conceitos de cultura afro-brasileira e classe social”.

A dissociação entre raça e cultura que se opera a partir de 1930 representa muito mais um deslocamento no interior do discurso da mestiçagem do que propriamente uma mudança de discurso (MARTINEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 121). E, embora esse deslocamento tenha sido puramente retórico, ele influenciou profundamente a percepção das relações étnicas e raciais na América Latina como um todo, o Brasil sendo apenas um exemplo de como atuou essa transformação.

As elites políticas e intelectuais colombianas e da América Latina em geral também viam como sua tarefa de criar e definir uma nação moderna. O ponto central em relação ao dilema da representação das nações emergentes latino-

americanas era, de acordo com Wade (1995), o reconhecimento da mistura racial e, ao mesmo tempo, a conotação branca do progresso e da modernidade. Muitos autores colombianos que escreveram já no século XX também previram a imigração branca como solução para o problema da raça na Colômbia. Ainda segundo a análise de Wade, era possível observar nos discursos nacionalistas sobre mistura racial tanto a celebração dessa mistura quanto a discriminação contra negros e índios. Há, para o autor, uma contradição entre a coexistência da mestiçagem e da discriminação. A mestiçagem, portanto, possui uma forte conotação moral, pois não se constitui em uma mistura neutra, mas em um movimento hierarquizado.

A idéia de mestiçagem representa, portanto, tanto em países da América Latina como do Caribe, um poderoso mito de construção das identidades nacionais. Um dos problemas dessas “retóricas da mistura” (MARCON, 2005, p. 80), é que sugerem o encontro de tipos puros ou fixos na formação das nações. Essa característica é marcante nas obras de Freyre, pois cada grupo formador do Brasil possui determinados traços que se complementam a outros.

Além de nominar as sociedades formadas pela mistura (Marcon, 2005), a mestiçagem serve também para manter a dominação portuguesa, através da teoria do luso-tropicalismo¹⁵. Pois, de acordo com a interpretação que Cláudia Castelo (2000, p. 02) faz da teoria de Gilberto Freyre, “no mundo criado pelo português, as afinidades de sentimento e de cultura sobrepujam-se às questões de soberania, portanto, a comunidade luso-tropical continuaria a existir depois da independência das colônias portuguesas”. Esse modo de estar no mundo específico dos portugueses se refere a características como a plasticidade, a tolerância e a fraternidade, que fizeram com que eles assimilassem outras culturas de forma não-violenta e não-segregacionista.

Na interpretação de Almeida (2000, p. 191), os discursos sobre mestiçagem evidenciam uma tendência de mascaramento de relações desiguais de poder e de dominação. O autor adverte que antes de relacionar a miscigenação com o ideal de tolerância que a ela está ligado, deve-se verificar que miscigenação é essa e como e

¹⁵ Conforme Almeida (2007), um dos aspectos mais interessantes das idéias elaboradas por Freyre a respeito do Brasil é que elas foram utilizadas pelo regime colonial português, entre 1950 e 1970, como forma de justificar a presença portuguesa na África já na época da descolonização. O regime português usou o Brasil como exemplo de um colonialismo miscigenador, universalista e humanista.

com quem ela é feita. Além disso, na América Latina um dos pontos centrais das diferentes identidades nacionais foi “o compromisso perante o dilema da natureza mista das populações *versus* as conotações brancas do progresso e da modernidade”. O compromisso, ainda segundo o autor, foi a celebração da mestiçagem. Nesse sentido, as elites latino-americanas adaptaram as teorias racialistas desacentuando o determinismo biológico que previa a mistura como degenerescência das raças. “Todavia, debaixo do discurso democrático da mestiçagem, está latente o discurso hierárquico do branqueamento” (Almeida, 2000, p. 09.). Almeida demonstra ainda que a miscigenação e a mestiçagem permanecem como importantes “nós discursivos”, que contagiam de ambigüidade a materialização das práticas emancipatórias de determinados grupos.

A partir de estudos sobre a Colômbia, Wade (2005) observa dois usos para o conceito de mestiçagem. Um deles atuaria como uma espécie de ideologia dos estados-nação no sentido de produzir um discurso inclusivo para os diferentes grupos, mas que na prática se concretiza como um processo excludente para as populações negras e indígenas. O outro está relacionado à crescente atenção que atualmente nos Estados Unidos e na Europa tem sido dada aos processos de mistura racial e cultural, os quais são denominados por diferentes termos, tais como: hibridismo, sincretismo, *mètissage*, *mélange* e crioulização. Para muitos autores, freqüentemente relacionados aos estudos pós-coloniais¹⁶, os processos de hibridização e de mistura possuem conotações positivas que enfatizam um potencial subversivo. O autor adverte porém, que o uso subversivo desses termos não parece servir para o caso da América Latina. Isso indica que teorias produzidas em determinados contextos pós-coloniais não podem ser facilmente transferidas para outros.

No entanto, apesar do comentário de Wade, é justamente o potencial subversivo da mestiçagem que Hermano Vianna enfatiza em um artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* (VIANNA, 2004, p. 06):

¹⁶ Wade cita vários autores, entre eles: Homi Bhabha, Gloria Anzaldúa, Paul Gilroy e Stuart Hall, entre outros.

Em todos os novos pensadores da mestiçagem pop ou acadêmica há a ênfase na mistura não como produto, mas como processo – “o estado permanente de criouliização” advogado por um herdeiro pós-moderno e pró-identidade-fractal de Ortiz, o também cubano Antonio Benítez Rojo –, e também no caráter não-sintético do mestiço (ou crioulo ou híbrido), no qual as diferenças não se desfazem, mas enriquecem o todo por permanecerem diferentes ocupando o mesmo espaço [...].

[...] Como já dizia, há tanto tempo, o autor “proibido” Gilberto Freyre: a mestiçagem é um precário equilíbrio de antagonismos. Ou, mais recentemente, Agostinho da Silva (...): “Essa vontade de ser sinceramente todas as coisas...”. Há algo muito subversivo nessas palavras. Que a subversão mestiça continue viva em outras praias, praias caribenhas! [...].

Vianna ainda cita em seu artigo um seminário (*Créolité and Creolization*) e um manifesto (“Elogio da Crioulidade”), ambos realizados na França, que comprovam o quanto o “elogio da mistura” está em alta internacionalmente. Para o autor, portanto, quando vários lugares do mundo voltam-se para a potencialidade criativa e subversiva da mestiçagem, o Brasil que sempre foi mestiço, quer se desmiscigenar¹⁷, ou seja, demonstrar as suas diferenças.

Há, ainda, uma outra interpretação acerca da mestiçagem que pode ser encontrada em Hale (2002, p 524). O autor assevera que um discurso “oficial” sobre a mestiçagem pode ser substituído por uma outra noção de “*mestizaje frow bellow*”, recriada por feministas chicanas como Gloria Anzaldúa (2005) e Chela Sandoval. Essa espécie de nova consciência mestiça é flexível. Caracteriza-se pelo movimento e pelo pensamento divergente. Além disso, desenvolve uma atitude de tolerância em relação às ambigüidades e às contradições e encontra-se sempre entre ou a ultrapassar fronteiras¹⁸.

É possível observar portanto que de uma crítica contumaz feita por vários estudiosos sobre a mestiçagem e seu papel assimilacionista e encobridor das diferenças, alguns autores estão recuperando o conceito e concedendo a ele uma significação aliada à positividade. Em outras palavras, o conceito de mestiçagem é

¹⁷ A respeito do processo de desmiscigenação consultar na revista *Veja*, edição de domingo, 1º de abril de 2007, o artigo: “Eles querem desmiscigenar o Brasil”, que trata de uma política “explosiva” de desmiscigenação desenvolvida pelo Estado que orientaria, inclusive, os critérios para a reforma agrária no país.

¹⁸ É possível fazer um paralelo entre a categoria de “consciência mestiça” ou de “*mestizaje frow bellow*”, com a idéia desenvolvida por Gilroy – especialmente na obra *Entre Campos: nações, cultura e o fascínio da raça* (2007) – das identidades formadas na diáspora. De acordo com o autor, o conceito de diáspora consegue problematizar a mecânica cultural e histórica do pertencimento, demonstra a importância dos processos e das formas interculturais e transculturais, além de abrir espaços para relações menos estáveis e mais ambivalentes.

interpretado como a representação do não-essencialismo das identidades, a possibilidade de movimento e de não-fixação. Encontram-se em embate, nesse caso, formas diferentes de utilização de determinados conceitos e teorias.

É o discurso que explica a formação do país por meio de um processo de mestiçagem que os intelectuais partidários da retórica conservadora estão retomando em seus argumentos contrários às políticas de ação afirmativa. O uso da palavra mestiçagem possivelmente esteja associado a esse processo de re-significação positivado aludido por Hale, porém essa transmutação no sentido do termo não parece desfazer os aspectos assimilacionista e invibilizador apontados por Martinez-Echazábal e Almeida, entre outros autores.

Na perspectiva dos partidários da retórica conservadora, a mestiçagem é avaliada como um conjunto de práticas e valores que são internalizados pelas pessoas de forma legítima e estão fortemente enraizados na cultura e na história brasileira. A revisão que Fry (2005, p. 163) faz de seu artigo *Feijoada e soul food*, publicado pela primeira vez em 1976, demonstra com nitidez esse posicionamento:

Creio que a grande diferença entre os autores que citei e meu próprio trabalho mais recente, por um lado, e “Feijoada ...”, por outro, está na maneira de lidar com a “mestiçagem” cultural e biológica no Brasil. Em “Feijoada...”, a mistura e a ideologia do não-racialismo são tratados como mentiras que “ocultam” uma realidade mais concreta. Nos trabalhos dos autores que citei e nos meus trabalhos mais recentes, os ideais de mistura e de não-racialismo são tão concretos e reais quanto os desejos de pureza e racismo.

Na continuidade de seu pensamento, o autor conclui:

Os ideais de não-racialismo e da libertação do indivíduo de qualquer determinação “racial”, que no Brasil se tornaram a ideologia oficial por muitos anos e que formam a visão de mundo de muitos brasileiros até hoje, são valores cada vez mais raros no mundo contemporâneo. Contra as obsessões étnicas e raciais que têm produzido os mais terríveis conflitos e a maior mortandade humana na história recente, vale a pena levar esses ideais a sério (FRY, 2005, p. 165).

Por outro lado, os autores produtores da retórica progressista vêm na ideologia da mestiçagem e no mito da democracia racial artifícios que o Estado

brasileiro e as elites dominantes, entre elas os intelectuais, desenvolveram para tentar alcançar uma unidade nacional. Guimarães (2002) destaca a mestiçagem como uma teoria de extrema importância na formação da ideologia nacional, que possui um pressuposto racial. O autor avalia que a identidade nacional está se movendo do paradigma de “nação mestiça”, advindo principalmente das idéias freyrianas, para um outro internacionalista de “nação multirracial”. Para o sociólogo, as ciências sociais brasileiras, mais do que negar a categoria raça, devem ser capazes:

[...] de nomear as construções que tal idéia suscita, referindo-as pelo nome que devem ter, ainda que não sejam polidos ou estejam interditos por tabus: ‘raciais’ e ‘raça’, esses são os nomes que descrevem sua verdadeira natureza social. Afinal a linguagem da ciência deve justamente ser capaz de desvendar e revelar o que o senso comum escondeu (GUIMARÃES, 2002, p. 56).

No debate sobre as cotas revelam-se pressupostos teóricos antagônicos. Os autores contrários à política afirmam que conceder direitos às pessoas negras é uma forma de essencializar identidades. O reconhecimento de uma determinada identidade em função da concessão de direitos implicaria, necessariamente, em um processo de essencialização que pode levar a consequências desastrosas, senão terríveis, como foi o caso do nazismo. A solução ideal é esquecer as identidades, inclusive o conceito, substituindo-o pelo de mistura, pelo de hibridização, pelo de diáspora, por aquilo que não tem definição ou por “todas as coisas”¹⁹. Ao invés do reconhecimento de direitos levar à essencialização identitária, o que se observa é que esses autores essencializam o conceito de identidade e desejam, inclusive, livrar-se dele, desconsiderando desse modo o papel da memória, dos saberes tradicionais, do sofrimento e das lutas como fontes que conferem aos grupos o aval de pertencimento a uma cultura (LEITE, 2007, p 06). Nesse caso, não haveria sujeitos de direito para as políticas de ação afirmativa e a polêmica chegaria a um final.

Com relação ao uso da categoria raça, os pensadores contrários à implementação das cotas acusaram algumas universidades de utilizarem métodos inadequados para evitar fraudes no processo seletivo dos candidatos. O fato de

¹⁹ A expressão é utilizada por Hermano Vianna no artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, cuja citação encontra-se na página 80 deste capítulo.

serem tiradas fotos e feitas entrevistas como formas de comprovação da identidade étnico-racial dos pretendentes à reserva de vagas é visto por muitos pesquisadores como a reedição das teorias racialistas do final do século XIX, que comprovavam a raça das pessoas por processos tipológicos de classificação racial através da seleção de determinadas características, como índice cefálico, cor da pele e capacidade craniana, entre outros procedimentos²⁰.

Os defensores da política de cotas afirmam que o termo raça não é usado no sentido formulado pelos teóricos do século XIX, mas sim como uma categoria analítica indispensável na revelação das discriminações e das desigualdades existentes no país. A pele de cor negra nesse sentido deve ser lida como um signo diacrítico que demonstra o pertencimento a um determinado grupo social subalternizado em função de uma história de conquista, colonização e escravização. Ser negro é ser, portanto, marcado racialmente por “uma inferioridade historicamente herdada e cuidadosamente ocultada no fundo do baú dos melhores famílias” (SEGATO, 2005, p. 278). O critério racial aplicado às políticas de ação afirmativa estaria estritamente relacionado à cor e ao fenótipo, como forma de dar suporte a tais políticas e não como um fundamento racializante. A história brasileira, segundo Segato, demonstra que certos signos fenotípicos remetem a significados relacionados à exclusão, à guerra e ao sofrimento. O impacto visual desses signos, portanto, está profundamente influenciado por esse processo histórico²¹.

3.4 AS NARRATIVAS DA NAÇÃO NO BRASIL

A questão racial, a mestiçagem e o branqueamento são elementos centrais para a reflexão sobre a constituição do Brasil enquanto nação, pois formam um conjunto de representações que embasaram a construção da identidade nacional.

A importância de doutrinas culturais e do uso de linguagens simbólicas para a criação das nações modernas é um ponto central na análise que Smith (1997) faz em seu estudo sobre a formação das identidades nacionais. Os mitos e os símbolos criados pelos diferentes nacionalismos incluem sentimentos e linguagens específicos

²⁰ Essa questão será detidamente analisada no próximo capítulo.

²¹ A análise a respeito desse ponto será retomada no quinto capítulo.

que tornam a identidade nacional uma das mais fortes identidades coletivas contemporâneas. Nesse sentido, a identidade nacional tem por função socializar os membros de uma nação como nacionais e como cidadãos:

À nação é também exigido que estabeleça um elo social entre indivíduos e classes, através do fornecimento de todo um repertório de tradições, símbolos e valores partilhados. Através da utilização dos símbolos – bandeiras, moedas, hinos, uniformes, monumentos e cerimônias – os membros recordam a sua herança comum e as suas características culturais, sentindo-se fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertencas comuns. A nação torna-se uma ‘obra de fé’, capaz de ultrapassar obstáculos e adversidades (SMITH, 1997, p. 31).

No processo de formação das nações modernas, muitos direitos civis e de minorias étnicas foram menosprezados. Do mesmo modo, a busca de um ideal de nação provocou muita confusão, instabilidade, discórdia e violências em todo o mundo. Certamente, alguns valores simbólicos da nacionalidade brasileira, como a mestiçagem, a sociedade não-conflitiva e solidária, ainda fortemente arraigados, estão sendo questionados quando se coloca em pauta a discussão sobre as ações afirmativas.

O procedimento de construção da identidade nacional brasileira é muito semelhante ao que ocorreu na América Latina em geral. Um ponto em comum entre as narrativas da nacionalidade latino-americanas é a recusa do passado colonial. O não reconhecimento do passado fez com que se institucionalizasse também uma desmemória em relação aos grupos étnico-raciais formadores dessas nações. As elites latino-americanas viveram o impasse de representarem-se como mestiças, mas interiormente considerarem-se brancas.

A noção de nação no Brasil orienta-se a partir de um ideal para o futuro e não à romantização do passado. A nação brasileira, principalmente a partir de 1930, tem como objetivo comum a construção de um futuro próspero – “O Brasil é o país do futuro”. O passado, nesse caso, deveria ser preferencialmente esquecido ou pelo menos reinventado. Na interpretação de Costa (2002b), é o desejo de justapor a força do progresso a um passado opressor e não a ênfase em uma suposta ancestralidade comum que marcam a nação brasileira. Mesmo antes de 1930, a chance de formação de uma nação moderna no Brasil já estava no futuro, pois, através de um permanente processo de miscigenação ocorreria o branqueamento da

população e o passado povoado de negros, indígenas e mestiços poderia ser finalmente esquecido. Conforme comprova Seyferth (1996), a miscigenação foi um assunto privilegiado do discurso nacionalista brasileiro desde 1850 e era vista como um dos mecanismos de formação da nação desde a colônia, bem como a base para uma futura “raça” ou tipo nacional.

Um dos mitos presentes em nossa narrativa das origens nacionais, segundo Guimarães (2002) e José Murilo Carvalho (1990), é a de paraíso original. Dentro dessa mitologia, os índios, por exemplo, não representam uma civilização inimiga, mas se encontram em um estágio pré-civilizado. Eles não são uma nação nem um grupo étnico, pois o descobrimento é representado pelos portugueses chegando em uma terra nova “virgem de nacionalidades” (GUIMARÃES, 2002, p. 114). Ainda de acordo com esses autores, o descobrimento é representado através da “integração e da comunhão social de todos na fé católica”. É preciso atentar para o aspecto harmônico de tais representações que valorizam a integração, a ordem e o equilíbrio.

Azevedo (2004a) também faz referência a essa construção do Brasil como paraíso, nesse caso, racial. Ela assegura que a justificativa política para a vinda de imigrantes é de que provocaria o equilíbrio entre o contingente de população branco e negro no Brasil. Era a hora, segundo alguns pensadores, entre eles muitos abolicionistas, de se encarar as relações raciais de forma mais otimista. As imagens que surgem dessa previsão são a de um país povoado predominantemente por descendentes de europeus, onde a miscigenação embranquecedora seguiria ocorrendo no intuito de formar uma espécie de paraíso racial. Viajantes estrangeiros que passaram pelo país e intelectuais se encarregaram de construir uma visão paradisíaca do Brasil, mostrando que aqui as relações raciais eram isentas de preconceitos e não havia conflito racial. Essa imagem ajudava também na propaganda do país na Europa, direcionadas àqueles “brancos” que desejassem um lugar tranquilo para emigrar. Conforme sintetiza a autora: “A imagem de paraíso racial brasileiro aparece em vários escritos abolicionistas, embora, conforme veremos adiante, isto seja colocado mais como uma possibilidade futura, uma vez alcançada a abolição” (AZEVEDO, 2004, p. 65). É importante observar que essa imagem de “paraíso racial” está relacionada à importação de imigrantes brancos, com o objetivo de provocar a equiparação no número de brancos, negros e

mestiços. Pois antes disso o sentimento predominante era o “medo branco” de que uma “onda negra” engolisse o país, mais especificamente nesse caso a cidade de São Paulo.

Foi tendo como componente fundamental do imaginário nacional o Brasil como um paraíso terrestre, avesso a conflitos e comungando coletivamente na fé católica, que a partir de 1930 o país ganharia um povo e construiria para si uma tradição. Enquanto havia um número maior de negros e mestiços na população, devido à pouca imigração europeia, o país era visto pelas elites como uma nação sem povo e sem cultura.

Quando a imigração europeia tornou-se mais intensa – nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX – ainda predominava o medo de não se alcançar uma unidade nacional, pois essa só seria obtida por meio da construção de um tipo brasileiro. Tal elemento, segundo Seyferth (1996), seria conseguido por meio do clareamento da pele do brasileiro, visto que já havia cultura, língua e religião. Até mesmo os imigrantes alemães, inicialmente vistos como ideais, passaram a ser considerados inconvenientes devido a sua dificuldade de integração. Esses temores, como demonstram Guimarães (2002) e Seyferth (1996) estão baseados em crenças raciais. Seria somente na década de 1930 que a ideologia da mestiçagem – anteriormente já formulada – adquiriria seu conteúdo cultural e os problemas relativos à constituição de um povo brasileiro seriam, pelo menos naquele momento, solucionados. Por meio da teoria freyriana da democracia racial e sua conseqüente defesa da mestiçagem, da incorporação política desse ideário na política varguista e nas artes por artistas e escritores modernistas e regionalistas, solucionaria-se no Brasil a questão nacional, mantendo em sua origem uma forte preocupação com a questão racial.

A partir desse período histórico, o povo brasileiro é definido não como branco, negro ou indígena. Nem mesmo como uma raça, mas como um “povo mestiço”²².

²² Freyre se referia ao brasileiro como uma metarraça: “Conceito – o de metarraça – a que se liga o de morenidade, como resposta brasileira – acima de ideologismos sectários ou de racismos arcaicos – a branquitudes, negritudes e amerlitudes. O uso cada dia mais generalizado, no Brasil, da palavra moreno e a valorização cada dia maior, entre os brasileiros, da condição ou da aparência também morena, que o diga. Nossos mais expressivos exemplos atuais de beleza de mulher são biologicamente morenos como a tão encantadora Sônia Braga, ou ecologicamente amorenados ou bronzeados pelo sol do trópico, como as louras Vera Fischer e Bruna Lombardi. Qual loura brasileira não se faz amorenar pelos sóis das Copacabanas?” [...]. “Ao brasileiro típico de hoje [...] já não preocupa identificar [...] sua origem ou situação racial: ele é um tipo nacional de

Nenhum desses grupos formadores do Brasil existe sem estar assentado em um processo de mestiçagem. Conforme Guimarães (2002, p. 121):

[..] Os negros e índios, na política republicana, são apropriados como objetos culturais, símbolos e marcos fundadores de uma civilização brasileira, mas têm negado o direito a uma existência singular plena como membros de grupos étnicos. Estes são marcos da fronteira da civilização brasileira, remanescentes dos antepassados que criaram a nação, restos e vestígios das origens.

Guimarães evidencia que os negros e os índios não tiveram direito a uma “existência singular” no processo de constituição da nação brasileira. No mesmo sentido, Katherine Verdery (2003), ao tratar da relação entre etnicidade, nacionalismo, formação de Estados e homogeneização cultural, exemplifica exatamente esse procedimento de exclusão que os Estados nacionais realizaram com o objetivo de se constituírem enquanto tais. A autora, a partir da análise de Brackette Willians (Willians apud Verdery, 2003), mostra que a construção de mitos de homogeneidade é crucial na constituição e manutenção dos Estados-nação modernos. No caso brasileiro, a idéia de mestiçagem foi essencial para a edificação da imagem de um povo brasileiro. No entanto, como demonstram as autoras, institucionalizar uma “comunalidade” requer uma “pressão implacável” (Verdery, 2003, p. 60) para atingir a homogeneidade, o que leva necessariamente à exclusão. É essa política de homogeneização que cria a nação:

[...] constituída por todos aqueles que o Estado deve governar, pois todos eles aparentemente ‘têm algo em comum’. Os súbditos do Estado são freqüentemente incentivados a terem ‘em comum’ uma cultura e/ou uma origem ‘étnica’ partilhadas para além de seu governo (VERDERY, 2003, p 59).

Verdery chama atenção para o fato de que a intensidade dos esforços que visam a homogeneização varia de um Estado para outro, dependendo do poder exercido pelas elites e da resistência por elas encontrada. É interessante verificar

homem metarracial [...] seria esforço sociologicamente insignificante e falsamente científico limitar [...] pigmentações caracteristicamente raciais a duas ou três ou quatro, e estas de todo arbitrarias” (FREYRE apud HOFBAUER, 2006, p. 252).

que até hoje no Brasil esse esforço de homogeneização é recorrente, embora não seja mais hegemônico.

Ainda segundo a autora, com o advento do multiculturalismo um outro processo encontra-se em curso. Agora a ênfase não se encontra mais na uniformidade cultural, mas na diferença. Isso provocaria o fim de projetos homogeneizadores, bem como uma diminuição dos símbolos nacionais. O desenvolvimento mais radical dessa política da diferença pode ser observado nos “novos essencialismos”, conforme acontece atualmente nos Estados Unidos. Nesse caso, as identidades das pessoas se tornam praticamente irrevogáveis e imperativas. No entendimento de Verdery esse é o maior problema criado pela ênfase exagerada nas políticas de identidade.

Porém, conforme questiona a antropóloga, mesmo que o essencialismo seja muitas vezes visto como mal orientado, levando em consideração a forma que essas políticas assumiram em alguns locais, fica claro que tais políticas também podem conferir mais poder a alguns grupos historicamente desfavorecidos.

É preciso acrescentar ainda que a análise do caso brasileiro deve ater-se ao processo específico de formação do Estado, que não é igual ao norte-americano. Ou seja, é necessário observar as diferenças existentes nas formações de cada Estado e não generalizá-las. No Brasil, o mito da homogeneidade chegou a tal ponto que não era admissível fazer referências a grupos sociais distintos. Para melhor analisarmos esse ponto é preciso, seguindo sugestão da autora, atentar para a relação da etnicidade com a raça.

O modelo brasileiro mostra como a referência aos negros se aliou à questão da raça a partir do século XIX. E é possível verificar que até hoje essa conexão ainda permanece. Como a ideologia nacional brasileira se diz a-racialista, a própria referência a determinado grupo como negro sinaliza sua racialização. Esse grupo não é visto como um grupo étnico ou como um grupo que sofre um processo de discriminação, mas como uma raça. Em outras palavras, diferentemente do que ocorre com os índios, referir-se a negros no Brasil é automaticamente aludir à raça. Talvez esse fenômeno possa ser explicado, como demonstra Verdery, pela conjunção que se operou no Brasil, assim como em outros lugares, da etnicidade com a raça.

O que está acontecendo no Brasil é a perda de consenso de uma visão praticamente hegemônica a respeito da sociedade brasileira – como não-preconceituosa e não-discriminatória –, para outra que identifica profundas desigualdades, não apenas decorrentes de diferenças de classe mas também em função de pertencimentos distintos, sejam eles étnicos, culturais e/ou sociais. O que se pretende com essa alteração de perspectiva analítica, além das transformações teóricas logicamente decorrentes, é expor as conseqüências práticas desse tipo de pensamento, que ao homogeneizar e abafar as diferenças resultou na não-identificação de determinados setores da população historicamente excluídos de direitos básicos de cidadania.

Verdery adverte que as teorias também participam de todos esses artifícios que relacionam etnicidade, nacionalismo e homogeneização. No Brasil do século XIX, as teorias produziram raças e logo depois embasaram a necessidade de branqueamento da população. Na década de 1930 elas formaram a imagem de um país mestiço sem conflitos étnicos. Contemporaneamente, encontram-se em disputa nas ciências sociais brasileiras pelos menos duas formas de interpretação que invocam visões antagônicas de nação. A retórica conservadora que aposta nos argumentos da mestiçagem, da miscigenação e da mistura, da cientificidade e da possibilidade do conflito, no caso da aplicação de políticas de ação afirmativa, como forma de sustentar a falta de necessidade de políticas públicas para determinados grupos. E a retórica progressista, que parte da interpretação de que o Brasil é um país multicultural e que determinados grupos foram excluídos dentro de um processo que os Estados nacionais realizaram com o objetivo de se constituírem enquanto tais.

Há pelo menos duas representações distintas sobre o processo de formação da nação brasileira se levarmos em consideração os argumentos da retórica conservadora e da retórica progressista. No primeiro caso, autores como Peter Fry acreditam que o viés racial do modelo de nacionalidade foi rompido quando Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, mostra a colonização brasileira como um “empreendimento notável” e a mistura de raças como um processo de síntese original, resultante da combinação das melhores características dos povos formadores do Brasil: índios, portugueses e negros. Segundo Fry, Freyre proporciona uma outra leitura do país, na qual a “brasilidade mestiça” é algo

extremamente positivo. A sociedade nacional torna-se o resultado da hibridação cultural. No segundo caso, autores como Antônio Sérgio Guimarães advogam que Freyre rompe com a idéia biologicista de raça, mas não com o conceito de raça, que a partir desse momento torna-se cultural. Em outras palavras, as características biológicas imputadas às três raças formadoras da nação transmutam-se em traços culturais que, da mesma forma, as hierarquizam, conforme aponta também Martinez-Echazábal.

A retórica conservadora tem como uma de suas matrizes mais importantes, no que se refere à formação da nação no Brasil, a idéia freyriana do assimilacionismo português. A partir dessa interpretação, atualmente retomada por Fry (2005), no Brasil assim como em outras colônias portuguesas na África, houve um processo de assimilação dos diferentes grupos por parte dos portugueses, ao contrário da colonização britânica. Para Fry (2005, p. 46), há uma tensão permanente presente no empreendimento colonial “(...) entre os ideais de ‘assimilação’ e ‘segregação’”. Classicamente, o dogma colonial português favorecia o primeiro e o dogma inglês, o segundo”.

A semelhança da colonização portuguesa na África e no Brasil pode ser observada, segundo Fry, na convivência entre os diferentes grupos sociais nos mesmos espaços. Assim o autor se refere à chegada a um bar em Moçambique em 1985:

Quando paramos na Vila Pery (atual Chimoio) para lanchar, ficamos ainda mais surpresos ao constatar que as fronteiras entre as próprias pessoas também eram imprecisas. Africanos, europeus e mestiços encontravam-se no mesmo bar em aparente fraternidade (FRY, 2005, p. 48).

É possível concluir, a partir da análise do antropólogo, que os portugueses utilizaram um modo de colonizar que – apesar de incentivar a assimilação por meio de medidas concretas, respeitava os valores da cultura local – contribuiu na formação de nações que até hoje preservam o ideal de uma convivência fraterna.

Tais matrizes interpretativas sobre a constituição da nação brasileira auxiliam na criação de um imaginário em que a formação do país aparece como um processo não-conflitivo, no qual, como informa Almeida, as desigualdades são reinterpretadas de maneira positiva. Segundo os autores solidários a esse pensamento, as ações afirmativas afetariam diretamente esses princípios de convivência fraterna e

provocariam conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais, fato que para eles anteriormente não ocorria.

A análise de Almeida (2000, p. 197) a respeito da colonização portuguesa no Brasil difere substancialmente da de Fry. O antropólogo português assinala que:

a etnogênese brasileira e portuguesa fazem-se em termos de uma reinterpretação positiva de processo de profunda desigualdade através da representação neutral de uma idéia de miscigenação, separada, de forma forçada, das relações socioeconômicas racializadas.

Após essa incursão aos relevantes *topoi* que permeiam as ciências sociais brasileiras, no próximo capítulo tratar-se-á especificamente da retórica conservadora e dos argumentos elaborados pelos intelectuais partidários desse tipo de retórica a respeito das ações afirmativas. No capítulo seguinte, será realizada a análise das contrapartidas das teses da retórica conservadora, as antíteses progressistas em relação às cotas para estudantes negros no Brasil.

4 A RETÓRICA CONSERVADORA NO PENSAMENTO ACADÊMICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

As políticas de ação afirmativa, especialmente as cotas para estudantes negros no ensino superior público brasileiro, geraram uma explícita bipolarização do campo acadêmico em relação ao assunto. A polêmica se tornou ainda mais intensa a partir de 2006, com a perspectiva de votação do Projeto de Lei (PL) 73/99, que prevê cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas nas universidades públicas federais, além da possibilidade de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, proposto pelo senador Paulo Paim. Foram entregues, inclusive, dois manifestos de ambas as partes para os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No caso desta pesquisa, os argumentos dos intelectuais brasileiros a respeito do tema serão divididos em dois tipos, de acordo com a tipologia de Hirschman. Os intelectuais contrários às cotas tendem a utilizar uma retórica, que à luz dessa teorização, será classificada como conservadora e os que apresentam uma posição favorável ao estabelecimento dessas políticas se apóiam em uma retórica denominada progressista.

Neste capítulo serão analisados somente os argumentos do tipo conservador e procurar-se-á evidenciar como determinadas características desse tipo de retórica são utilizadas no debate sobre a implementação da política de cotas nas universidades brasileiras. É necessário esclarecer que não se pretende realizar um inventário sobre a história do pensamento conservador¹, tampouco sobre o

¹ Aqui está sendo utilizada a denominação “retórica conservadora” justamente porque não é interesse realizar um estudo aprofundado do pensamento conservador. Esse objetivo seria demasiado amplo para o escopo desta tese. Além disso, a análise refere-se aos argumentos dos intelectuais relacionados especificamente às políticas de ação afirmativa. No entanto, há determinadas características do pensamento conservador que se fazem presentes de forma marcante na “retórica conservadora”. De acordo com Crowter (1996, p. 132), um dos principais traços do pensamento conservador é sua aversão à mudança. Segundo o autor: “A aversão instintiva à mudança e a correspondente ligação às coisas tais como elas são, constituem sentimentos dos quais poucos seres humanos já estiveram totalmente isentos. E sentimentos foi tudo que o conservadorismo reuniu, durante boa parte da história humana”. Karl Mannheim (1963) em seu estudo sobre o pensamento conservador também destaca algumas características que fazem parte da “retórica conservadora”. Para Garcia (1993) um dos principais pressupostos do trabalho de Mannheim é de que as elaborações teóricas possuem ligações com interesses de poder e com determinadas situações sociais. Os tipos de pensamentos ou “estilos de pensamento”, na designação de Mannheim, também fazem parte dos processos históricos. Para ele, não há como não estabelecer

pensamento social brasileiro. O que importa aqui é delimitar algumas características da retórica conservadora desenvolvida pelos intelectuais contrários às ações afirmativas, no momento em que o Estado brasileiro adota uma visão multicultural para o país e que grupos sociais até então “invisíveis” para a sociedade requerem alguns de seus direitos.

4.1 A RETÓRICA CONSERVADORA

Um dos mais importantes estudos sobre o desenvolvimento da retórica conservadora foi realizado por Hirschman (1992). O autor examinou como os argumentos caracterizados como reacionários foram elaborados de forma muito semelhante em diferentes períodos históricos e em relação a três momentos em que ocorreram avanços avaliados como progressistas. A primeira reação conservadora foi o movimento que se opôs à Revolução Francesa. A segunda resposta reacionária viria com a oposição ao sufrágio universal. E, por fim, na seqüência indicada por Hirschman, encontra-se a crítica reacionária ao *Welfare State*. O objetivo do seu estudo foi delinear os tipos de argumentos utilizados por aqueles que de alguma

conexões entre a existência dos grupos sociais e determinados “estilos de pensamento”. Nesse sentido, os intelectuais, por realizarem estudos sobre temas determinados, não estão isentos dessas influências, já que não se constituem em uma classe ou em um estrato que “flutua livremente” ou que se encontra acima das demais classes. Eles também estão condicionados socialmente. Uma das pressuposições básicas no raciocínio de Mannheim é a impossibilidade de fazer uma distinção completa entre política e filosofia, considerando apenas a primeira como socialmente determinada. Assim como o pensamento político possui fundamentos filosóficos, na base de qualquer filosofia também estão implícitos certos pontos de vista políticos e formas de ver o mundo. O autor não quer dizer com isso que todo o intelectual é conscientemente “um propagandista político” (MANNHEIM, 1963, p. 95). O filósofo pode, inclusive, ignorar as implicações políticas de suas teorias, mas isso não significa, entretanto, que elas não tenham consequências políticas. Um outro ponto importante na análise do sociólogo alemão, que auxilia no entendimento das opiniões dos intelectuais brasileiros a respeito das ações afirmativas, é que para ele uma “ação conservadora” (Mannheim, 1963, p. 107) depende de um “conjunto concreto de circunstâncias” (MANNHEIM, 1963, p. 95). O aparecimento de um estilo de pensamento conservador, portanto, está diretamente relacionado a acontecimentos concretos. Ainda segundo Mannheim (1963, p. 108), não se podem fazer “deducciones *a priori* de los principios del conservadurismo”, justamente porque eles dependem dos indivíduos que colocam em prática esses princípios e os incorporam em suas ações, bem como de condições históricas e conjunturais específicas.

De acordo com Bonazzi (1986, p. 242), o termo conservadorismo na ciência política designa idéias que visam manter o sistema político vigente, apresentando-se como contrapartida às forças inovadoras. Ainda segundo o autor, o conservadorismo deve ser visto sempre em contrapartida com um outro termo, que Bonazzzi denomina de progressismo. Nesse caso o conservadorismo existiria justamente em função de uma posição progressista. Daí a tendência dos conservadores em não sistematizarem o próprio pensamento, visto que esse é alternativo ao progressismo e deve acompanhar de perto essa tendência.

forma desejavam se opor e, inclusive, derrubar políticas e/ou medidas de caráter progressista, reformista ou revolucionário.

O principal expoente da posição contra-revolucionária foi Edmund Burke com seu livro escrito em 1790, *Reflexões sobre a Revolução na França*. O discurso de Burke foi tão emblemático que estabeleceu as bases para a posição conservadora moderna, sendo esse autor considerado um dos mais importantes representantes do pensamento conservador. Enquanto essa reação à Revolução Francesa e à Declaração dos Direitos do Homem foi conscientemente contra-revolucionária, o segundo movimento reacionário que se opôs ao sufrágio universal não era tão consciente de seu caráter contra-revolucionário ou contra-reformista, conforme a visão de Hirschman. Mesmo assim, do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial e mesmo depois dela, houve uma onda reacionária representada por uma vasta literatura que incorporava diversas áreas: a filosofia, a psicologia e a política entre outras. Tal literatura precava contra os perigos que ameaçavam as sociedades como resultados do processo de democratização (Hirschman, 1989). As críticas contemporâneas ao *Welfare State* formam a última onda conservadora estudada por Hirschman.

Por meio desses estudos, Hirschman questiona a trajetória de “desenvolvimento da cidadania” no Ocidente, elaborada por T. H. Marshall. Esse último distingue três dimensões da cidadania que foram alcançadas pelas sociedades humanas “mais ilustradas” (Hirschman, 1992, p. 11). De acordo com o esquema de Marshall, em primeiro lugar teriam ocorrido, no século XVIII, as batalhas para o estabelecimento da cidadania civil. Durante o século XIX foram conquistados os aspectos políticos relativos à cidadania. Finalmente, no século XX, com a ascensão do *Welfare State*, as dimensões sociais e econômicas da cidadania seriam reconhecidas. Hirschman coloca em dúvida justamente o fato de que essas tentativas de alcançar a cidadania não tenham sofrido contra-ativas que levaram, inclusive, a recuos de programas progressistas. O autor constata que o desenvolvimento da cidadania não foi alcançado por meio de um progresso “suave e constante”, mas de forma ambivalente, permeada de conflitos e de contra-reações.

A polêmica instalada no campo acadêmico brasileiro a respeito do tema das cotas raciais – demarcando uma divisão entre opositores e defensores – e a semelhança dos argumentos desenvolvidos em cada um desses pólos com aqueles

encontrados no estudo efetuado por Hirschman justificam a utilização da proposta analítica do cientista político. Com isso, deseja-se demonstrar que no campo acadêmico brasileiro está presente uma potente retórica conservadora que se opõe às ações afirmativas, mais especificamente à política de cotas para estudantes negros no ensino superior. O autor delimita três teses da retórica conservadora que foram elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, nessas diferentes épocas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça. O objetivo deste capítulo é analisar os argumentos elaborados por intelectuais brasileiros que se opõem à política de cotas, a partir da tipologia criada por Hirschman. No entanto, antes disso é necessário verificar como cada uma dessas teses foi usada nos três momentos demarcados pelo autor de reação a políticas progressistas, pois dessa maneira será possível estabelecer um paralelo com a contra-reação contemporânea no Brasil ao estabelecimento de políticas de ação afirmativa. É preciso ainda levar em consideração um outro ponto para o qual Hirschman chama a atenção, que é a presença de certas “invariantes” que permanecem na argumentação da retórica conservadora, apesar da distância temporal que as separa.

4.1.1 A tese da perversidade relacionada aos três momentos de reação às políticas progressistas e/ou reformistas

A tese da perversidade consiste na afirmação de que a ação desenvolvida produzirá o exato oposto do objetivo que se almeja alcançar. Essa mesma forma de raciocínio se repete nos três momentos de reação a medidas revolucionárias e/ou progressistas analisadas por Hirschman.

Revolução Francesa

O discurso que se opunha à revolução se recusava a admitir qualquer aspecto positivo como consequência do processo revolucionário. Na previsão de Edmund Burke, as tentativas de se alcançar a liberdade foram “por meio de uma cadeia de consequências não-intencionais” (Burke apud Hirschman, 1992, p. 18) transformadas em tirania. De acordo com a análise de Hirschman (1989, 1992), a formulação do “efeito perverso” apresenta uma procedência intelectual: o

pensamento iluminista escocês que enfatiza os efeitos não-intencionais das ações humanas. No caso da Revolução Francesa, esse pensamento foi retomado, pois quando a luta pela liberdade transformou-se em terror, os críticos da revolução observaram que havia uma assimetria entre as intenções proclamadas e as consequências sociais. Uma das características básicas da tese da perversidade é de que os homens estão condenados ao ridículo, pois ao dedicarem-se a melhorar o mundo, obtêm exatamente o contrário.

Sufrágio Universal

Em relação a essa medida, os argumentos se repetiram com raciocínios idênticos. Nesse caso, as ciências sociais emergentes na época encarregaram-se de prever o desfecho perverso da ampliação do direito ao voto. Conforme sugere Hirschman (1992, p. 26), o clima intelectual da época em relação às massas era de profundo desprezo, que depois se transformou em temor². A participação das massas na política, por meio do sufrágio universal, pareceu às elites européias do século XIX uma idéia “aberrante e potencialmente perigosa”. Quanto mais o direito ao sufrágio universal se estendia pelo continente europeu, mais vozes se levantavam contra ele. Se, até a metade do século XIX o avanço das políticas democráticas foi recebido com ceticismo e hostilidade, no final desse mesmo século esse clima foi reforçado por meio das teorias científicas que demonstravam o caráter irracional do comportamento humano. Uma das críticas mais influentes foi feita por Gustave Le Bon na sua obra *Psicologia das Multidões*. O livro de Le Bon está baseado em uma teoria que separa o indivíduo da multidão. De acordo com essa acepção, o indivíduo seria portador de racionalidade, enquanto que a multidão representa o irracional, aquilo que pode ser facilmente manipulável. A teoria desenvolvida por Le Bon teve implicações políticas evidentes em um contexto em

² Em relação à incapacidade de participação política das massas e, conseqüentemente, de decidirem os rumos de uma determinada nação, é oportuno citar a avaliação que o cientista político Bolívar Lamounier fez de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em julho de 2006 a respeito das cotas para estudantes negros. De acordo com os resultados da pesquisa, à medida que cresce o grau de escolaridade dos entrevistados aumenta a rejeição ao sistema de cotas. Lamounier interpretou o resultado a partir da idéia de que as pessoas mais escolarizadas conseguem avaliar melhor questões que exigem “uma reflexão conceitual” e sabem que a adoção de cotas pode trazer implicações graves para o futuro do país. A mesma falta da capacidade das massas (os menos escolarizados) é constatada pelo cientista político, demonstrando que é uma elite intelectualizada, que possui condições de tomar decisões e fazer mensurações corretas acerca da realidade (*Folha de S. Paulo*, 23 de julho de 2006).

que as medidas democráticas, especialmente o sufrágio universal, estavam se expandindo para um número maior de países. Na visão dos autores analisados por Hirschman (1995, p. 29), novamente os ingênuos que desejam melhorar o mundo se dão mal e acabam por piorá-lo. Podem ser qualificados na denominação de Hirschman de “pioradores do mundo”.

Welfare State

O ataque às políticas econômicas do moderno *Welfare State* consistem na terceira fase reacionária abordada por Hirschman. Repete-se a tese do efeito perverso de que qualquer tentativa humana no sentido de melhorar ou aperfeiçoar a sociedade só faz as coisas piorarem. Segundo a análise de Hirschman, um dos primeiros ataques à política de bem-estar social foi escrito por Jay W. Forrester. Nesse artigo, o autor adverte aos leitores que é muito difícil entender sociedade, visto que ela é formada por sistemas altamente complexos. Por esse motivo, só os especialistas estariam aptos a compreendê-la. As conclusões do estudo de Forrester revelam, então, que alguns programas causam o efeito inverso do desejado. Assim o autor se manifesta em relação às políticas urbanas de habitação e criação de empregos: “[essas *políticas*] vão do ineficaz ao nocivo, se analisadas do ponto de vista de seus efeitos sobre a saúde econômica das cidades ou pelos seus efeitos a longo prazo sobre a população de baixa renda” (FORRESTER apud HIRSCHMAN, 1995, p. 34). Nesse caso, previa-se que os pobres iriam tornar-se preguiçosos pela facilidade proporcionada por determinadas medidas, como o seguro-desemprego, por exemplo.

4.1.2 A tese da futilidade relacionada aos três momentos de reação às políticas progressistas e/ou reformistas

Esse segundo argumento conservador difere do anterior em um ponto e assemelha-se em outro. De acordo com Hirschman (1992), ele não tem o caráter ardente do primeiro. Ao contrário, sua característica é a frieza. Em comum com a tese da perversidade é a sua simplicidade. A tese da futilidade ao invés de prever resultados contrários àqueles que se procura alcançar, diz que a tentativa de

mudança não resultará em nada. A lei do movimento é substituída por uma lei do não-movimento. Essa lei está bem representada nas palavras do Barão de Lampedusa em seu romance *Leopardo* (1959), citadas por Hirschman (1989, p. 106): “tudo tem que mudar aqui para continuar o mesmo”.

Revolução Francesa:

No caso da Revolução Francesa, seguindo o caminho analítico proposto por Hirschman, o argumento da futilidade foi posterior ao da perversidade. Foi necessário o desaparecimento da geração revolucionária para que os efeitos “catastróficos” da revolução pudessem ser esquecidos. Um dos precursores na apresentação da tese da futilidade com relação à Revolução Francesa foi Tocqueville. O autor apresentou uma tese em seu livro *O antigo regime e a revolução*, mostrando que a revolução havia provocado menos rupturas do que se esperava com o antigo regime. Apoiado em pesquisas de arquivo, Tocqueville demonstrou que algumas conquistas bastante alardeadas da revolução já existiam antes de sua deflagração. Na concepção desse autor francês, as mudanças introduzidas pela revolução foram “cosméticas”, visto que não modificaram a essência da sociedade.

Sufrágio Universal

A ampliação de direito ao voto e à participação das massas no sistema político ocorreu de maneira gradual e inicialmente pouco eficaz nos países europeus. Alguns analistas previram um desastre total para a participação das massas, enquanto outros, mais “frios”, optaram pela tese da futilidade, ridicularizando as ilusões dos progressistas acerca das supostas mudanças benéficas advindas do sufrágio universal. A fim de defender essa tese, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto elaboraram máximas científicas de que toda a sociedade encontra-se sempre dividida entre governantes e governados, independentemente da forma como se apresente “na superfície”. Desse modo, os estudiosos podiam argumentar que os reformadores estavam ignorando uma espécie de “fato científico” quando propunham essa medida.

A intenção de Mosca era provar que as instituições democráticas constituíam uma espécie de “simulacro” (HIRSCHMAN, 1992, p. 51). Para o autor, a base de qualquer sistema político que aceite as massas na sua representação não passa de uma “mentira” (MOSCA apud HIRSCHMAN, p. 51). Tal conclusão era obtida pela observação de que as sociedades organizadas são formadas por uma maioria sem poder e por uma minoria que detém o poder. Essa seria a essência de qualquer sociedade. A fim de verificarmos as diferenças entre a tese da futilidade preconizada por Mosca e a da perversidade elaborada por Le Bon é útil comparar seus argumentos em relação ao tema do sufrágio universal. Enquanto Mosca vê as instituições democráticas como exercícios fúteis e inúteis, dignos de desprezo, Le Bon observa essas instituições como perigosas, já que elas poderão reforçar o poder das massas.

A teoria de Pareto assemelha-se à de Mosca na forma polêmica como pode ser utilizada. Pareto deseja demonstrar que a democracia pode ser tão “espoliativa” (Hirschman, 1992, p. 53) do povo quanto qualquer outro regime. Ele vai ainda mais longe em sua análise quando afirma que o recrutamento da elite por meio das eleições contém possibilidades de espoliação ainda maiores que aqueles feitos por via hereditária ou por cooptação. Nesse sentido, a única conclusão possível é que o sufrágio universal não pode trazer mudanças políticas reais. Pode-se observar então, concordando com Hirschman, que a contribuição desses autores, especificamente das ciências sociais italianas, foram fundamentais para o desenvolvimento da tese da futilidade.

Welfare State

A principal crítica às políticas de bem-estar social concentra-se nos efeitos nocivos que podem provocar. As acusações são de que por mais bem-intencionadas que sejam essas políticas elas induzem à preguiça e à acomodação. No entanto, para que esse efeito perverso se concretize, ele necessita que o pagamento realmente chegue aos pobres para que essas conseqüências venham a ocorrer. Porém, como assinala Hirschman (1992), antes disso uma outra crítica pode ser feita: de que as transferências de benefícios nunca cheguem aos pobres, que sejam desviadas. Esse argumento da futilidade cumpriu um papel importante no sentido de criticar a aplicação de programas sociais nos Estados Unidos. Na época do governo

Lindon Johnson, por exemplo, Hirschman (1992) afirma que eram feitas acusações de que os programas assistenciais serviam muito mais para assegurar os empregos a um determinado grupo de administradores do que para ajudar os pobres.

4.1.3 A tese da ameaça ou do risco relacionada aos três momentos de reação às políticas progressistas e/ou reformistas

De acordo com a proposta analítica de Hirschman (1989, 1992), as teses da futilidade e do efeito perverso, apesar de suas variações, apresentam em comum a simplicidade de seus argumentos. Ao contrário delas, a tese da ameaça apresenta-se muitas vezes de forma mais moderada, mas não menos efetiva, assegurando que as mudanças propostas, embora muitas vezes necessárias e desejáveis, acarretarão consequências inadmissíveis. Esse argumento pode ser historicamente mais fundamentado do que os outros dois. No caso da tese da ameaça, o autor vai se concentrar em um outro exemplo histórico: os *Reform Bills* realizados na Inglaterra em 1832 e 1867.

Os *Reform Bills*

A “ampliação do direito de voto para todos os chefes de família do sexo masculino que vivessem em prédios urbanos (...) taxados anualmente em dez libras esterlinas ou mais” (Hirschman, 1992, p. 79), foi proposta pelo *Reform Bill* de 1832. Apesar dessa legislação excluir mais de 90% da população inglesa, mesmo assim era a primeira vez que se dava direito de voto às classes altas profissionais, comerciais e industriais. Mas uma questão importante observada por Hirschman em relação à aprovação dessa lei é de que tanto os liberais aristocráticos quanto os conservadores eram contrários a qualquer forma de ampliação adicional do direito ao voto. Em outras palavras, ambos os grupos eram hostis à possibilidade de um sistema democrático que ampliasse a participação das pessoas. Uma das justificativas para o *Reform Bill* de 1832 foi que as restrições impostas ao sufrágio constituíam-se em características “permanentes da ordem constitucional” (HIRSCHMAN, 1992, p. 81). Esse seria portanto o limite até onde poderia ir a democracia. Entretanto, esse limite não perdurou por muito tempo. Em 1867, a

Câmara dos Comuns aprovou o *Second Reform Act*, que finalmente começou a processo de ampliação da democracia. O ato estendeu o direito de voto a todos os chefes de família que morassem na cidade por um ano ou mais. À medida que a ampliação do direito ao voto avançava, mais os oponentes da reforma desenvolviam argumentos relacionados à retórica da ameaça. A democracia era vista como uma forma de destruição das sólidas instituições inglesas e, nas palavras de um de seus mais ferrenhos oponentes, as medidas democráticas foram calculadas:

[...] *para destruir uma após outras as instituições que garantiram para a Inglaterra um tanto de felicidade e prosperidade que nenhum outro país jamais alcançou, ou tem qualquer probabilidade de alcançar. Com certeza a obra heróica de tantos séculos, as incomparáveis realizações de tantas cabeças sábias e mãos fortes merecem uma consumação mais nobre que a de serem sacrificadas no altar da paixão revolucionária, ou pelo entusiasmo sentimental da humanidade* (LOWE apud HIRSCHMAN, 1992, p. 82).

O argumento básico desse e de outros autores e legisladores da época era que a extensão de voto para a classe trabalhadora poderia levar à formação de uma maioria que chegaria ao ponto de expropriar os ricos, por meio de taxas excessivas que violariam um direito básico de liberdade, o de acumular propriedades.

Welfare State

No caso do *Welfare State*, a principal alegação contrária é que ele colocaria em perigo tanto as liberdades individuais quanto o governo democrático. Em 1960, a afirmação de que o *Welfare State* representava uma ameaça à liberdade e à democracia não foi bem aceita, pois nas primeiras décadas após a Segunda Guerra, grande parte da opinião pública ocidental estava convencida dos benefícios da legislação de assistência social. Essa situação se modificou a partir de alguns acontecimentos, como as revoltas estudantis, a guerra do Vietnã e os choques do petróleo, entre outros. Argumentava-se, nessa época, que o *Welfare State* ameaçaria o crescimento econômico, devido ao aumento de gastos públicos. O aumento dos gastos com saúde, educação e assistência social provocaria um aumento também nas atividades governamentais, que por sua vez influenciariam na

diminuição da autoridade, o que acarretaria em uma “crise de governabilidade” (HIRSCHMAN, 1992, p. 101). Essa tese foi defendida particularmente por Samuel Huntington em seu livro *A crise da democracia*, publicado em 1975.

É possível verificar a partir das análises de Hirschman sobre esses diferentes momentos em que se desenvolveu a retórica conservadora como a base argumentativa é a mesma, apesar da diferença dos acontecimentos e dos períodos históricos. São justamente essas “invariantes” da retórica conservadora que aparecerão no discurso dos intelectuais brasileiros contrários às cotas. É esse tópico que será destacado a partir de agora.

4.2 AS TRÊS TESES CONSERVADORAS EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE COTAS

Apesar do debate entre os acadêmicos ter como alvo preferencial as cotas raciais nas universidades públicas federais, esse fato não pode ser visto isolado de outras discussões que estão acontecendo no país. Não é somente das universidades que estão sendo exigidos determinados direitos, há também uma crescente demanda pela titulação de terras de comunidades quilombolas³ desde a promulgação da Constituição de 1988. Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica e estão sendo desenvolvidos programas do Ministério da Saúde que contemplam especificamente a população negra. Pode-se observar que a luta por esse conjunto de direitos leva à emergência de identidades que até então eram pouco visíveis no repertório político nacional. É dentro desse contexto, portanto, que está ocorrendo a disputa entre os intelectuais brasileiros com relação às políticas de ação afirmativa.

É preciso salientar ainda, conforme adverte Sérgio Costa (2006), que a discussão sobre o racismo e as formas de combatê-lo, no caso das ações

³ Decreto 4887, de 2003, que regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal (ADTC) de 1988. E, atualmente, o Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. O artigo 68 faz parte das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 e prevê “o reconhecimento da propriedade das terras ‘dos remanescentes das comunidades dos quilombos’” (LEITE, 2000). Para maiores informações, consultar também SILVA, Dimas Salustiano. *Boletim Informativo NUER*, vol. 1, n. 1, 1997.

afirmativas, não fazem parte somente de uma agenda nacional, pois esse debate ultrapassa as fronteiras locais e se dissemina transnacionalmente⁴. As organizações e movimentos da sociedade civil, assim como o Estado brasileiro e os intelectuais que ocupam as posições antagônicas, estão ligados a redes de movimentos, de organizações institucionais e acadêmicas internacionais.

O debate travado entre os intelectuais brasileiros com respeito às ações afirmativas tem ocorrido em diversas instâncias. Um dos aspectos importantes a sublinhar nesse caso é justamente o fato da discussão ter ultrapassado os limites da academia e das universidades e ter adentrado a esfera pública, especialmente nos meios de comunicação, além de audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Inúmeros intelectuais brasileiros escreveram e se pronunciaram sobre o tema desde o início desta pesquisa. Porém, alguns nomes se destacam, especialmente na antropologia brasileira, sendo, alguns deles, em oposição às ações afirmativas e/ou pelo menos na forma como essas vêm sendo encaminhadas no país. Entre os autores que se opõem às cotas para estudantes negros pode-se citar o antropólogo Peter Fry (UFRJ), a antropóloga Yvonne Maggie (UFRJ), a antropóloga Eunice Durham (USP), a antropóloga Lilia Schwarcz (USP), o cientista político Marcos Chor Maio (Fundação Oswaldo Cruz), o antropólogo Ricardo Ventura Santos (UFRJ e Fundação Oswaldo Cruz), a historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo (UNICAMP), a historiadora Mônica Grim (UFRJ), o historiador Manolo Fiorentino (UFRJ) e o articulista do jornal *Folha de S. Paulo* e geógrafo Demétrio Magnoli, entre outros. Essa pesquisa foi realizada através da análise de artigos publicados em periódicos de circulação nacional, revistas científicas e livros, além de gravações de conferências, mesas redondas e audiências públicas, desde o ano de 2000.

4.2.1 A tese da perversidade

Com relação à tese da perversidade, seus defensores afirmam que as mudanças advindas de medidas visando algum tipo de transformação na sociedade,

⁴ A ONU lançou em 2005 um plano para o “Desenvolvimento do Milênio”, estabelecendo “Os objetivos do milênio”, que consistem numa proposição internacional como forma de acelerar o processo de desenvolvimento da inclusão social.

em vez de levar a sociedade em determinada direção, levarão exatamente na direção contrária. A ação produzida gera uma “cadeia de conseqüências” “imprevisíveis” e “não-intencionais” que provocam o oposto do que se deseja alcançar. Esse argumento, segundo a avaliação de Hirschman, é bastante eficaz para o convencimento do público em geral. A invocação dessa tese é uma das principais características da retórica conservadora. O efeito perverso representa um ato extremo do que Hirschman classifica de “conseqüências involuntárias” (1995, p. 37). Tais “conseqüências involuntárias” tiveram seu sentido deslocado, pois, se inicialmente elas denotavam o significado de “imprevistas”, passaram a adquirir um sentido negativo de, em última instância, indesejáveis.

No caso das políticas de cotas, a tese da perversidade tem sido constantemente repetida. Entre os autores que utilizam essa tese, afirma-se que as cotas em vez de contribuírem para a eliminação do racismo vão incitar mais racismo ainda. Essa é a opinião expressa por Peter Fry (*O Globo*, 21 de março de 2003):

Todos nós gostaríamos de ver as universidades públicas cada vez mais multicoloridas (as privadas já são). Também acredito que a maioria quer que o Brasil elimine o racismo de tal jeito que a discriminação racial e o medo dela deixem de ferir tanto. Mas a “solução” das cotas vai aumentar os problemas e não diminuí-los. Alguém realmente acredita que é possível corrigir as desigualdades raciais grosseiras a custo zero aos cofres públicos? **O Verdadeiro custo será a consolidação do racismo, não o fim do racismo** (grifo meu).

Nessa mesma direção se encontra o argumento de Yvonne Maggie, também publicado no jornal *O Globo*. A autora assim se manifesta em relação à política de cotas adotada pela Universidade de Brasília (UnB): “Esse critério da UnB é estarrecedor porque institui o racismo para combater o racismo” (*O Globo*, 19 de março de 2004). Em um artigo acessado na página do *Observa*⁵, um *site* que apresenta diversas informações e opiniões sobre ações afirmativas nas universidades brasileiras, a antropóloga recorre novamente ao “efeito perverso” quando se refere à sentença de um Juiz Federal Substituto que indefere o pedido de

⁵ Endereço da página: <http://www.observa.ifcs.ufrr.br/index.htm>

liminar impetrado por uma vestibulanda de Medicina da Universidade Federal do Paraná⁶. A sentença do juiz começa assim:

[..] é chegada a hora do todos nós, brancos e aquinhoados pela vida em abundância, repartirmos o valor da dívida com o povo negro, que pela sua escravidão, contribuiu significativamente para a construção das bases do nosso país. Você está pagando por ele agora. Meus filhos certamente pagarão. E é possível que meus netos também o paguem. Mas não é possível negar essa dívida ou retribuir-lhes com a ingratidão ou o egoísmo [...].

Em um diálogo ocorrido entre a leitora e Maggie no *Observa*, a respeito da sentença do juiz, o artigo de Maggie assim foi respondido: “A primeira coisa que eu gostaria de comentar é a imensa alegria em ler a sentença de juiz consciente e sensível. Ele disse o que eu gostaria de ter dito”. Yvonne Maggie responde então, da seguinte forma à leitora:

Mas de fato, o juiz está colocando sobre os ombros dos jovens estudantes o peso e a responsabilidade de resolver algo errado, triste e que caracteriza a nossa sociedade, a injustiça, o racismo e as desigualdades [...] Será que a jovem estudante que não teve a sua vaga reservada era mesmo rica e bem aquinhoadada pela fortuna e herança educacional ou era uma estudante pobre e que não se definiu como negra e se esforçou muito junto com sua família para ter um lugar hoje na universidade? Essas dúvidas me assolam quando vejo um juiz decidir sobre a vida dos brasileiros. [...] **Será ainda que, o juiz não estará de fato contribuindo para acirrar o preconceito e o racismo?** (grifo meu).

Conforme a análise de Hirschman, o “efeito perverso tem vários apelos intelectuais” e se constituiu em um tipo de percepção sociológica acerca da sociedade. Se a noção de “efeitos involuntários” utilizava argumentos metafísicos relacionados à divina providência, no final do século XVIII muitos autores deixaram de usar esse tipo de apelo à divina providência, substituindo-o por explicações de caráter não-religioso. Essa particularidade também pode ser observada no caso brasileiro. Pois o acirramento do racismo, por exemplo, é considerado por muitos intelectuais como uma consequência indesejada da política de cotas, ainda que tal política seja elaborada com as melhores intenções.

⁶ O mesmo exemplo foi citado pela autora na mesa redonda organizada pela ABA “As novas inflexões raciais no Brasil” na 58ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Florianópolis, no dia 21 de julho de 2006.

O historiador Francisco Martinho (2007), apesar de não ser um dos principais autores destacados na pesquisa, também centra sua opinião no efeito perverso e em como aqueles que defendem as cotas detêm uma visão deturpada sobre a sociedade brasileira. Segundo suas palavras:

O que mais me assusta nessa história toda é a crença. Para aqueles que acham que o Brasil é um país racista, de que as cotas contribuirão para o enfrentamento do preconceito. É exatamente o contrário. Na medida em que políticas públicas começam a induzir pessoas a declarar sua “cor” para fins de emprego ou acesso à universidade, será difícil conter o racismo (MARTINHO, p. 181-182).

Uma outra característica daqueles que preconizam a tese da perversidade é a manifestação de uma espécie de superioridade intelectual, pois demonstram para aqueles que não enxergam – mesmo que sejam especialistas – o quanto podem ser perspicazes ao preverem essa consequência para uma ação que, em princípio, poderia ser considerada positiva.

O efeito da perversidade não apareceu com tanta frequência quanto os outros nos discursos dos intelectuais contrários às cotas. Esse fato pode ser explicado recorrendo-se mais uma vez a Hirschman (1992). Para ele, a tese da ameaça geralmente é alegada logo que uma política é proposta ou adotada de forma oficial. Seguindo seu raciocínio, o argumento da perversidade só aparecerá quando alguns resultados desfavoráveis da nova política surgirem. A tese da futilidade tende a ocorrer ainda mais tarde, porque é necessária uma certa distância dos acontecimentos. Dentro da lógica proposta pelo autor é provável que os argumentos contrários a uma determinada reforma mantenham a seguinte sequência: ameaça, perversidade e futilidade.

4.2.2 A tese da futilidade

A tese da futilidade difere da anterior, pois nesse caso não se antevê um retrocesso ou um efeito devastador para a sociedade como um todo, mas a mudança é considerada puramente cosmética, de fachada, pois não ataca as estruturas profundas da sociedade.

Apesar de os argumentos da tese da futilidade parecerem, de acordo com Hirschman, mais amenos do que os da tese da perversidade, eles são mais insultuosos. No primeiro caso, se critica a direção que determinada ação tomará e sempre resta a esperança de que seja obtida a direção adequada, porém, no segundo, quando se demonstra que a medida não terá eficácia alguma, está-se desmoralizando os defensores da mudança e subestimando as possibilidades de transformação. A tese da futilidade representa portanto uma crítica à própria intenção de mudança, justamente porque não se pode mudar aquilo que não pode ser mudado. É nesse ponto que a tese difere bastante da tese da perversidade. Pois, no caso desta última, o mundo é visto como sujeito a mudanças, “volátil”, um determinado movimento levará conseqüentemente a efeitos imprevistos e a “contramovimentos insuspeitados” (HIRSCHMAN, 1992, p. 65). Já no caso da tese da futilidade o mundo é visto como uma estrutura que evolui segundo determinadas leis que as ações humanas são incapazes de alterar. Nas palavras de Hirschman (1992, p. 65), é uma atitude de “refutação desdenhosa” que se assume em relação à sugestão de que a realidade pode ser passível de algum tipo de mudança.

Novamente os argumentos citados por vários autores das ciências sociais brasileiras e por outros especialistas podem ser lidos por meio da tipologia criada por Hirschman. As cotas são vistas como algo que não vai alterar a realidade da educação no país, pois o problema não está na educação superior e sim no ensino básico. Deve-se ir à raiz do problema e não atacá-lo no final. As cotas são avaliadas como medidas paliativas, que não resolvem o principal problema da educação brasileira: uma boa escola pública que proporcione a todos a oportunidade de concorrer a vagas para o ensino superior. Além disso, essa medida incide, de acordo com a antropóloga Eunice Durham, “sobre uma das conseqüências da discriminação racial e da desigualdade educacional sem que estas, em si mesmas sejam corrigidas” (Durham, 2003, p. 04). A melhor qualidade do ensino básico seria uma das soluções apontadas por Celia Maria Marinho de Azevedo (2004b, p. 63) para combater o racismo no Brasil e não a adoção de cotas:

É possível lutar contra o racismo no Brasil, ignorando-se a dimensão do problema do analfabetismo e baixos níveis de escolaridade da população brasileira? Não seria preciso concentrar forças na recuperação das escolas públicas de ensino fundamental, bem como na sua expansão para toda a população brasileira?

A posição de Yvonne Maggie (2006) também se situa no horizonte de que as cotas não vão resolver problema algum. Em resposta a uma entrevista concedida ao *Jornal Folha de S. Paulo* ela se refere ao aumento de vagas como forma de resolver o problema do acesso ao ensino superior.

Nós temos, nas universidades públicas, um grande potencial de abertura e de ampliação dos cursos. Por que não abrimos mais vagas? Temos professores e temos salas de aula suficientes para termos mais alunos. O problema não é colocar pessoas para dentro da universidade, é fazer elas se formarem. **Estabelecer cotas é trocar seis por meia dúzia** (grifo meu) (*Folha de S. Paulo*, 23 de julho de 2006).

Conforme já explicitado anteriormente, a tese da futilidade é mais insultuosa que a da perversidade justamente porque desacredita completamente os defensores da mudança. Seus detratores chegam ao ponto de ridicularizar e desqualificar os “eternos ingênuos progressistas” (Hirschman, 1992, p. 49). A desqualificação dos argumentos dos intelectuais que apóiam as cotas é uma constante nos discursos daqueles contrários a essa política. Um dos autores que mais utiliza esse artifício é Peter Fry. Em uma entrevista ao jornal *O Liberal* (2006), ele assim se refere aos apoiadores das cotas raciais:

Ninguém está sugerindo que as pessoas não podem se identificar com “raças” (se quiserem) na sua vida particular, mesmo se eu pessoalmente não tenho o mínimo interesse em organizar a minha vida em torno do fato de ser branco. Estamos preocupados com a interferência do Estado nesse processo. **É como se os defensores das cotas desconhecessem o país** (grifo meu).

Outra importante característica da tese da futilidade é conceder caráter científico aos seus argumentos. Tal feito foi realizado por alguns cientistas sociais italianos, como Pareto, por exemplo. Segundo Hirschman, esse autor concedeu aos seus achados estatísticos a respeito da distribuição de renda um caráter de lei natural. Sua conclusão foi que seria inútil, senão fútil, tentar modificar um aspecto básico e invariante da economia, como é o caso da distribuição de renda, por meio de taxaço, expropriação ou qualquer tipo de legislação de bem-estar social. A maneira correta de melhorar as condições de vida da população mais pobre seria, portanto,

aumentar a riqueza total⁷. No caso do debate sobre cotas, não se recorre a uma lei para comprovar a ineficácia da política, mas se apela à ciência como se esta fosse o tribunal dos tribunais e que por ser detentora de um exercício disciplinar e neutro, seria capaz de decidir os melhores rumos para a sociedade brasileira.

A análise de um dossiê publicado sobre a questão das cotas raciais implantadas na Universidade de Brasília (UnB) ajuda a explicitar melhor a relação entre o papel da ciência e a posição política dos intelectuais em relação a uma determinada política pública. No primeiro semestre de 2005, a revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) publicou o referido dossiê. O texto principal é um artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos⁸, no qual os autores criticam o processo de implementação de cotas raciais na UnB por ingresso através de vestibular⁹, devido à utilização de análises de fotografias como forma de evitar fraudes e comprovar a identidade racial dos candidatos. Foram convidados 25 intelectuais que já haviam tratado do tema em alguma instância acadêmica ou com a publicação de artigos em jornais e/ou periódicos científicos, para comentar o artigo. O resultado foi que 18 intelectuais aceitaram o convite e se pronunciaram em relação ao texto. Maio e Santos afirmam que essa maneira de buscar parâmetros considerados objetivos¹⁰ para delimitar a identidade racial dos estudantes assemelha-se aos processos utilizados no século XIX para a aferição das raças.

O principal argumento dos autores é que o uso de fotografias remete ao renascimento da “antropologia das raças”, que volta a considerar a raça – por meio da análise de atributos físicos e traços fenotípicos – como elemento classificador

⁷ Esse argumento assemelha-se a um outro utilizado pelos intelectuais contrários às cotas raciais. Alguns estudiosos afirmam que antes de estabelecer cotas para determinados grupos, a solução seria aumentar o número de vagas nas universidades. De acordo com estudo de Tragtenberg et. al. (2006), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através de simulações, constatou-se que políticas de ampliação de vagas e de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas manterão as desigualdades raciais, não garantindo, portanto, a diversidade étnico-racial.

⁸ MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Política de cotas raciais. Os “olhos da sociedade” e os usos e abusos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)*. Cientistas de diversas áreas de conhecimento foram convidados a comentar o artigo dos dois autores.

⁹ O vestibular da UnB na época foi qualificado pela mídia de “tribunal racial”.

¹⁰ Os parâmetros objetivos estariam assentados em uma visão de ciência considerada “ordinária” por Maio e Santos. Essa visão está relacionada aos velhos esquemas taxonômicos utilizados no final do século XIX como forma de classificação das pessoas. Segundo os autores, muitos atores envolvidos no debate sobre as cotas apelam para esse tipo de “ciência” como forma de identificação dos beneficiários dessas políticas.

dentro da sociedade brasileira, a exemplo do que ocorreu no século XIX, conforme apontado anteriormente. Ressurge a questão da raça como um dos principais *topoi* das ciências sociais brasileiras e de nosso espectro político.

É preciso acrescentar que além dessa crítica, os dois autores repudiam também o papel do antropólogo que participou da comissão¹¹ de avaliação, por considerá-lo como um tipo de especialista que iria, através de sua especialidade, identificar “cientificamente” os candidatos negros beneficiários do sistema de cotas. Os autores realizam uma crítica severa a esse papel dos antropólogos que atuam como peritos¹² e as conseqüências éticas desse procedimento. O paralelo que Maio e Santos fazem do desempenho do antropólogo na comissão da UnB com a de outros antropólogos que atuaram como peritos, é que em ambos os casos esses profissionais estão participando em processos que visam a produção de identidades. No caso da UnB, de uma identidade racial negra.

Todos os autores que responderam ao texto de Maio e Santos recriminaram o uso de fotos como forma de classificação dos candidatos, inclusive os antropólogos propositores do sistema de cotas raciais na UnB, José Jorge de Carvalho e Rita Segato. A utilização de fotografias como uma possível forma de evitar fraudes traz uma série de conseqüências que não foram devidamente avaliadas pela burocracia acadêmica¹³.

O que chama a atenção, conforme assinala Guimarães (2005), é que a estratégia discursiva utilizada pelos autores – ao colocar a UnB como representante de um caso exemplar da política de cotas no país – acaba por induzir à conclusão de que a política de cotas como um todo é equivocada, e não somente um aspecto do processo adotado pela UnB.

¹¹ A comissão responsável pela homologação das candidaturas foi composta por seis pessoas; um estudante, um sociólogo, um antropólogo, além de três representantes de entidades sociais. Para maiores detalhes sobre o primeiro vestibular da UNB que contemplou as cotas raciais consultar além do dossiê da revista *Horizontes Antropológicos*, o livro de CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005a.

¹² Os antropólogos brasileiros têm atuado freqüentemente como peritos em processos judiciais e/ou administrativos que envolvem terras indígenas e/ou quilombolas.

¹³ Atualmente não está sendo utilizada a comprovação de identidade dos estudantes cotistas via fotografia, o candidato deverá assinar declaração específica relativa aos requisitos exigidos pelo Edital para concorrer pelo sistema de cotas. Após entrevista pessoal, o pedido de inscrição será analisado por uma banca, que decidirá pela homologação ou não da inscrição do candidato cotista. Para maiores informações consultar: www.unb.br

O que emerge desse confronto entre os intelectuais contrários às cotas e aqueles favoráveis a essa medida é a maneira como os dois grupos enxergam a ciência e a sua relação com a política. É possível observar no texto de Maio e Santos (2005) que eles citam várias instituições acadêmicas e/ou pesquisadores renomados para fazerem valer sua crítica. Recorrem à Associação Brasileira de Antropologia (ABA)¹⁴, à autoridade discursiva da genética molecular e à posição da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Torna-se então explícito que suas opiniões não são opiniões quaisquer, mas estão alicerçadas em importantes fontes científicas. A posição emitida pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia (Crer-ABA), em relação aos procedimentos adotados pela UnB é avaliada da seguinte maneira pelos dois autores:

O documento da Crer – ABA pode ser interpretado como uma manifestação que, em nome de uma comunidade composta de antropólogos com variadas especialidades (há referência à antropologia social e à antropologia biológica), problematiza fontes e *loci* da autoridade/competência científica [...]. Dado que congrega centenas de profissionais da área de antropologia no Brasil, portanto revestindo-se de espessa camada de legitimidade para se manifestar em assuntos científicos ligados à raça, com o capital simbólico transferido a partir de sua instância geradora (...), o posicionamento da Crer é uma peça argumentativa que procura solapar a base de autoridade/competência científica da comissão da UnB, já que “desconsidera o arcabouço conceitual das ciências sociais” (MAIO e SANTOS, 2005, p. 203).

Na sequência do texto, os autores complementam sua intenção:

¹⁴ A Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia (Crer – ABA), em junho de 2004, emitiu o seguinte parecer a respeito dos procedimentos adotados pela UnB: A pretensa objetividade dos mecanismos adotados pela UnB constitui, de fato, um constrangimento ao direito individual, notadamente ao da livre auto-identificação. Além disso, desconsidera o arcabouço conceitual das ciências sociais, e, em particular, da antropologia social e da antropologia biológica. A Crer – ABA entende que a adoção do sistema de cotas raciais nas universidades públicas é uma medida de caráter político que não deve se submeter, tampouco, submeter aqueles aos quais visa beneficiar, a critérios autoritários, sob pena de se abrir caminho para novas modalidades de exceção atentatórias à livre manifestação das pessoas [...] a [Crer – ABA] externa a sua preocupação não somente com os fundamentos que norteiam o sistema classificatório dos candidatos, como também com as repercussões negativas que o sistema implantado pela UnB poderá produzir (Crer – ABA apud MAIO e SANTOS, 2005, p. 202).

Não foi somente a ABA que utilizou seu capital de prestígio e de reconhecimento na disputa sobre o monopólio quanto à (in) determinação de quem é “negro” no Brasil. Para ilustrar esse ponto, exploraremos brevemente o conteúdo do artigo dos geneticistas Sérgio Pena e Maria Catira Bortolini, com o provocativo título “Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?” (MAIO; SANTOS, 2005, p. 203).

A assimetria entre um texto e/ou artigo elaborado por um especialista e outro produzido por um militante ou por um intelectual “engajado”, por exemplo, é observada por Feres Júnior (2005). Na visão do autor, é muito mais fácil para o pesquisador se colocar como elemento desinteressado, ou seja, “destituído de interesse próprio na questão, e, portanto, capaz de olhar mais longe, mais além, para o interesse comum da sociedade” (FERES JÚNIOR, 2005, p. 07). Quanto maior for seu reconhecimento e das instituições nas quais participa, seu argumento ganhará uma força ainda mais expressiva. No caso de um militante, um “não-especialista”, deve sempre realizar um esforço extra para que seu argumento tenha validade e não seja apenas identificado com interesses de grupos.

O antropólogo José Carlos dos Anjos (2005a), em resposta ao artigo de Maio e Santos, afirma que em determinados momentos há necessidade de se falar politicamente. Anjos parte do pressuposto elaborado por Bruno Latour (2004), de que mesmo os cientistas devem assumir os riscos da fala política e que a ciência “deve assegurar lugares de porta-vozes, quaisquer que sejam as controvérsias sobre a fidelidade, a importância, a multiplicidade de seus representados” (Latour apud. Anjos, 2005a, p. 234). Segundo Latour (2004), mesmo que a palavra política suscite um certo mal-estar quando “julgada pela razão pensante” (2004, p. 33), às vezes não há como escapar da fala política. Na análise de Anjos (2005a, p. 235), Maio e Santos distorcem o que ocorreu na UnB:

Falar de raças num cenário de correção de injustiças raciais e apontando para a desracialização a um certo prazo deveria ser entendido como diferente de fazer apologia das raças num contexto de promoção da superioridade de uma delas. Mas é como se sistematicamente uma parte desse enunciado ficasse fixa num único termo – raça – cujos efeitos se supõem que sempre escapariam das intenções de justiça social dos homens que a carregam e seriam automaticamente sempre nazistas.

Anjos afirma ainda que se a racialização no Brasil teve consequências práticas e não apenas efeitos de representação, por conseguinte a desracialização

não pode ser apenas discursiva, ela tem que ser efetivada por medidas práticas. Por esse motivo, a elaboração de mecanismos que visem a correção dessas injustiças pertence ao âmbito da ação política e demanda, portanto, que os cientistas assumam posições políticas em defesa de seus próprios parâmetros de correção de injustiças que, nesse caso, são raciais. O autor defende uma visão de ciência que não é superior às demais formas de conhecimento e que está tão enredada com os outros domínios da realidade como qualquer outra atividade. Nesse sentido, as posições dos cientistas não são isentas de valores.

O antropólogo demonstra que Maio e Santos assumem o lugar de cientistas – pensando a ciência como se fosse o tribunal dos tribunais – para criticarem o episódio da UNB. Dessa forma, os autores camuflam suas opiniões com argumentos estritamente científicos, pois em nenhum momento eles assumem explicitamente uma posição contrária ou favorável às políticas de cotas raciais. Rita Segato (2005) também compartilha dessa avaliação ao afirmar que os dois autores utilizam “citações de textos autorais ou institucionais” como uma “cortina de fumaça” (2005, p. 274) que visa ocultar suas opiniões sobre a política de cotas nas universidades públicas. Segundo a antropóloga, as apreciações de Maio e Santos a respeito da adoção de um sistema de cotas nas universidades públicas não podem ser substituídas “pelo que é apresentado como um exercício puramente disciplinar e neutro”.

Além do papel da ciência, também está em jogo nesse debate a relação entre os “lugares de enunciação do cientista e do político-militante” (ANJOS, 2005b, p. 232). Nesse sentido, questiona-se até que ponto é possível ser científico e não escorregar para posições políticas, mesmo quando se toma a isenção como regra. Foi possível observar que as teorias científicas sobre raças – “neutras e isentas de valores” – elaboradas no século XIX, serviram de justificativa ao colonialismo europeu, à escravidão e a muitas formas de etnocídio e genocídio. Atualmente, novamente alguns cientistas – “neutros e isentos de valores” – denunciam que as políticas de cotas podem exercer efeitos racializadores na sociedade ao longo do tempo (FRY, 2005, p. 271).

A historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo (2005) em sua resposta ao texto de Maio e Santos assegura que os pesquisadores e os professores de História são receptivos aos apelos político-militantes para a reconstrução de uma história das

raças, uma reescrita da história que toma como principal proposição a história de afirmação das identidades. Para ela, esses cientistas pecam ao imporem suas próprias fronteiras militantes à pesquisa histórica.

Como historiadora eu diria que, tal como no caso dos antropólogos analisado por Maio e Santos, também os professores e pesquisadores de história não escapam hoje aos apelos político-militantes para que eles se tornem especialistas em raça. A defesa de uma reescrita da história, o que não seria nenhuma novidade entre historiadores que se formaram sob a dupla herança da escola dos Annales e da teoria crítica marxista, assume feições devastadoras quando se reduz à proposição de uma história das identidades.

Nessas histórias em separado, ou seja, a história do negro, história do branco, história do índio, etc., ganha a cena a visão autoritária de quem pretende que as suas próprias fronteiras militantes se imponham na pesquisa história, cegando o pesquisador para quaisquer possibilidades que não as identidades primordiais, fixas e imutáveis inventadas pelos velhos teóricos das raças e, hoje, tristemente ressuscitadas por uma corrente do anti-racismo (AZEVEDO, 2005, p. 224).

A crítica da historiadora assemelha-se àquela que Peter Fry (2005) faz aos autores que defendem a política de cotas. Para o antropólogo, a visão desses intelectuais se deve não somente à influência de pesquisadores norte-americanos, mas ao vínculo entre militantes do movimento negro e pesquisadores acadêmicos. Segundo análise de Fry, Florestan Fernandes articulou essa aproximação ao utilizar os termos “branco” e “negro” para atender aos desejos de militantes negros que eram seus informantes.

Fry vai ainda mais longe em sua crítica ao acusar a “sociologia quantitativa” de fortalecer um tipo de interpretação acerca do Brasil que se vincula à perspectiva de grande parte dos ativistas do movimento negro. Essa forma de interpretação é inaugurada, segundo o autor, a partir da publicação do livro de Hasenbalg, *Discriminação e Desigualdades Sociais no Brasil*, no final da década de 1970, e vem sendo consideravelmente ampliada desde então. A fim de responder à pergunta “Qual a relação entre a sociologia quantitativa e a política ‘racial no Brasil?’” (Fry, 2005/2006, p. 186), o antropólogo assim se manifesta:

Descrevendo a população em duas categorias “raciais”, os sociólogos deram cientificidade à vontade dos ativistas de incluir todos os “não-brancos” numa única identidade negra. Explicando a fraca “consciência racial” em termos do “mito da democracia racial”, os sociólogos deram ainda mais peso à ideologia dos ativistas que entenderam que a democracia racial era responsável pelas desigualdades raciais, por disfarçar o racismo e por dificultar o alargamento de seu próprio movimento.

A controvérsia entre os intelectuais brasileiros a respeito das cotas e do papel que diferentes atores sociais deveriam assumir em relação a ela não deixa de representar uma espécie de continuidade de discussões sempre presentes no cenário nacional. Essa continuidade histórica fica explícita quando Guimarães (2002) refere-se à reação de Gilberto Freyre tanto à influência de estrangeiros sobre os negros brasileiros, especialmente por meio do conceito de “negritude”¹⁵, quanto à “solidariedade” que diplomatas, políticos e jornalistas mantinham com o que o Freyre denominava de “afro-racistas”:

Meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam esse ano no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da ‘vária cor’ camoneana, tanto se opõe à mística da ‘negritude’ como ao mito da ‘branquitude’: dos extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõem deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana (FREYRE apud GUIMARÃES, 2002, p. 153)¹⁶.

Em outro momento do mesmo ano Freyre assim se pronuncia:

¹⁵ Conceito criado e utilizado por diferentes autores como Aimé Césaire, Leopold Senghor e Franz Fanon, entre outros, posteriormente reelaborado por Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos (GUIMARÃES, 2002, p. 152).

¹⁶ O discurso de Freyre foi proferido no Gabinete Português de Leitura, em 1962.

Palavras que ferindo o que Angola tem de mais democrático – a sua democracia social através daquela mestiçagem que vem sendo praticada por numerosos luso-angolanos, ao modo brasileiro – fere o Brasil; e torna ridícula – supremamente ridícula – a solidariedade que certos diplomatas, certos políticos e certos jornalistas do Brasil de hoje pretendem, alguns do alto de responsabilidades oficiais, que parta de uma população em grande parte mestiça, como a brasileira, a favor de afro-racistas. Que afinidades com esses afro-racistas, cruamente hostis ao mais precioso valor democrático que vem sendo desenvolvido pela gente brasileira – a democracia racial – pode haver da parte do Brasil? Tais diplomatas políticos e jornalistas, assim procedendo, ou estão sendo mistificados quanto ao afro-racismo, fantasiado de movimento democrático e de causa liberal, ou estão sendo eles próprios mistificadores dos demais brasileiros. Nós, brasileiros, não podemos ser, como brasileiros, senão um povo por excelência, anti-segregacionista: quer o segregacionismo siga a mística da ‘branquitude’, quer siga o mito da ‘negritude’. Ou da ‘amarelitude’” (FREYRE apud GUIMARÃES, 2002, p. 154).

É interessante observar que, tanto no caso de Azevedo como no de Fry e no de Maio e Santos, o lugar de enunciação dos discursos é somente ciência. Dessa forma, eles não têm a pretensão de defender pontos de vista políticos, não fazem alianças e não produzem teorias comprometidas com qualquer projeto político preexistente, apenas fazem “ciência”. Esse tipo de discurso induz ao questionamento sobre qual posição ideológica e, portanto, política, esses intelectuais estão assumindo.

Anjos (2005b, p. 108) afirma que a ciência deve assumir uma perspectiva pragmática. O autor preconiza a idéia de que a ciência pode contribuir no sentido de alargar “o espaço de representação política”, a fim de abarcar grupos que se encontram de alguma forma excluídos de espaços de representação e de direitos sociais. Ele reconhece a existência de uma disputa entre o conhecimento científico e o não-científico e admite que as fronteiras entre esses espaços está sujeita a complexos jogos de negociação. No entanto, não se pode simplesmente admitir que as ciências sociais se acomodem em uma posição epistemológica imune à influência militante e aos grupos que não possuem representação nos debates das “grandes arenas” (2005b, p. 111).

Da mesma forma que Hirschman (1992) constatou uma explícita relação entre a tese da futilidade com algumas concepções científicas correntes nas diferentes épocas que pesquisou, ou seja, de que certas mudanças propostas não poderiam ser realizadas porque contrariavam alguma lei da ciência, na discussão sobre as cotas os autores contrários a esse tipo de política também utilizam a ciência como

base para sustentar seus argumentos, justificando seus posicionamentos. O embate entre os intelectuais contrários às cotas e aqueles favoráveis tem como um de seus epicentros o desacordo sobre o papel desempenhado pela ciência e, conseqüentemente, pelos cientistas/intelectuais em torno da aplicação dessas políticas. Nesse sentido, esse é um dos pontos privilegiados na pesquisa, porque mobilizou de forma incisiva a comunidade acadêmica.

Conforme já ressaltado no segundo capítulo, o papel da ciência e da política e a posição dos intelectuais em relação a esses campos é fundamental na discussão sobre o estabelecimento de políticas de ação afirmativa. O episódio da implementação de cotas raciais na UnB gerou um debate epistêmico que sempre esteve presente no meio acadêmico a respeito do estatuto da ciência. Recentemente esse debate voltou à tona, com as chamadas “guerras das ciências”¹⁷ que eclodiram nos anos 1990, especialmente na Inglaterra e Estados Unidos, e que posteriormente expandiram-se para outros países. Na disputa entre cientistas de diferentes especialidades encontra-se, pelo menos, duas posições bem demarcadas: uma delas defende a capacidade da ciência de produzir um conhecimento verdadeiro, objetivo e autônomo acerca do mundo e a outra vê a ciência como uma atividade socialmente produzida, emaranhada a outros tipos de conhecimentos e dependente de contextos econômicos e políticos para se realizar. Esse debate sobre a “guerra das ciências”, aqui tratado de forma breve, ajuda a inserir a questão da aplicação de políticas de ação afirmativa no Brasil na discussão sobre o papel da ciência, notadamente das ciências sociais, e sua interferência para a implementação de um tipo de política pública.

Com o objetivo de compreender melhor a posição assumida pelos intelectuais contrários e favoráveis às políticas de ação afirmativa, é necessário levar em consideração o debate epistemológico proposto por Santos (2004). Esse debate complementa as teorias de Bourdieu, Santos e Latour tratadas no segundo capítulo,

¹⁷ Para maiores detalhes acerca das “guerras das ciências” consultar especialmente a introdução do livro organizado por SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. A publicação representa uma resposta do sociólogo português à crítica feita por Antônio Manuel Baptista à sua obra: *Um discurso sobre as ciências*. Nela, Santos desenvolve algumas reflexões sobre a validade do conhecimento científico, as novas perspectivas sobre as relações entre ciências naturais e sociais, entre outros aspectos referentes ao debate epistemológico. A publicação organizada por Santos conta com uma diversidade de autores de diferentes formações e nacionalidades que desenvolvem reflexões sobre o conhecimento científico tendo como pano de fundo os temas por ele abordado em *Um discurso sobre as ciências*.

no sentido de apresentar outras interpretações acerca da ciência e de sua relação com a política e com outros tipos de conhecimento.

Na obra organizada por Santos (2004), Isabelle Stengers participa dessa discussão questionando sobre a possibilidade de mudar a concepção de uma suposta autonomia dos saberes científicos em relação aos interesses sociais. Stengers (2004) parte da interpretação de Latour (1997, 2000) de que a ciência é uma atividade cotidiana que não extrai sua lógica de um raciocínio específico, mas a constrói diariamente na forma como cientistas, engenheiros, intelectuais e demais agentes fazem ciência. Ela não é uma atividade desinteressada, mas depende de financiamento e de uma infinidade de redes para entrar em ação. A atividade científica, de acordo com essa interpretação, relaciona-se com a política e não está acima ou desligada dela.

Nas duas principais posturas localizadas na “guerra das ciências”, uma delas defende que os valores não possuem papel algum dentro do campo científico (LACEY, 2004). Apesar de nenhum dos autores anteriormente citados, como Maio e Santos, Azevedo e Fry, compartilhar dessa visão ingênua a respeito dos atributos científicos, parece ser justamente o papel da ciência como axiologicamente neutra que reivindicam no debate sobre cotas. É importante observar que eles acusam os pesquisadores favoráveis às ações afirmativas e as universidades que adotaram essa política, no caso a UnB, de terem sua posição e prática científicas comprometidas pela aliança com setores organizados da sociedade, como os militantes do movimento negro. É ainda interessante atentar para a auto-atribuição de uma pretensa isenção em relação aos valores, presente na postura desses cientistas. A solução proposta por Lacey (2004, p. 484) é de que os valores não sejam “camuflados” na “aceitação ou rejeição de teorias” e que as controvérsias a respeito dos valores possam fazer parte do debate mais amplo dentro da comunidade científica.

Arturo Escobar (2004, p. 642) vai ainda mais longe nessa discussão ao sugerir que as ciências humanas devem produzir um “conhecimento crítico intersubjetivo” e, para isso, o contato permanente com o ambiente e os atores extra-acadêmicos é fundamental. Para o autor, a academia deve considerar os ativistas de movimentos sociais também como produtores de conhecimento:

Já não estamos na situação em que alguns produzem conhecimento (universitários, intelectuais) para outros aplicarem (movimentos sociais). Actualmente, essas fronteiras estão completamente em ruptura à medida que os movimentos sociais se transformam em produtores de conhecimento e os intelectuais são chamados a envolverem-se cada vez mais no activismo (ESCOBAR, 2004, p. 652-653).

Na visão de Escobar, o papel dos intelectuais é orientar o seu conhecimento para projetos de emancipação e de apoio aos movimentos sociais. O autor não demonstra em maiores detalhes como se dará essa atuação, mas é possível concluir que, para ele, ativistas e intelectuais cada vez mais se tornarão interlocutores. Anjos (2005b, p. 111) não propõe exatamente essa solução, mas aponta para o carácter complexo e em permanente processo de disputa característico da relação entre ciência e política:

Entre a causa da ciência e a causa das comunidades não-científicas, cumpre entender que tanto a causa científica como os interesses alienígenas a esse espaço estão em processo de formação e disputa, e que a própria fronteira é o lugar de convites a jogos complexos de identidades e nomadismos.

Peter Wagner (2004) não acredita em um conhecimento que possa estar diretamente comprometido com a emancipação, pois mesmo entre aqueles que defendem tal posição haverá diferenças de perspectivas. Para o autor, não é a criação de um novo paradigma que mudará os pressupostos modernos do conhecimento científico ocidental, mas sim “uma forma que situe as práticas científicas num lugar neste mundo, relativizando as suas reivindicações de certeza epistêmica ao fazê-las comunicar com outras formas de envolvimento com o mundo” (WAGNER, 2004, p. 120).

Além da relação ente fato científico e valor, outro aspecto para o qual alguns estudiosos do campo científico, como Walter D. Mignolo (2004, p. 668), chamam a atenção é de que a revolução científica iniciada na Europa no século XVI representou um modo particular de “colonialidade”. Essa forma de colonialismo exerceu uma espécie de “opressão epistêmica”, que silenciou os saberes não-ocidentais, negando, dessa forma, a essa parcela da humanidade o próprio “direito de pensar” (MIGNOLO, 2004, p. 670). O autor demonstra que o processo de racialização que a Europa impôs às suas colônias não foi apenas de carácter cultural,

mas foi também epistêmico. Ou seja, impedindo que os conhecimentos produzidos fora de seus limites fossem reconhecidos enquanto tais. Ele alerta para um tipo de “epistemologia da cegueira”, assim descrita:

A incapacidade dos historiógrafos para perceber que a epistemologia ocidental era ao mesmo tempo a história das realizações modernas e dos adiamentos e negações coloniais, pode parecer surpreendente se presumirmos que essa historiografia se apóia na razão, e não na fé. A fé sobre a qual foi construída uma parte significativa da historiografia ocidental, incluindo a da epistemologia, foi descrita por Santos como a ‘epistemologia da cegueira’ (MIGNOLO, 2004, p. 675).

O debate sobre as cotas no país ajudou a desnaturalizar uma situação até então tomada como natural, mesmo pelos cientistas sociais: o fato de existirem pouquíssimos profissionais negros no ensino superior brasileiro, bem como um reduzido número de estudantes negros. As teorias produzidas nesses ambientes estão de certa forma comprometidas com essa realidade, pois ajudaram a formar representações sobre o país, sobre a sua formação e o seu desenvolvimento¹⁸.

É inevitável traçar um paralelo entre a posição desses intelectuais e aqueles estudados por Pécaut¹⁹, pois, para alguns deles, permanece uma atitude ambivalente em relação à política. No caso dos partidários da retórica conservadora, a ciência é traduzida em seus discursos como uma prática isenta de valores e detentora da palavra final. No entanto, diferentemente dos intelectuais da segunda geração (1954-1964) da pesquisa de Pécaut, que, apesar de aliarem-se às classes populares não deixavam de colocar-se acima delas. Nesse momento, intelectuais como Anjos, Guimarães, Carvalho e Escobar, entre outros, apontam para a necessidade da constante interlocução entre os acadêmicos e os atores de movimentos sociais ou de outras formas de organização. Essa interlocução não se

¹⁸ João Baptista Borges Pereira (1981) mostra que, de meados da década de 1960 até o início da década de 1980 foram escassos os estudos sobre os negros no Brasil nas principais universidades do país e afirma que esse campo de estudos carecia de condições favoráveis para se institucionalizar. O autor cita a falta de apoio institucional como uma das causas para a marginalização desse tema. Já Carvalho (2005a) expõe que, além das dificuldades materiais, encontra-se o fato de que há um número muito reduzido de professores e pesquisadores negros atuando nas universidades brasileiras e isso influencia diretamente nessa produção intelectual. A denúncia de Arthur Ramos, na década de 1930, de que havia uma “conspiração do silêncio” a respeito dos estudos raciais e de negros no Brasil parece só agora estar tendo eco (PEREIRA, 1981).

¹⁹ Consultar capítulo 2, item 2.3.

dá somente fora da academia, pois esses atores, quando se fazem presentes nesse espaço, também acabam questionando o *establishment* acadêmico.

A acusação de comprometimento político dos intelectuais favoráveis às cotas é descrita da seguinte forma reducionista por Fry em entrevista ao Jornal “Liberal” (2006): “Não é todo mundo que pensa o Brasil como um país dividido nessas duas categorias [*negros e brancos*]. Essa noção é, sobretudo de certos intelectuais e militantes do movimento negro”. No Livro *A persistência da raça* (2005), o autor também faz referência ao “crescimento paralelo de um movimento negro articulado que, em geral, tem-se aliado fortemente aos pesquisadores acadêmicos” (FRY, 2005, p. 223).

A denúncia de Fry a respeito da aliança de alguns pesquisadores com o movimento negro está alicerçada em sua pressuposta posição de acadêmico, pois não considera como política a sua postura. Seu pronunciamento na 58ª Reunião Anual da SBPC²⁰ em Florianópolis é exemplar:

Eu não vou bater pé sobre nenhuma plataforma política, Deus me livre, eu sou universitário, tenho as minhas convicções que vêm da minha antropologia e apenas gostaria de terminar dizendo que eu tenho uma posição duvidosa em relação a isso, duvidosa porque eu não tenho certeza de nada (...) **Tenho pavor de certeza, da agressão, da agressividade, da desqualificação, tenho pavor disso, porque sou acadêmico, eu não sou político** (grifo meu).

O antropólogo, apesar de ter ajudado a formular um manifesto contra esse tipo de política pública, que foi entregue ao presidente da Câmara Federal e do Senado, não avalia a sua atitude como um ato político, mas acadêmico, pois suas convicções não são suas e sim, da “sua antropologia”. Sua retórica é justamente desvincular-se de um comprometimento político e apelar para sua condição de intelectual e acadêmico.

Um último ponto referente à relação entre pesquisadores e militantes de movimentos sociais é que, apesar de muitos intelectuais signatários do manifesto contrário às cotas questionarem a legitimidade dos argumentos daqueles que se

²⁰ Transcrição integral da fita – feita pela pesquisadora – da Mesa Redonda promovida pela ABA: “As novas inflexões raciais no Brasil”. 58ª Reunião Anual da SBPC. Sexta-feira, 21/07/2006 – 16:00 horas – Auditório Laranjeira: Centro de Cultura e Eventos – UFSC.

posicionam favoravelmente, porque eles estão influenciados por agentes externos à academia, no ato de entrega do manifesto ao então presidente do Senado, Renan Calheiros, eles se fizeram acompanhar de um militante do Movimento Negro Socialista (MNS), José Carlos Miranda, assumindo uma posição contraditória em relação à retórica que utilizam.

Ainda em relação à tese da futilidade, uma última característica revelada por Hirschman se refere à possibilidade de conjunção de argumentos “radicais” e conservadores. De acordo com a proposição de Hirschman (1992), pessoas que utilizam argumentos “radicais” ou marxistas muitas vezes censuram aqueles caracterizados como progressistas ou reformistas por ignorarem as estruturas básicas da sociedade. Ainda seguindo o raciocínio de Hirschman (1992, p. 59):

Mas não seria a primeira vez que os ódios compartilhados forjam estranhas camaradagens. O ódio compartilhado, neste caso, é dirigido contra a tentativa de reformar alguns aspectos negativos ou injustos do sistema capitalista, por meio da intervenção e programas públicos. Na extrema esquerda, tais programas são criticados por temor de que qualquer sucesso que venham a ter diminua o zelo revolucionário. Na direita, eles são submetidos a zombaria e críticas porque qualquer intervenção do Estado (...), é considerada uma interferência nociva ou fútil em um sistema que supostamente se auto-equilibra.

Alguns intelectuais que se consideram de esquerda, bem como certos setores da sociedade – como algumas vertentes da esquerda e da extrema esquerda – são contrários à aplicação de políticas de cotas justamente porque não atacam as estruturas sociais básicas, que, segundo suas avaliações, estão intrincadas no sistema de exploração capitalista. De acordo com essa visão, o principal problema do Brasil seria a desigualdade social, analisada através de uma perspectiva de classe. Resolvendo-se essa questão, não haveria necessidade de políticas específicas voltadas para a população negra. Essa é a posição do geógrafo Demétrio Magnoli, que vem se pronunciando periodicamente na mídia a respeito da política de cotas:

[...] Os movimentos negros parecem satisfeitos com benesses para uma pequena parcela da classe média negra. Porto Alegre do PT e a Bahia de ACM, pioneiros das cotas, mostram o caminho: conceder empregos públicos ou vagas nas universidades para um punhado de negros custa pouco e faz barulho. A política de cotas destina-se a adiar para um futuro incerto os investimentos maciços em saúde, educação e emprego que interessam de fato aos negros (e brancos) pobres (MAGNOLI, 2003, p. 03).

Em entrevista ao jornalista Alexandre Garcia no dia 30 de agosto de 2006, em um programa da *Globonews*, o representante do “Movimento Negro Socialista”²¹, José Carlos Miranda utiliza-se da mesma lógica argumentativa de Magnoli. Em seu pronunciamento, a “estranha camaradagem” a qual Hirschman faz referência torna-se explícita. A retórica conservadora une-se à retórica de esquerda em oposição à implementação das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial. A seguir, seguem trechos da entrevista:

[...] a maioria do movimento negro apóia as cotas, abandonou a luta por uma sociedade igual, igualitária.

[...] o sistema de cotas. Isso só levaria a uma situação de conflito e de oposição entre negros e brancos. A entrega do nosso manifesto, a participação do “Movimento Negro Socialista” (...) escancarou essa situação para toda a sociedade.

[...] Eu enquanto militante negro digo o seguinte: ele vai pegar [o sistema de cotas] os negros mais preparados, os que têm mais sorte, os mais cultos, inclusive, alçar eles, em vez de preparar a luta do nosso povo para que melhore todo o povo negro e pobre e os brancos também, em vez de liderar esse movimento, ele [o negro] vai ser alçado a morar em Moema, a ser integrado pelo sistema, não combatendo a desigualdade.

A posição de Miranda está ancorada em um discurso que avalia as políticas de ação afirmativa enquanto políticas restritas a grupos específicos e que, por esse motivo, restringem o caráter universal das lutas de classes.

Em um outro momento, Miranda (2007, p. 321) revela o elo existente entre as políticas de ação afirmativa e o capitalismo. Para ele, uma conspiração quase fatal.

²¹ É instigante o fato de o Movimento Negro Socialista (MNS) ter sido criado no dia 13 de maio de 2006 e que o manifesto contrário às cotas tenha sido entregue no dia 29 de junho do mesmo ano. Além disso, não pode passar despercebida a data de 13 de maio (Abolição da Escravidão), questionada por praticamente todas as organizações do movimento negro brasileiro, pelo menos a partir de sua reestruturação no final da década de 1970, que preferem ressaltar o dia 20 de maio – data da morte de Zumbi dos Palmares – transformado no “Dia da Consciência Negra”, para a criação desse recentíssimo movimento social. Para maiores detalhes sobre a organização consultar a página http://www.otrabalho.org.br/mov_negro.htm

Realmente, é uma idéia genial dos capitalistas [as ações afirmativas] para avançar em seus planos. É impressionante como gente que se diz de esquerda apóia essa manipulação antidemocrática. Afinal, com essas políticas afirmativas o governo continua alimentando o superávit primário para pagar a dívida interna e externa, não cria mais vaga alguma, não cria mais empregos, não melhora o serviço público e ainda por cima cria as condições de “guerra” entre os oprimidos.

No mesmo livro, *Divisões perigosas* (2007), o cientista político César Benjamin, que em 2006 concorreu ao cargo de vice-presidente da República no Brasil, na chapa de Heloisa Helena, do Partido Socialista e Liberdade (PSOL), também se manifesta contrário à implantação desse tipo de medidas. De acordo com sua interpretação:

Como resultado [do processo de miscigenação]. Não somos nem brancos nem negros – somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa de construir uma identidade baseada na “raça” é especialmente reacionária. A afirmação, que tantas vezes ouvi, de que o Brasil é o país mais racista do mundo é uma patética manifestação de nosso esporte favorito – falar mal de nós mesmos (BENJAMIN, 2007, p. 33).

Raymond Plant (1997) afirma em seu texto sobre cidadania e mudança política, que há uma tensão entre um projeto de esquerda que está ancorado em uma idéia de “identidade comum” e o reconhecimento da importância da diferença nas sociedades. Para o autor, não há como partir da abordagem marxista tradicional para resolver esse dilema. Se o “universalismo pós-iluminista” (Hall, 2000, p. 77) e liberal pode ser contestado porque se forjou por meio de uma idéia de “integridade cultural da nação” (Hall, 2000, p. 53), ou seja, a partir da imagem de “uma homogeneidade cultural ampla entre os governados” (Hall, 2000, p. 77), o projeto político da esquerda também pode ser questionado ao presumir uma identidade comum entre as pessoas fundamentada em questões materiais e econômicas como principais fontes de opressões.

Esse pensamento que identifica apenas uma forma de opressão ainda predomina em alguns setores da esquerda e acaba por promover um processo de supressão de outras formas “particulares” de opressão, se utilizarmos a linguagem marxista. Pensar, portanto, no reconhecimento das múltiplas identidades e formas de opressão presentes em sociedades multiculturais, implica em um questionamento tanto do universalismo liberal quanto da crítica marxista tradicional, que vê como

único obstáculo à emancipação humana a infra-estrutura de exploração característica do capitalismo.

A idéia de que as reivindicações por reconhecimento de direitos relacionados à identidade étnica acabam por solapar um projeto de igualdade que provém das esquerdas²² é difundida por pensadores importantes como, por exemplo, Eric Hobsbawn (1996). O autor questiona o uso de identidades como forma de luta política e considera a emergência de identidades um problema para o projeto universal da esquerda. Essa identidade comum, base do projeto da esquerda, é fissurada pela questão da diferença manifesta nas múltiplas formas pelas quais as pessoas definem suas identidades. As identidades plurais dividem em termos particulares uma pressuposta condição comum de luta contra a exploração. Além disso, o autor considera essas “identidades” como “peças de roupas” intercambiáveis, destituindo, dessa forma, a dimensão política presente nessas outras formas de identificação que não aspiram a uma vocação universal. Ainda de acordo com sua interpretação, os grupos identitários nunca foram centrais para a esquerda, pois ela não pode estar ancorada em identidades políticas mais específicas, visto que sua agenda é muito mais ampla. Finalmente, o autor argumenta que no momento em que as pessoas têm que assumir somente uma identidade, isso acaba dividindo-as e tornando-as isoladas das demais.

É possível perceber que os discursos de uma parte da esquerda e o conservador se conjugam em alguns pontos no debate sobre ações afirmativas. Essa configuração encontrada por Hirschman se repete em um local e em um tempo histórico bastante diferenciados daqueles pesquisados pelo autor, ou seja, o contexto brasileiro e a discussão acerca das políticas de ação afirmativa no ensino superior público.

4.2.3 A tese da ameaça

A última tese pertencente à retórica conservadora é a da ameaça. É também aquela que mais aparece nos depoimentos e artigos dos intelectuais contrários às ações afirmativas. Essa terceira forma discursiva assegura que a mudança, mesmo

²² Uma abordagem semelhante a essa é feita por PIERUCCI, Antônio Flávio, no livro *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

que desejável, terá custos e/ou conseqüências que não podem ser aceitos. Há componentes perigosos que inevitavelmente surgirão com a aplicação de certas medidas. No caso das cotas, alguns autores como Peter Fry e Yvonne Maggie apontam que essa é uma política de alto risco, porque irá instituir, em âmbito federal, o negro como figura jurídica. Com isso, ao invés de se ignorar a raça como critério de classificação e de concessão de direitos, o Estado vai “entronizar” a raça como forma de definição social, provocando a divisão do país em grupos raciais distintos. Conforme os dois autores, esse tipo de ação traz mais dor do que alívio aos problemas que pretende resolver. Essa é também a apreciação de Eunice Durham (2003, p. 07), conforme se pode observar na citação a seguir:

Um novo *apartheid*, mesmo que mais favorável aos afrodescendentes do que a situação atual, pode perfeitamente incentivar o preconceito e criar situações permanentes de conflito étnico. Não creio que essa seja uma solução factível e nem aceita pelo conjunto da população que reconhece sua ascendência africana [...] ²³.

Posturas como a da antropóloga Eunice Durham não são novas entre os intelectuais brasileiros. Guimarães (1999) chama a atenção para uma carta aberta da escritora Rachel de Queiroz, publicada no jornal *Diários Associados* em 1968, e endereçada ao então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. Essa carta demonstra a indignação da escritora em relação ao comentário de técnicos do Ministério do Trabalho a uma reportagem sobre discriminação racial no mercado de trabalho. Os técnicos apresentavam uma posição favorável ao estabelecimento de uma lei em que as empresas consignassem determinado percentual de pessoas de cor em seus quadros. Assim se expressa a escritora:

²³ Em oposição à opinião expressa por Durham, o Instituto Datafolha realizou uma pesquisa – que ouviu 6.264 eleitores, a partir de 16 anos de idade, nos dias 17 e 18 de julho, em 272 municípios – cujos resultados demonstraram que a maioria do eleitorado brasileiro – (65%) – é a favor de que 20% das vagas em universidades públicas e particulares sejam reservadas para pessoas negras e seus descendentes.

Pois na verdade o que não pode, Sr. Ministro, é pactuar com o crime, discutir com a discriminação, reconhecer a existência da discriminação [...] E eu digo mais: é preferível que continue a existir discriminação encoberta e ilegal, mesmo em larga escala, do que vê-la reconhecida oficialmente pelo governo – já que qualquer regulamentação importaria num reconhecimento [...]. Como é que a gente iria distinguir entre nós quem é negro e quem não é? Nos Estados Unidos, na África do Sul, há uma rígida linha de cor: nesses lugares se considera negro quem não é cem por cento branco. Aqui, a tendência é considerar branca toda a pessoa que não for ostensivamente de cor. A maioria esmagadora de nossa população é constituída de mestiços: somos realmente um país de mestiços. E esses mestiços todos, como é que seriam enquadrados? (QUEIROZ apud GUIMARÃES, 1999, p. 167-68).

Há inúmeras citações dos intelectuais críticos às ações afirmativas que desejam mostrar seu efeito perigoso para a sociedade como um todo. Fry e Maggie (2006) assumem a seguinte postura:

Esses projetos também são projetos distintos de nação. Um é **o ovo da serpente** de uma nação pautada nas diferenças “étnico-raciais”. O outro aposta em uma nação de cidadãos iguais quanto a direitos, independentemente de “raça”, “etnia”, gênero, orientação sexual etc. [...] (grifo meu) (FRY e MAGGIE, jornal *O Globo*, 11 de abril de 2006).

Demétrio Magnoli, na audiência pública realizada na Câmara dos Deputados no dia 25 de abril de 2006²⁴, utiliza a mesma expressão “ovo da serpente” ao se referir às mudanças que as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial podem provocar na sociedade brasileira:

No Brasil nós estamos assistindo ao início desse processo [construção de identidades], é **o ovo da serpente** (grifo meu), o Estado brasileiro adotou uma ideologia racial, decidiu que vai classificar os cidadãos em todos os seus documentos (...). decidiu que a partir de agora os brasileiros se identificarão por raças inventadas de cima para baixo.

O historiador Manolo Fiorentino, em entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo*, também alerta para o perigo iminente das ações afirmativas para um país como o Brasil:

²⁴ Depoimento proferido em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, realizada com o objetivo de discutir a reserva de vagas no ensino público superior federal, em 25 de abril de 2006. Gravação em fita VHS enviada pela Assessoria de Comunicação da Câmara dos Deputados.

Mas o que está se agravando nesse ambiente histórico, é uma coisa que já alertamos há muito tempo: cuidado, porque, ao criar um Brasil bicolor, você vai acabar exacerbando ódio onde não existe. O Brasil é um país racista, mas o ódio racial está sendo implementado com essa discussão meio enviesada realizada por diversos segmentos, inclusive pelo Estado brasileiro. Essa coisa estranha que chamam de afro-brasileiro, coisa que eu nunca vi. Nunca vi um afro-brasileiro. Eu conheço brasileiro (*Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2005).

As ações afirmativas não dariam certo no Brasil, segundo as avaliações desses estudiosos, devido a particularidades específicas do nosso país, como o fato de que no Brasil não teria havido discriminação do ponto de vista legal ou de que aqui nunca teria havido ódio ou conflito racial. De acordo com essa visão, o Brasil é um país mestiço, híbrido e não “feito de grupos étnicos estanques” (Fry, 2005).

Essa interpretação vai ao encontro do último ponto referente à tese da ameaça: ela geralmente encontra-se associada “com imagens mentais fortemente enraizadas” (Hirschman, 1992, p. 104), que envolvem de maneira intensa um imaginário social há muito tempo instituído. A tese da ameaça, “requer como pano de fundo um cenário no qual exista a memória viva de realizações anteriores altamente apreciadas” (HIRSCHMAN, 1992, p. 107). No debate sobre as cotas no Brasil toca-se especialmente em uma imagem de nação até então considerada altamente positiva. A implementação de políticas de ação afirmativa implica colocar em dúvida o discurso harmonioso a respeito da formação do Brasil. Muitas matrizes interpretativas sobre a formação da nação brasileira – como, por exemplo, a obra de Gilberto Freyre e, mais recentemente, a retomada que Peter Fry faz das idéias do sociólogo pernambucano –, auxiliaram na criação e manutenção de um imaginário em que a constituição do país aparece como um processo não-conflitivo, no qual as desigualdades são reinterpretadas de maneira positiva. Segundo os autores solidários a esse pensamento, as ações afirmativas afetariam diretamente esses princípios de convivência fraterna e provocariam conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais, fato que para eles não ocorria anteriormente. É o que demonstra a citação a seguir:

As medidas pós-Durban, ao proporem ações afirmativas em prol da “população negra”, rompem não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que **define o Brasil como o país da mistura, ou, como preferia Gilberto Freyre, do hibridismo**. Ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, “negros” e “brancos”... (grifo meu) (MAGGIE e FRY, 2004, p. 68).

O tipo de discurso que apela a um imaginário social há muito tempo instituído e sobre o qual há um relativo consenso, também pode ser classificado dentro dos tratados de retórica como epidíctico. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) asseveram que ele tem por principal função aumentar a adesão do auditório a determinados valores que já são comuns e sobre os quais há uma certa concordância. O discurso epidíctico, portanto, visa especificamente um aumento na adesão àquilo que já é aceito. Por esse motivo, os argumentos daqueles que introduzem alguma dissonância a respeito desses valores serem qualificados como abusivos.

Uma característica sumamente apreciada pelos partidários da retórica conservadora e que possui um relativo apelo em relação a determinadas parcelas da população é a formação mestiça do povo brasileiro. Uma das matérias mais ilustrativas sobre o precioso valor da mestiçagem para o Brasil foi publicada no Caderno Mais do jornal *Folha de S. Paulo*²⁵. O texto de autoria do antropólogo Hermano Vianna tem o seguinte título: “Mestiçagem fora do lugar”. Depois de narrar sua experiência nos Estados Unidos e dar a entender ao leitor que houve um certo exagero nas políticas de ação afirmativa naquele país, Vianna passa a tratar do principal tema da matéria. Ele demonstra como a mestiçagem é um dos atributos que mais deveria ser valorizado no país, pois além de constituir uma arma do anti-racismo, é uma das qualidades que nos diferencia das demais nações.

²⁵ Apesar de a matéria principal tratar da mestiçagem, a capa contém o temeroso título: “Cotas da discórdia: o risco da reserva de vagas nas universidades do Brasil”. Percebe-se, portanto, que a tese da ameaça é uma estratégia constantemente utilizada tanto pelos intelectuais contrários às cotas quanto pela mídia em geral. O título da matéria já anuncia uma posição contrária à reserva de vagas. Além disso, a foto da capa mostra pessoas negras acorrentadas com a seguinte legenda em caracteres pequenos: “Manifestação a favor da política de cotas para negros no vestibular, em SP”. O que chama a atenção, no entanto, é que o olhar do leitor capta primeiramente as correntes e, logo abaixo, a frase em caixa alta e letras coloridas: “COTAS DA DISCÓRDIA” (Caderno Mais, jornal *Folha de S. Paulo*, 27 de junho de 2004).

Mesmo assim devo confessar, talvez pela última vez, minha diferença fundamental em relação aos advogados das cotas. É a confissão de algo que no ambiente político atual está se transformando em pecado: gosto de mestiçagem, gosto também da idéia de que até agora o melhor do Brasil foi produzido sobretudo pela valorização da mestiçagem. Nunca achei que valorizar a mestiçagem fosse sinônimo de defender a idéia de que vivemos numa democracia racial. Entendo até que o elogio da mestiçagem possa ser usado ou tenha sido usado por algum ignorante (entre eles não estava Gilberto Freyre) que queria provar a inexistência de racismo no Brasil. Mas nunca foi a maneira como lidei com o assunto: para mim a valorização da mestiçagem é uma das armas mais poderosas para serem usadas no combate anti-racista, no Brasil ou fora do Brasil (VIANNA, 2004, p. 06).

Vianna (2004, p. 06) prossegue seu argumento mostrando como estamos prestes a colocar a melhor virtude brasileira no lixo:

Se adotarmos, aqui embaixo, como já aparentemente adotamos, o “branco é branco, preto é preto”, classificando pardos (e a tal da mulata) como pretos, certamente perderá força uma alternativa “indefinida” para o mundo. Talvez essa alternativa indefinida, mesmo ainda mais radicalizada para ficar absolutamente clara sua postura anti-racista, seja menos eficaz – no combate contra o racismo – que o caminho proposto pela experiência norte-americana. Mas quem pode saber com certeza? E se estamos jogando no lixo a melhor alternativa, como se fosse fácil demais ser mestiço quando – repito – não é e nem nunca foi, pois para o pensamento dominante ocidental é muito mais fácil ser “definido?”

Os discursos eloqüentes relacionados à mestiçagem como uma das características que confere originalidade, distinção e identificação ao Brasil, são reproduzidos numa variedade de publicações posteriores. No livro *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo* (2007), organizado por Fry, Maggie, Maio, Monteiro e Santos, há um conjunto de citações de vários autores que se referem à transformação e/ou destruição de concepções sumamente enraizadas ao imaginário nacional. A publicação como um todo demonstra com nitidez a opção dos autores pela retórica da ameaça. O título da obra não poderia ser mais ilustrativo. Já no preâmbulo do livro, Bila Sorj, José Carlos Miranda e Yvonne Maggie (2007, p. 14) alertam para o perigo contido nas políticas de ação afirmativa. Em relação à entrega do manifesto, assim se pronunciam:

A repercussão da entrega da carta gerou um intenso debate sobre os dois projetos na medida em que falam sobre o país que queremos ter e **mexem com concepções caras ao povo brasileiro**. Os projetos pretendem, em suma, transformar a nação brasileira em uma nação dividida em duas metades – uma feita de brancos e a outra, de negros. Trata-se de uma proposta de engenharia social que torna a racialização da sociedade legal e obrigatória (grifo meu).

O problema com relação ao projeto que estabelece cotas para as universidades federais e com o Estatuto da Igualdade Racial, segundo esses mesmos autores, é que eles acabariam com uma determinada visão de realidade:

Todavia, basta olhar o metrô lotado da hora o rush, nas turmas das escolas públicas e nas favelas, para ver que brasileiros de todos os tons de pele, de negros retintos a loiros de olhos azuis, se misturam. Na periferia, negros e brancos pobres tomam cerveja juntos, trabalham juntos, batem uma bola juntos, “brigam” juntos, brincam juntos, vivem juntos em famílias em que há brancos, negros e toda a sorte de misturas (SORJ, Bila; MIRANDA; MAGGIE, 2007, p. 14).

Aliás, a alusão à amistosa convivência entre negros e brancos em botecos é bastante comum entre os autores que partilham da retórica conservadora. O jornalista econômico Luis Nassif (2007, p. 175) também se refere a essa situação na mesma obra supracitada:

Freqüento botecos em que convivem brancos, pardos e negros, em que posso chamar o Almeida de negão sem ser acusado de racismo, assim como ele pode me chamar de turco. Tenho liberdade para lhe dizer que negão só faz besteira; ele de me ameaçar com um navio branqueiro quando tomar o poder, sem precisar dar satisfação de nossa amizade e nossas brincadeiras a nenhum centurião do politicamente correto.

Peter Fry narra no livro *A persistência da raça* (2005, p. 201), que após ele e um amigo negro terem sofrido uma “batida” policial, ele havia “ficado arrasado por ter escrito um artigo apelando para as virtudes da democracia racial!” Porém, após o triste incidente, ocorreu um outro fato que o tranqüilizou, fazendo com que não se arrependesse do que havia escrito:

De volta à cidade, entramos em um botequim. Um botequim cheio de gente de todas as aparências possíveis, velhos e moços, mulheres e homens de todas as cores possíveis. O ambiente de convivência bem-humorada foi o mais perfeito antídoto para a batida policial (FRY, 2005, p. 201).

Na interpretação desses autores, a suposta cordialidade existente no Brasil advém do processo de miscigenação existente no país desde a sua colonização. A miscigenação – a mistura, a mestiçagem – é a principal herança que confere positividade ao nosso passado, ao presente e, quiçá, ao futuro. Ela também é responsável pelo processo não-conflituoso de integração nacional. É importante assinalar que os autores não recorrem mais ao conceito de democracia racial como forma de aludir ao sistema flexível de classificação e de relações raciais atuante no país, tal conceito é substituído pelo de mestiçagem. Assim se pronuncia Góes (2007, p. 59): “O Brasil pode vir a se tornar um país dividido entre negros e brancos, sim, trocando a valorização da mestiçagem pelo orgulho racial”.

E Fiorentino:

Gilberto de Mello Freyre é autor da mais revolucionária tese produzida pelo pensamento social brasileiro no século XX – a de que somos o resultado da mistura “vitoriosa e quase livre” entre o aborígine despreparado para resistir ao contato dissolvente com o europeu, o português mestiço e plástico antes mesmo da aventura atlântica e o africano escravizado, este o molde mais perene da nossa civilização mestiça (FIORENTINO, 2007, p. 93).

Mais adiante o autor complementa:

Por meio da prosa desconcertante e bela de Gilberto Freyre, de abastardante a **miscigenação virou elemento civilizacional positivo e válido. E além de válido, valioso** (grifo meu) (FIORENTINO, 2007, p. 93).

O antropólogo George Zarur²⁶ (2007, p. 129-130) também faz referência ao valor positivo da miscigenação:

²⁶ George Zarur é antropólogo, professor adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e consultor legislativo da Câmara dos Deputados.

O Brasil nega sua identidade ao abandonar a miscigenação como valor central à sua cultura (...). Assim, em vez de resgatar nossa identidade de nação brasileira – barco do qual somos todos passageiros e tripulantes –, **querem acabar com nosso projeto cultural de muitos séculos e construir nações separadas de negros e de brancos, como acontece nos Estados Unidos** (grifo meu).

Na opinião de Bernardo Sorj (2007, p. 274): “Na atualidade, essa visão de criação de uma ‘nova civilização tropical’, orientada para o futuro e integradora das diversas tradições culturais, está sendo colocada em xeque”.

O autor complementa seu raciocínio afirmando:

Sem entrar em detalhes sobre problemas práticos de implementação destas políticas em uma população majoritariamente miscigenada, **interessa aqui notar o potencial destrutivo que elas podem ter em relação ao mito nacional construído no século XX** (grifo meu) (SORJ, 2007, p. 274).

E, para finalizar:

A cultura brasileira absorveu abertamente componentes africanos, de forma que, no limite, todos os brasileiros podem clamar um pertencimento afro-brasileiro. **A miscigenação**, que se inicia bem antes do fim da escravidão, é um fenômeno de longa duração que deu origem a uma sociedade em que a maioria da população possui ancestrais negros, índios e europeus. **Somente ela explica a integração profunda de padrões de sociabilidade africana na sociabilidade brasileira** (grifo meu) (SORJ, 2007, p. 275).

É preciso analisar o ambiente acadêmico em que a visão de um Brasil mestiço foi e continua sendo produzida. A discussão de políticas de ação afirmativa nas universidades, mais especificamente das cotas para estudantes negros, de acordo com a antropóloga Rita Segato (2006, p. 233), demonstra a dificuldade de aceitação dentro do ambiente acadêmico de que “dissidências de ordem ética e política” não se resumem a “problemas de etiqueta”. Ou seja, da mesma forma que a teoria da mestiçagem evita o afloramento de identidades étnicas e políticas distintas, de disputas entre projetos diferentes de nação, também se tenta evitar no meio acadêmico o afloramento de visões e projetos de mundo antagônicos, de diferenças entre valores e sensibilidades éticas em relação aos problemas vivenciados no país.

Conforme a conclusão de Segato (2006, p. 233): “Teme-se e evita-se a discussão do projeto de cotas no meio acadêmico brasileiro porque se trata de um campo de discussões apaixonadas que expõem claramente a persistência de oposições irreduzíveis a respeito do que é positivo para a nação”.

Pelo que foi possível constatar a partir das citações anteriores, a idéia de mestiçagem não se apresenta, para os representantes da retórica conservadora, compatível com situações conflituosas. Pelo contrário, foi ela que proporcionou a existência de uma convivência amistosa entre os “diferentes” no Brasil. Esse é um dos motivos da não-aceitação das cotas por parte de muitos cientistas sociais. O principal argumento por eles utilizado é de que as cotas trarão o conflito, que anteriormente não existia. A possibilidade de conflito provoca uma espécie de curto-circuito na forma de interpretação das relações sociais no Brasil.

O incitamento a situações de conflitos²⁷ não diz respeito exclusivamente a esse tipo de ação afirmativa, pois a mesma argumentação é utilizada com relação à

²⁷ É isso que podemos observar na citação abaixo, feita em uma audiência pública organizada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa para discutir sobre os impactos e reflexos gerados na economia do Estado de Santa Catarina em virtude do impasse gerado pelos quilombos, realizada no dia 8 de março de 2007, às 18 horas, no município de Campos Novos. No caso em questão, a Associação Quilombola da Invernada dos Negros está solicitando ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – SC (Incra/SC) a regularização e a titulação das suas terras em conformidade com o Decreto 4887, de 2003, que prevê a identificação, regularização e titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombos. O Incra/SC iniciou o processo de regularização dessas terras em 2006. Mas o processo tem provocado o acirramento de conflitos em torno do reconhecimento do direito a terras coletivas dessa comunidade no contexto local.

O Sr. Presidente (deputado Romildo Titon) - Primeiramente fará o uso da palavra o senhor Luiz Carlos Manica, presidente da Associação dos Legítimos Proprietários de Terras da Antiga Fazenda São João, por até 10 minutos.

O Sr. Luiz Carlos Manica – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer aos deputados essa aula de cidadania. Santa Catarina está dando um exemplo muito grande, e gostaria que todos os estados o seguissem. Gostaria de entregar ao deputado Romildo um abaixo-assinado com mais de seis mil assinaturas, colhidas pelos nossos associados, reclamando o nosso direito à propriedade privada, o direito de ir e vir, um tratamento igual, como disse muito bem o procurador federal aqui presente. (O senhor Luiz Carlos Manica faz a entrega de vários documentos ao deputado Romildo Titon, presidente da audiência pública e da Comissão de Constituição e Justiça.). Quero entregar também algumas cartas que recebi de diversas entidades aqui de Campos Novos manifestando-se favoráveis à nossa associação: Rotary Clube de Campos Novos; Associação Rural e Cultural Camponovense; Cocam; Sindicatos de Produtores Rurais de Campos Novos; Lions Clube Campos Novos; Lions Clube Centenário; Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos; ARLS Silêncio e Fraternidade; Cooperativa de Campo Novos, a CooperCampos. Por fim, agrega-se a esses documentos todos uma nota de esclarecimento vinda dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Construção e Imobiliário de Campos Novos. Hoje estamos aqui não por vontade própria, estamos aqui porque fomos colocados nessa situação. Nós estávamos muito tranquilos trabalhando em nossas propriedades (grifo meu), e hoje estamos aqui vendo o nosso direito de propriedade privada... São 192 escrituras que serão anuladas, ou melhor, desapropriadas. Onde está o direito à propriedade privada das pessoas aqui presentes? Vocês gostariam que entrassem em suas casas e dissessem "meu amigo, saia daqui porque agora tem outro dono, e vou te pagar o

titulação de terras de comunidades quilombolas no país²⁸. Por isso, não é possível analisar, conforme fazem alguns autores, as cotas como uma política independente das demais. Há um processo em curso no país em que grupos que até então estavam excluídos de muitos direitos de cidadania estão reivindicando esses direitos. Tais reivindicações afetam muitos interesses, não só dentro das universidades, mas em vários lugares, posições e segmentos da sociedade.

É possível concluir que a mesma interpretação, ou seja, de que as mudanças proporcionadas pela implementação de ações afirmativas podem causar conflitos, é usada tanto por intelectuais quanto por setores que vêem seus interesses usurpados nesse processo²⁹.

A percepção sobre o conflito dos intelectuais contrários às ações afirmativas é de algo perturbador da ordem social. Ele possui um caráter de patologia social, conforme determinam os teóricos funcionalistas e estrutural-funcionalistas. Entretanto, o conflito³⁰ também pode conter um papel construtivo dentro da teoria

que eu quiser"? Vocês não gostariam. Nem o pessoal da Associação da Invernada dos Negros gostaria. (...) Onde está o direito da nossa igualdade de tratamento?! Quero dizer a vocês que até hoje todos viveram de forma pacífica e se trataram muito bem. Não há registros de conflito com o pessoal da Invernada dos Negros nem com o nosso pessoal de associação. Porque agora a nossa associação só existe a partir de outubro de 2006 (grifo meu).

²⁸ Em Santa Catarina os estudos realizados para dar suporte ao processo de titulação de terras de comunidades quilombolas foram realizados através de convênio firmado entre Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas – NUER (UFSC) e o Incra/SC, para compor o Relatório Técnico de Identificação (RTI) em conformidade com o Decreto 4887 de 2003 ITR. Para maiores informações consultar: MOMBELLI, Raquel. Relatórios Antropológicos. Invernada dos Negros. Boletim Informativo NUER, Florianópolis, vol. 03, n. 03, 2006.

²⁹ Um elemento importante no debate sobre as ações afirmativas é a constatação de que os mesmos argumentos contrários e favoráveis a essa política utilizados pelos intelectuais porta-vozes na mídia das duas posições, também são usados por outros grupos presentes na universidade e fora dela. Depois de uma pesquisa informal realizada com estudantes da UFSC nos dois semestres de 2006, foi possível verificar a existência de uma espécie de circulação discursiva a respeito do tema. O estudo exploratório foi realizado em algumas turmas dos seguintes cursos: curso de Educação Física (duas turmas), curso de Odontologia (uma turma), curso de Ciências Contábeis (uma turma) e curso de Biblioteconomia (uma turma). O procedimento utilizado foi fazer uma breve exposição sobre o tema para, em seguida, debater com os estudantes. Percebe-se que há uma expressiva recepção por parte dos estudantes da argumentação contrária às cotas. Isso não significa, entretanto, que eles estejam se posicionando dessa forma apenas porque a grande mídia divulga mais sistematicamente esse tipo de argumentação. Mas sim, que os discursos contrários vão ao encontro de um tipo de pensamento que resiste a esse tipo de medida. Em outras palavras, a adoção por parte dos estudantes de uma posição contrária ao estabelecimento de uma política de cotas demonstra o enraizamento de um pensamento que reproduz algumas idéias correntes sobre o país, relacionadas à mestiçagem, à integração igualitária dos diferentes grupos na sociedade e à ausência de conflitos sociais, entre outras. No estudo exploratório verificou-se que os discursos dos estudantes da UFSC muitas vezes são retoricamente menos elaborados, mas em seu cerne mantêm o mesmo significado que aqueles produzidos pelos intelectuais.

³⁰ Os conflitos, na conceituação de Pasquino (1996), consistem em elementos não-elimináveis e que conduzem a mudanças sociais. Eles poderão ser desviados, sufocados, mas dificilmente serão totalmente suprimidos. Os instrumentos políticos dos sistemas contemporâneos procuram

sociológica e se constitui em uma das principais formas de interação social. De acordo com a periodização proposta por Hirschman (1995), a primeira contribuição acerca do conflito como um fator positivo veio de Heráclito, que afirmava: “o combate é pai de todas as coisas” (HERÁCLITO apud HIRSCHMAN, 1995, p. 36). Depois prossegue com Maquiavel, para quem “a desunião entre Plebe e Senado tornou a República [Romana] livre e poderosa” (MAQUIAVEL apud HIRSCHMAN, 1995, p. 37). Porém, um dos principais autores que tratou sobre a função positiva do conflito foi Georg Simmel³¹.

Para Simmel (1983), o conflito teria como finalidade a possibilidade de resolução de “dualismos divergentes”. Nesse caso, ele não é considerado uma patologia ou algo nocivo à vida social. Pelo contrário, é necessário como uma das formas de manter o consenso e a coesão sociais. Na interpretação de Simmel, qualquer sociedade necessita de fatores positivos e negativos para se manter, e a interação desses fatores resultará em algo positivo. É claro que o autor reconhece que alguns tipos de conflitos são totalmente excludentes e aniquiladores. No entanto, se houver qualquer condição de limite à violência, já existe, na visão de Simmel (1983, p. 132) “um fator socializante”.

A idéia de conflito como fator positivo para a manutenção da coesão social evoluiu para a noção de que a democracia não necessita de consensos prévios para existir (HIRSCHMAN, 1995). Em outras palavras, o consenso existente em um determinado Estado não resulta de acordos preliminares em torno de alguns valores, e sim da própria atividade política. Segundo Hirschman (1995, p. 38), inspirado na compreensão de Dankwart Rustow:

[...] a democracia se constitui, de modo geral, não porque as pessoas desejassem tal forma de governo, ou porque tivessem alcançado um amplo consenso sobre “valores básicos”, mas sim porque vários grupos estiveram na garganta um do outro por tempo suficiente para reconhecer, finalmente, sua incapacidade mútua para dominar um ao outro e a necessidade de acomodação.

justamente atenuar os conflitos. O que ocorre freqüentemente é o processo de regulamentação dos conflitos, por meio de formulação de regras aceitas pelos participantes, que determinam limites aos conflitos.

³¹ Há uma pluralidade de autores que utilizam a categoria de conflito, desde os funcionalistas e estruturalistas funcionalistas, passando pelos liberais, até os marxistas. O objetivo desta pesquisa não é realizar uma exaustiva abordagem da teoria do conflito e de seus intérpretes, mas apenas indicar sua importância para o tema em estudo.

O conflito é uma característica típica das sociedades de mercado pluralistas. Eles surgem em decorrência de uma variedade de fatores. É essa produção sistemática de conflitos que deve ser administrada que singulariza esses tipos de sociedades. Pois se elas possuem a capacidade de gerar conflitos um após o outro, não podem desejar estabelecer uma ordem permanente de harmonia. O que podem aspirar, ainda de acordo com Hirschman (1995, p. 41), é “atravessar” “um conflito após o outro”.

Hirschman propõe uma classificação para as formas de conflitos vivenciadas pelas sociedades contemporâneas. Existem os conflitos característicos das sociedades de mercado pluralistas, que ele denomina de “conflitos divisíveis”. Esses tipos de conflitos dizem respeito especialmente à distribuição de recursos e do produto social entre diferentes classes, regiões ou setores. Nesse caso, são conflitos em que podem ser obtidos resultados do tipo mais-ou-menos. Em contraposição, há os conflitos denominados de “indivisíveis”. Nesses conflitos, classificados pelo autor em termos de ou/ou, apenas uma das partes sairá vencedora. Esses últimos aparecem em sociedades divididas por questões étnicas, religiosas e lingüísticas. Apesar da sistematização proposta pelo autor, isso não significa que as sociedades de mercado não possam abarcar essas outras formas de conflito.

Os conflitos de tipo mais-ou-menos são mais fáceis de resolver na concepção de Hirschman, enquanto que aqueles de tipo ou/ou são mais difíceis, porque as soluções que visam o compromisso mútuo são menos praticáveis. Ao realizar essa divisão entre dois tipos de conflitos, o cientista político não quer dizer que ela seja um paradigma definitivo para refletir sobre o tema. A fim de não cairmos nessa armadilha, o autor aconselha que os conflitos sejam trazidos “à terra”, ou seja, que se verifique em que contextos sociais específicos eles estão se desenvolvendo.

Deve-se admitir que muitas sociedades ocidentais e não-ocidentais estão enfrentando tanto conflitos “divisíveis” quanto “indivisíveis”. Os conflitos “indivisíveis” estão cada vez mais presentes nas sociedades pluralistas de mercado. No caso da disputa sobre as ações afirmativas no Brasil, pode-se classificar, num primeiro momento, esse tipo de conflito como ou/ou, por envolver questões de reconhecimento de direitos relacionados a identidades étnico-raciais. Porém, ao mesmo tempo, o que está sendo questionado é a desigual distribuição de recursos dentro de uma sociedade marcada por inúmeras clivagens. O que se pode concluir,

inicialmente, é que as sociedades estão enfrentando essas formas de conflitos concomitantemente.

Uma crítica que pode ser feita ao esquema de Hirschman é que ele parte do princípio de que os conflitos “indivisíveis” ocorrem somente em sociedades que não possuem uma configuração democrática e pluralista. Se utilizarmos a classificação de Kymlicka (1996), a maioria dos países americanos são multinacionais e poliétnicos, assim como a maioria dos países do mundo. O que acontece é que grande parte desses países não admite essa realidade³².

Um último ponto que merece destaque é a relação entre a retórica conservadora e a mídia. Conforme já enfatizado no segundo capítulo, as posições dos intelectuais contrários e favoráveis às ações afirmativas possuem a mídia como uma das principais caixas de ressonância. No caso da América Latina, os meios de comunicação, de acordo com Costa e Avritzer (2006), ocupam um importante papel na constituição da esfera pública, além de ser o local onde ocorrem as mediações sociais. Apesar de espaços alternativos de comunicação estarem sendo estabelecidos através das novas tecnologias, os meios de comunicação tradicionais ainda possuem forte apelo relativo ao público em geral. Por isso sua importância no que diz respeito a discussões cruciais sobre políticas públicas no Brasil, especialmente às ações afirmativas.

Não se está utilizando uma abordagem que privilegia a visão do meio de comunicação e que avalia os espectadores como agentes incapazes de formular opiniões próprias. Mas, pretende-se argüir que os meios de comunicação além de representarem um *locus* indispensável aos discursos dos diferentes atores sociais, inclusive os cientistas sociais, não possuem uma posição neutra perante suas diferentes pautas. Em relação às políticas de ação afirmativa, uma pesquisa realizada por Ana Elisa Carli dos Santos (2007)³³, nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O*

³² No caso do Brasil, Kymlicka (1996) assevera que o país insistia na afirmação de que não possuía minorias étnicas quando se referia às populações indígenas. É justamente a condição das populações indígenas e das comunidades quilombolas que seria transformada pela Constituição de 1988, através da concessão de direitos até então negados. Em relação aos afro-americanos em geral, o autor os considera em posição pouco usual, pois eles não foram integrados à cultura dominante e, tampouco, lhes foi permitido manter suas línguas e culturas originais. O autor manifesta a necessidade, nesse caso, de um novo modelo de integração que respeite as diferenças.

³³ Foram analisadas 635 matérias e/ou artigos que versavam direta ou indiretamente sobre as ações afirmativas, 466 notícias que tratavam diretamente do tema e 174 artigos. Um dos resultados importantes da pesquisa mostrou que, em relação a uma das variáveis utilizadas pela

Estado de São Paulo entre os anos de 1995 e 2002, comprovou que houve um processo conflituoso na cobertura do tema por cada um dos jornais, marcado por um viés desfavorável especialmente no que se refere à implantação de políticas específicas: as cotas para estudantes negros. A autora conclui que a postura dos jornais é delimitada por uma posição conservadora relativa às políticas específicas. Além disso, alerta para os termos em que o processo de reconhecimento de diferentes identidades adquire no interior do campo jornalístico, o que pode resultar em prejuízo para a população negra.

É significativo o fato de que o perfil dos meios de comunicação no Brasil caracterize-se pelo seu alto grau de concentração nas mãos de poucos grupos empresariais. Um dos livros de grande repercussão durante esse debate foi exatamente *Não somos racistas: uma reação* aos que querem nos transformar numa nação bicolor, lançado em 2006. O autor do livro, prefaciado por Yvonne Maggie, é Ali Kamel, diretor de jornalismo da maior emissora de televisão do país, a TV Globo. O livro foi elaborado a partir de artigos que o autor escreveu quinzenalmente para o jornal *O Globo*, desde o ano de 2003. Não se pode negar que o diretor de jornalismo da maior empresa de comunicação do país tenha maiores condições de divulgar sua obra, assim como de manifestar sua opinião de maneira muito mais ampla que, por exemplo, os intelectuais e jornalistas que assumem um posicionamento contrário ao do autor. Essa assimetria de poder ainda permanece como um peso decisivo para o qual pende a balança democrática, embora Kamel afirme nos agradecimentos do livro que, tanto o jornal *O Globo* quanto a *TV Globo* concedam espaços iguais àqueles que pensam o oposto às suas idéias.

Este capítulo procurou demonstrar não somente a existência de uma retórica conservadora utilizada por alguns intelectuais brasileiros contrários às políticas de ação afirmativa, como também que há processos de mudança em curso, alguns já irreversíveis. Tais processos afetam não somente a estrutura material da sociedade, mas todo um ideário de como o estado-nação brasileiro foi configurado. Conforme as palavras de Sérgio Costa (2006, p. 150):

pesquisadora – frequência de notícia e palavra-captura – 66% dos textos publicados fazem referência negativa ao termo “cota para negros”. Para maiores detalhes, além desse trabalho, consultar também: SANTOS, Ana Elisa de Carli. *Ação afirmativa e cotas: um percurso pela imprensa brasileira (de 1995 a 2002)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2005.

Enquanto outros tipos de política anti-racista adotados até então (promoção da cultura afro-brasileira, leis anti-racistas, etc) apresentavam-se como corretivos do modelo estabelecido, sem confrontar diretamente o discurso da mestiçagem tolerante, as políticas de ação afirmativa implicam admitir que afro-descendentes foram sistematicamente desfavorecidos e mais, implicam o reconhecimento de que não há saída possível para combater o racismo no interior da gramática que apresenta a nação como “cadinho de raças”.

O episódio das cotas traz para as ciências sociais brasileiras um desafio inédito marcado por uma crise de representação, segundo a análise de José Jorge de Carvalho (2005/2006, p. 102). Para o autor, as ciências sociais brasileiras estão vivenciando uma “crise da desneutralização racial do campo acadêmico”. Ainda de acordo com a interpretação de Carvalho, os cientistas sociais brasileiros sempre expressaram forte rejeição ao racismo existente na sociedade, mas nunca questionaram o ambiente acadêmico de “confinamento racial” no qual eles próprios estavam inseridos. Em outras palavras, o autor chama a atenção para os espaços institucionais brancos em que se transformaram as universidades brasileiras sem que houvesse protestos ou pelo menos estranhamento dos cientistas sociais encarregados de elaborar explicações sobre o Brasil. Ele coloca em xeque, enfim, as interpretações feitas pelos cientistas sociais brasileiros brancos e a sua pretensa neutralidade axiológica. A principal consequência da discussão sobre a implementação de cotas nas universidades federais do país “é a inevitabilidade dos posicionamentos” (Carvalho, 2005/2006) de cientistas sociais a partir de seus locais de produção de conhecimento.

5 A RETÓRICA PROGRESSISTA NO PENSAMENTO ACADÊMICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

A idéia inicial de Hirschman, quando começou a escrever seu livro sobre a retórica conservadora era dedicar-se exclusivamente à critica conservadora feita às políticas progressistas e/ou reformistas. O que o moveu nesse intento foi justamente um espírito combativo contra posições neoconservadoras que estavam se consolidando durante a era Bush-Reagan nos Estados Unidos, em oposição à implementação de políticas sociais e econômicas. Somente depois de escrever a primeira parte do livro, que trata exclusivamente da retórica conservadora, veio a inesperada intenção de delinear argumentos progressistas como contrapartidas aos argumentos conservadores, numa atitude que o próprio autor classifica como auto-subversiva (1996).

Essa direção inesperada tomada pela obra de Hirschman explica o motivo da segunda parte do livro ser menos ilustrada de exemplos e as teses menos trabalhadas teoricamente. Na presente tese algo semelhante também aconteceu. Inicialmente, não havia preocupação com a avaliação dos argumentos progressistas mas, depois, tal apreciação se tornou necessária, não no sentido de procurar conferir um tom imparcial ao trabalho, o que foi uma das justificativas utilizadas por Hirschman, mas para conceder o benefício da comparação, tanto à pesquisadora quanto aos leitores. Em virtude dessa não ser uma intenção planejada, há uma grande diferença na profundidade da análise, assim como na quantidade de dados disponíveis nos dois capítulos que compreendem a análise da retórica conservadora e da retórica progressista a respeito das ações afirmativas. Mesmo assim, optou-se por seguir utilizando-se parte da tipologia de Hirschman, ainda que com algumas ressalvas e modificações.

Para cada tese da retórica conservadora, Hirschman elabora contrapartidas progressistas¹, originando dessa maneira pares que se contrapõem e se complementam.

¹ O significado de progressista está diretamente relacionado ao de progresso, como algo que denota um movimento em direção a um objetivo positivo e desejável. De acordo com Bonazzi (in Bobbio 1986, p. 244), o progressismo se constituiu no decorrer do século XX, a partir de três hipóteses: a científica, que tornou as ciências naturais como modelos para as ciências humanas; a democrática, “que viu na extensão do poder de decisão política a todos os indivíduos o melhor resultado a que se poderia chegar”, e a histórico-materialista, que considera a luta de classes como um pré-requisito ao progresso humano. Hirschman não define o conceito de progressista, ele utiliza essa denominação como oposta à de conservador. A expressão não se refere tanto à possibilidade de melhoria do mundo, mas relaciona-se muito mais a um tipo de discurso e atitude que visam à ação e à mudança, em contraposição a aversão à mudança presente nos discursos e atitudes dos partidários da retórica conservadora.

Inicialmente, examinar-se-á a proposta original de Hirschman², para, em seguida, aplicá-la aos discursos dos cientistas sociais brasileiros a respeito das ações afirmativas.

5.1 CONTRAPARTIDA À TESE DA AMEAÇA: O PRINCÍPIO DA SINERGIA OU DO APOIO MÚTUO

Enquanto os defensores da tese da ameaça afirmam que uma nova reforma provocará um conflito em relação a realizações anteriores, os progressistas argüem que entre uma reforma antiga e uma nova haverá uma interação positiva e não negativa. De acordo com a análise de Hirschman (1992, p. 126), os progressistas estão sempre convencidos de que “todas as coisas boas vêm juntas”. Assim como os conservadores exageram os danos que qualquer reforma ou intervenção poderá causar à sociedade, os progressistas têm um excesso de otimismo e confiança naquilo que o autor classifica de “principio da sinergia”.

Um outro fator que ocorre muitas vezes em relação à tese da ameaça é que ela é virada do avesso, ou seja, em vez de a mudança provocar conseqüências negativas, não realizar determinada reforma seria mais perigoso do que realizá-la. Como exemplo, pode-se citar que após a Segunda Guerra Mundial o perigo do comunismo tenha sido muitas vezes cogitado como justificativa para redistribuição de renda e de riqueza dos países mais ricos para os países mais pobres. Nesse caso, os propositores de uma dada política ao invés de a defenderem em função de seu caráter justo, alegam que ela é necessária em relação a um desastre que poderá ocorrer caso não seja estabelecida. Tal argumento é denominado por Hirschman de “tese do perigo iminente”. Esse argumento tem duas características em comum com seu oposto, a tese da ameaça. Em primeiro lugar, ambos os campos observam somente uma categoria de perigo quando uma determinada política é discutida: os partidários da tese da ameaça preocupam-se com os perigos da ação enquanto que os propugnadores da tese do perigo iminente alertam para os problemas advindos da falta de ação, da inação. Em segundo lugar, tanto os defensores da tese da

² É necessário acrescentar, ainda, que no caso da retórica progressista, o autor não analisou diferentes momentos históricos em que os argumentos foram utilizados, tampouco fez uma exaustiva seleção de autores que usaram esse tipo de retórica, conforme havia realizado no caso da retórica conservadora.

ameaça quanto os da tese do perigo iminente apresentam um cenário de danos inevitáveis provocados seja pela ação ou pela falta dela.

5.2 CONTRAPARTIDA À TESE DA FUTILIDADE: O PROGRESSO COM CARÁTER DE LEI

A essência da tese da futilidade é que as mudanças propostas estão fadadas ao fracasso em virtude de se chocarem com leis que regem o mundo. Essas leis ocultam uma regularidade que confere certa estabilidade ao mundo social. Se, portanto, é a invariância a principal característica da tese da futilidade, no caso de sua antítese, será justamente a certeza de um movimento para a frente que irá caracterizá-la. Como exemplo desse caráter inevitável de movimento ascendente, Hirschman cita o marxismo. De acordo com o autor, o marxismo foi uma das formas de pensamento que declarou com maior confiança o caráter de um movimento inevitável para a frente na história da humanidade. Além do marxismo, qualquer teoria ou proposição de que as sociedades passam por determinadas etapas ascendentes de desenvolvimento pode ser considerada como contrapartida à tese da futilidade. Em ambos os casos, no da tese da futilidade e no da crença no “progresso” atuam leis que determinam ou a estabilidade ou a confiança no movimento histórico.

Apesar de Hirschman concentrar-se numa crítica ao marxismo, é necessário salientar que doutrinas ou teorias que acreditam em um sentido de “marcha para o universo” (Binetti, 1996, p. 1010) existem desde Lucrécio, que foi o primeiro a utilizar um termo nesse sentido. Para os primeiros cristãos, a história do universo também tinha uma direção previsível. Seria na Renascença, entretanto, que surgiria um ambiente favorável à idéia de progresso. Pode-se concluir, por conseguinte, que a crença em um desenvolvimento gradual e positivo para as sociedades humanas é bastante antiga e continuou sendo reproduzida por inúmeras teorias e estudiosos, sendo o marxismo apenas uma delas e, talvez, não a principal.

5.3 CONTRAPARTIDA À TESE DA PERVERSIDADE: INVOCAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CRISE DESESPERADORA

A antítese à tese da perversidade é proclamar que não há o que preservar das instituições ou da situação anterior, e que, portanto, não há por que ter cautela quanto a reformas, conforme desejam os conservadores. Nesse caso, os progressistas desconsideram o conceito de conseqüências involuntárias das ações humanas e acreditam em sua própria capacidade de controle. De acordo com Hirschman (1992), em muitas situações em que há um recrudescimento do discurso conservador, ocorre, em contrapartida, um aumento de escritos considerados radicais. Como exemplo o autor cita a crítica de Burke à Revolução Francesa, pois de tanto insistir na perfeição das instituições existentes como forma de se opor às mudanças, ele acabou contribuindo para o aparecimento de escritos radicais que demonstravam que a situação de determinado país estava fadada desde sempre ao desespero. Em outras palavras, a reverência que Burke fazia ao passado não servia a todos os países e dizia respeito muito mais ao imaginário de um povo em relação a sua condição, do que à sua “realidade objetiva”. Desse modo, os progressistas podiam recorrer à situação de crise desesperadora em que se encontrava a maioria do povo como justificativa para as mudanças. Conseguindo, dessa forma, invalidar os argumentos do efeito perverso.

5.4 CONTRAPARTIDAS ÀS TESES DA RETÓRICA CONSERVADORA EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Podem-se citar no campo da retórica progressista vários intelectuais que se pronunciaram sobre o tema em diferentes espaços: o antropólogo José Jorge de Carvalho (UnB), a antropóloga Rita Segato (UnB), o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos (UFGRS), o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (USP) e o economista Marcelo Paixão (UFRJ) como os nomes de maior destaque em nível nacional. Porém, outros cientistas sociais e pesquisadores de outras áreas também podem ser ressaltados, embora suas publicações não sejam aqui analisadas, como a socióloga Ilse Scherer-Warren (UFSC), a antropóloga Ilka Boaventura Leite (UFSC), o físico Marcelo

Tragtenberg³ (UFSC), a pedagoga Vânia Beatriz Monteiro da Silva (UFSC), a Procuradora da Universidade Federal do Paraná, Dora Lúcia Bertúlio, entre outros.

É importante esclarecer que nesta pesquisa não foram encontradas, nas publicações e palestras dos autores pesquisados, todas as contrapartidas da retórica conservadora. Nesse caso, o esquema elaborado por Hirschman foi utilizado com algumas alterações.

5.4.1 A invocação da crise desesperadora

A antítese que apareceu com maior frequência entre os autores que compartilham a retórica progressista é a contrapartida à tese da perversidade: a “invocação da situação de crise desesperadora”. De acordo com o “Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial” (2006) entregue aos deputados e senadores do Congresso Brasileiro, o sistema universitário brasileiro já é segregado o suficiente e não há mais o que piorar quando comparado a outros:

Colocando o sistema acadêmico brasileiro em uma perspectiva internacional, concluímos que nosso quadro de exclusão racial no ensino superior é um dos mais extremos do mundo. [...] a porcentagem de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do apartheid, era muito maior que a porcentagem dos professores negros nas nossas universidades públicas nos dias de hoje. A porcentagem média de docentes nas universidades públicas brasileiras não chega a 1%, em um país onde os negros conformam 45,6% do total da população. Se os Deputados e Senadores, no seu papel de traduzir as demandas da sociedade brasileira em políticas de Estado não intervierem aprovando o PL 73/99 e o Estatuto, os mecanismos de exclusão racial embutidos no suposto universalismo do estado republicano provavelmente nos levarão a atravessar todo o século XXI como um dos sistemas universitários mais segregados étnica e racialmente do planeta! E, pior ainda, estaremos condenando mais uma geração inteira de secundaristas negros a ficar fora das universidades, pois, segundo estudos do IPEA, serão necessários 30 anos para que a população negra alcance a escolaridade média dos brancos de hoje, caso nenhuma política específica de promoção da igualdade racial na educação seja adotada.

³ TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano ; BASTOS, João Luiz Dornelles ; NOMURA, Lincon ; PERES, M. A. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), vol. 36, p. 473-495, 2006.

Isso também é o que ocorre com a população negra como um todo no que se refere ao acesso à educação. A crise, portanto, já está em seu limite, qualquer medida ainda pode ser considerada pouco satisfatória. Nas palavras de Marcelo Paixão (2006, p. 87):

Esse conjunto de indicadores expressa um sistema educacional discriminatório e pouco atraente aos afro-descendentes. Ao fechar os olhos para a realidade singular dos alunos e alunas negros, o sistema de ensino não reconhece que esses enfrentam uma série de problemas especialmente típicos desse grupo: i) a entrada precoce no mercado de trabalho; ii) a baixa qualidade do ensino público, onde se concentra a maioria dos estudantes afro-descendentes, que não contribui para promover a construção do conhecimento; iii) imposição de um conteúdo programático que não valoriza o universo dos afro-descendentes e, portanto, não estimula a elevação de sua auto-estima; iv) a presença do racismo e do preconceito em sala de aula e no ambiente escolar que reduz o estímulo à continuidade dos estudos; v) a falta relativa de bons exemplos no mercado de trabalho que possam sinalizar melhores perspectivas de retorno profissional financeiro mediante o esforço em prol da continuidade dos estudos.

E, com respeito ao acesso da população negra ao ensino superior:

O acesso ao ensino superior vem sendo um dos principais pontos de tensão no debate sobre as relações raciais no Brasil. Os indicadores existentes sobre o acesso à universidade mostram que isso não ocorre sem motivos. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, entre 1991 e 2000, a taxa bruta de frequência ao terceiro grau da população brasileira cresceu 72,9%, passando de 10,1% para 17,5%. Já a taxa líquida de frequência ao terceiro grau passou de 4,36% para 7,5%. [...]. Entre os negros, a taxa bruta de frequência ao terceiro grau passou de 6,96% para 7,1%, ao passo que a taxa líquida de escolaridade passou de 1,37% para 2,4%. Em números absolutos, representa cerca de 800 mil estudantes negros em um universo de 5,9 milhões de universitários. Esses dados indicam que a ampliação do número de vagas no ensino superior, ocorrida na última década, beneficiou mais os brancos que os negros (PAIXÃO, 2006, p. 88).

A manutenção das desigualdades raciais no país comprova a necessidade de adoção de políticas de ação afirmativa. Segundo Guimarães (1999, p. 184):

[...] Em termos de valores e de sentimentos, não acredito que ninguém considere inadequado o imaginário anti-racista brasileiro. O problema está na perpetuação de enormes desigualdades de origem racial, que ocorrem, apesar dos bons sentimentos, com a anuência ativa da sociedade.

Prossegue o sociólogo:

Deve-se reconhecer que, por um lado, a sociedade brasileira tem sido incapaz de garantir o acesso universal à educação, à saúde, ao emprego, à habitação, etc., e, por outro, tem discriminado os negros, de modo que eles têm sido mais limitados que outros grupos raciais e étnicos no acesso a bens e direitos (GUIMARÃES, 1999, P. 184).

O antropólogo José Carlos dos Anjos (2007, p. 01) também cita a péssima situação em que se encontra a população negra quando comparada à branca no Brasil, demonstrando a insustentabilidade dessa realidade:

Dizem especialistas que fazendo um cruzamento sistemático entre a pertença racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos, desde 1929, chega-se à conclusão de que no Brasil, a condição racial constitui um fato de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros.

Pode-se concluir, portanto, que todos esses autores invocam uma péssima situação de vida da população negra em relação a diferentes situações como forma de comprovar a necessidade de aplicação de políticas de ação afirmativa.

5.4.2 Estamos perdendo o trem da história

As outras antíteses elaboradas por Hirschman como contrapartidas à tese da ameaça e à tese da futilidade, ou seja, “a ilusão da sinergia” e “a tese do perigo iminente”, não foram localizadas nos argumentos dos intelectuais favoráveis às ações afirmativas selecionados para a análise. No entanto, uma outra antítese à retórica conservadora foi observada e pode ser acrescentada ao esquema proposto pelo autor: a de que “estamos perdendo o trem da história”. Ela assemelha-se à invocação da crise desesperadora, ao apontar as péssimas condições em que se encontra o país no que se refere às desigualdades raciais, mas difere um pouco dela no sentido de adotar muito mais uma perspectiva comparativa, do que propriamente de desastre. Também se pode considerá-

la similar à contrapartida à tese da futilidade de “ter a história do nosso lado”, visto que os autores favoráveis às ações afirmativas mostram como outros países⁴ conseguiram atingir um maior nível de integração racial no sistema universitário por acionarem políticas de ação afirmativa. Nesse sentido, pode-se concluir que “estamos perdendo o trem da história” por não adotarmos tais políticas. E, simultaneamente, que a história está do lado daqueles que implementaram tais medidas.

No caso do ensino universitário brasileiro, fica explícito o quanto estamos distantes, em termos democráticos e de integração racial, em relação a outros países. Assim se expressa José Jorge de Carvalho (2006) em um seminário organizado pela UFSC⁵ para discutir o tema das ações afirmativas:

Nós demoramos demais para intervir em nosso sistema universitário, para integrá-lo racialmente. Nós perdemos décadas inteiras, em que teria sido mais fácil de fazê-lo e com resultados melhores. Nós estamos chegando tarde e talvez sejamos um dos únicos países do planeta multirraciais numa proporção tão alta, que deixamos passar um século de exclusão racial sem abrir a boca sobre isso praticamente, tô falando de dentro da academia. Não que o movimento negro não tenha colocado isso inúmeras vezes ao longo do século. Mas dentro do mundo acadêmico, um assunto silenciado o tempo todo.

No “Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial” (2006) também está presente a idéia de que o sistema universitário brasileiro precisa ser modificado, a fim de não ficar para trás quando comparado aos de outros países com composição multiétnica:

⁴ Carvalho (2005a) cita os Estados Unidos, a África do Sul, a Índia e a Malásia como países que utilizaram políticas de ação afirmativa com o objetivo de obter uma maior integração étnico-racial no ensino superior e em outros setores da sociedade.

⁵ O Seminário sobre “Cotas e Ações Afirmativas na UFSC” foi organizado pela “Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-racial para ingresso na UFSC/Processo Vestibular” e realizado no dia 1º de junho de 2006. O seminário contou com a participação de vários convidados externos e teve como objetivo conhecer as experiências de implementação de políticas de ação afirmativa de outras universidades. O antropólogo José Jorge de Carvalho se pronunciou na mesa de abertura. A transcrição parcial da fita foi realizada pela pesquisadora.

Lembremos aqui que as ações afirmativas para minorias étnicas e raciais já são realidade em inúmeros países multiétnicos e multirraciais como o Brasil. Foram incluídas na Constituição da Índia, em 1949; adotadas pelo Estado da Malásia desde 1968; implementadas nos Estados Unidos desde 1972; na África do Sul, após a queda do regime de apartheid, em 1994; e desde então no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia, na Colômbia e no México. Existe uma forte expectativa internacional de que o Estado brasileiro finalmente implemente políticas consistentes de ações afirmativas, inclusive porque o país conta com a segunda maior população negra do planeta e deve reparar as assimetrias promovidas pela intervenção do Estado da Primeira República com leis que outorgaram benefícios especiais aos europeus recém chegados, negando explicitamente os mesmos benefícios à população afro-brasileira.

Pode-se observar nas citações anteriores que o Brasil é comparado a outros países que já adotaram medidas de ação afirmativa e que conseguiram alcançar um nível satisfatório de integração étnico-racial nas universidades. Nesse sentido, a cada dia que passa mais o país se distancia da possibilidade de obter equidade nas instituições de ensino superior.

5.4.3 A eficácia das políticas progressistas e/ou reformistas

Da mesma forma que Hirschman pressupõe uma seqüência cronológica para o aparecimento das teses constituintes da retórica conservadora, pode-se pensar numa lógica própria para o surgimento das teses da retórica progressista. A primeira tese conservadora usada contra a implementação de determinadas políticas públicas, na interpretação de Hirschman, é a da ameaça, porque não necessita de tempo para que a política se concretize, ou seja, a política pode ser imediatamente atacada sem levar em consideração seus efeitos. Além disso, a tese da ameaça pode prever cenários perigosos, que, na maioria das vezes, não se concretizarão. No caso da retórica progressista a respeito das cotas, muitos autores favoráveis à medida ressaltam seu caráter benéfico e transformador da realidade social. Essa seria então uma primeira tese que surgiria no caso da retórica progressista.

O fato de os autores partidários da retórica progressista caracterizarem as políticas de ação afirmativa como algo que trará benefícios à sociedade não deixa de assemelhar-se com o otimismo presente na antítese à tese da futilidade de “termos a história ao nosso lado”. Não seria exatamente acreditar em um processo histórico ascendente e teleológico

que ocorrerá como se fosse decorrente de uma lei, mas se trata de acreditar que uma determinada política pode trazer efeitos benéficos para a sociedade como um todo. Conforme Hirschman (1996, p 77) aconselha, os progressistas devem defender as políticas por eles propostas não em função de imaginarem cenários desastrosos, caso a política não seja aplicada, mas porque elas são “corretas e justas”. Há uma explicação bastante razoável para esse tipo de discurso otimista em relação ao futuro, pois, no primeiro momento de implantação de uma política, torna-se necessário um processo de convencimento que passa obrigatoriamente pelo fato de apontar suas características positivas. Está implícita nessa iniciativa a crença na eficácia das medidas. A antropóloga Rita Segato, por exemplo, elaborou 10 argumentos que corroboram a eficácia das cotas para estudantes negros nas universidades brasileiras⁶.

Eficácia reparadora – instauração de um mecanismo para compensar, pelo menos em parte, as perdas que o componente negro da nação brasileira sofreu.

Eficácia corretiva – redirecionam o futuro de uma sociedade e corrigem os rumos dessa história, estimulando a confiança da população negra nas instituições e no Estado.

Eficácia educativa imediata – garantem o acesso à população negra ao ensino superior em função de seu mérito medido de forma eqüitativa ao levar em consideração as desvantagens dos estudantes negros em todos os níveis do sistema educativo.

Eficácia experimental – vantagem de permitir o monitoramento regular com o objetivo de avaliar o impacto da medida na vida universitária em particular e no sistema de ensino como um todo.

Eficácia pedagógica – uma sala de aula onde convivem estudantes de diversas origens étnicas, regionais, raciais, nacionais ou outras está mais apta para o aprendizado, pois a convivência plural cumpre um papel importante na formação profissional porque oferece uma experiência mais rica e permite o acesso a uma realidade mais complexa.

Eficácia educativa de espectro ampliado – crianças e adolescentes negros encontrarão estímulo vendo que adultos da sua cor são seus professores. A medida estimula que estudantes negros da educação pública demandem da escola e de seus professores um

⁶ Uma primeira versão desses argumentos constituiu parte da proposta de cotas para a UnB elaborada por Rita Segato e José Jorge de Carvalho, que contava com oito tipos de eficácia. Uma segunda versão foi publicada na *Revista da USP*, n. 68, p. 76-87, dez./fev. de 2005/2006 e consta de 10 tipos de eficácia.

melhor nível de ensino para melhorar suas chances de aproveitar a cota. A medida também desafia os professores a empenhar-se em melhorar a performance de seus alunos negros.

Eficácia política – a nação aceita a responsabilidade pela prática sistemática de racismo ao longo da história. Acata, dessa forma, a denúncia da existência da discriminação racial na sociedade brasileira. As cotas, ao convocarem a discussão sobre o tema, o tornam visível para aqueles que jamais o enxergaram como um problema.

Eficácia formadora de cidadania – a implantação das cotas revela para a sociedade que ela tem capacidade para escolher rumos novos. Além disso, esse tipo de intervenção planejada em relação aos estudantes negros pode tornar-se emblemática para outras formas de intervenções.

Eficácia comunicativa – a introdução do signo da pele de cor negra modificará as formas com que as pessoas olham a paisagem humana nos ambientes sociais, já que esse é um signo ausente de cenários associados ao poder, à autoridade e ao prestígio.

Eficácia propriamente transformadora – ao sacudir os signos relacionados à hierarquia social que determina o local para negros e brancos, é possível desestabilizar essa forma de reprodução histórica. Porém, não basta somente esse processo de desestabilização e a circulação de signos negros em espaços diversificados, até então pouco usuais. Há necessidade de formulação de conceitos que se inscrevam na forma da lei, da moral e do costume (“narrativas mestras do sistema”).

No momento inicial de aplicação das políticas é crucial o processo de convencimento dos diversos tipos de auditórios. Nesse sentido, pode ser explicado o porquê dos elaboradores de uma política progressista e/ou reformista ressaltarem enfaticamente seus aspectos positivos. Isso não significa, entretanto, que devem ser ingênuos quanto às conseqüências da política e não poder, por exemplo, reformulá-la e/ou avaliar seus resultados. De acordo com a análise de Feres Júnior (2005), as políticas de ação afirmativa, assim como todas as políticas públicas, são conseqüencialistas. Em outras palavras, são ações orientadas para o futuro, e, por conseguinte, suas conseqüências não coincidirão imediatamente com seus objetivos. Segundo o autor, não é possível prever todas as conseqüências de uma ação e “controlar todas as variáveis envolvidas para que essas conseqüências concordem plenamente com os objetivos” (FERES JÚNIOR, 2005, p. 10). Por esse motivo as políticas públicas, como as ações afirmativas, devem estar sempre abertas a avaliações e a reformulações.

5.5 OS LUGARES DA QUANTIDADE E OS LUGARES DA QUALIDADE

Conforme já assinalado no segundo capítulo, toda a retórica é sempre destinada a algum tipo específico de auditório e, por sua vez, todo o auditório leva em consideração determinados “lugares” a fim de estabelecer seu posicionamento. Esse é um ponto relacionado à retórica progressista e, conseqüentemente, à conservadora, que não foi tratado por Hirschman, mas que vale a pena mencionar em relação aos discursos sobre as ações afirmativas.

Os “lugares da quantidade” são aqueles “lugares-comuns” que constituem sua premissa maior exatamente na quantidade, mesmo que essa às vezes fique subentendida (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Esses “lugares da quantidade” conseguem fazer facilmente a passagem do normal, daquilo que é estabelecido por uma frequência, à norma, a qual especifica que tal frequência é favorável e que se deve conformar-se a ela. Os “lugares” que procuram demonstrar a eficácia de um meio podem ser considerados “lugares da quantidade”.

Os “lugares da qualidade” aparecerão na discussão exatamente no momento em que se desconfia da virtude do número. O “lugar da qualidade”, portanto, pressupõe a “valorização do único” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 101). É a singularidade que o torna precioso. O único é também o original, aquilo que distingue e que pode, até mesmo, agradar as multidões. O único é o valor originário e raro e a sua perda poderá ser irremediável.

A discussão entre os “lugares da quantidade” e os “lugares da qualidade” ilustra com precisão a disputa entre a retórica conservadora e a retórica progressista no debate sobre as ações afirmativas. A retórica progressista ganhou fôlego, mais recentemente no Brasil, recorrendo especialmente aos “lugares da quantidade”. No final da década de 1970, os estudos que recolocaram a questão da discriminação racial como uma das importantes chaves para o entendimento das desigualdades sociais foram aqueles que apresentaram levantamentos estatísticos a respeito de desigualdades raciais entre brancos e não-brancos nas áreas educacionais, ocupacionais, em relação à renda, entre outras variáveis. Exatamente os estudos que desconsideraram o aspecto singular da cultura brasileira – mista/cordial/morena – foram aqueles que conseguiram impulsionar a crítica a

uma situação social totalmente desfavorável a uma parcela significativa da população. De acordo com Rita Segato⁷:

Quando o IPEA começa a trabalhar os indicadores de subdesenvolvimento nota que eles são absolutamente, realmente alucinantes. Foi um susto brutal! Eles não tinham nada a ver com a versão apresentada sobre a cultura brasileira. Então, por isso que é mais fácil convencer um engenheiro a falar sobre cotas do que um professor de Antropologia, por quê? Porque a sociologia e a antropologia foram as disciplinas encarregadas pela elite a preparar uma sociedade cordial, uma imagem gilbertofreyreana, robertodamattaniana que nós reproduzimos nos nossos departamentos, isso se quebra quando Fernando Henrique Cardoso solicita as informações do IPEA, pois não tinha nada a ver com a visão histórica da sociologia e da antropologia.

O importante papel que as ciências humanas em geral deveriam ter assumido em relação à exclusão racial não só na sociedade, mas no contexto acadêmico brasileiro, não foi cumprido. José Jorge de Carvalho⁸ (2006) resume bem essa situação pouco confortável:

Os principais responsáveis por essas taxas de exclusão racial nas universidades são os acadêmicos das áreas de ciências sociais, humanidades e educação. Porque não é possível. No início dos anos 50, 60, iriam perguntar o que que a gente faz, sobre a questão. Não iriam perguntar aos engenheiros, não iriam perguntar aos médicos, mas facilmente iriam perguntar às pessoas que formariam a ideologia: Fernando de Azevedo... Quero dizer que os antropólogos, sociólogos, historiadores, educadores, deram respostas erradas ao que estava acontecendo. Então nós vimos essa barbárie crescer década após década e tivemos um enorme aparato discursivo para dizer que estava tudo muito bem. Então, se em algum momento, esse assunto chega de fato a uma espécie de crise no interior das próprias associações disciplinares, quase percebendo que isso pode acontecer e deve acontecer. Então nós temos que chamar às falas as pessoas que assinaram essas idéias de que tava tudo andando muito bem. A classe acadêmica brasileira (...) todo mundo foi aos Estados Unidos nos anos 60, anos 70, viu a revolução da inclusão racial que existiu nesse país e também foi na Europa e continua indo lá. E quando vão à França, como diz Luis Felipe Alencastro, ele tem mais alunos negros em Paris hoje, do que jamais teve em 25 anos na UNICAMP .

⁷ Transcrição da fita da qualificação do projeto de mestrado de Ernandes Barboza Melchior: *Não deixando a cor passar em branco*: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. Sob orientação da professora Dr^a Wivian Weller no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

⁸ Verificar nota n. 4 neste capítulo.

Esse embate obviamente não se resume à disputa entre a quantidade e a qualidade⁹, mas demonstra uma importante cisão nas ciências sociais brasileiras em que provavelmente um dos lados terá mais a perder do que o outro, ou, pelo menos, terá que incorporar alguns argumentos do outro. Em outras palavras, no confronto entre a retórica conservadora e a retórica progressista possivelmente uma delas conquistará mais auditórios e formará uma rede mais poderosa, o que permitirá algumas vantagens em relação à outra.

Uma outra questão relativa à retórica progressista, que também não foi mencionada na análise de Hirschman, se refere à eventual mudança de posicionamento dos intelectuais em relação ao uso das retóricas e à implementação de determinadas políticas sociais.

5.6 MUDAR DE POSIÇÃO: UMA ATITUDE AUTO-SUBVERSIVA OU REVISIONISTA?

Hirschman não trata das possíveis mudanças de posições que podem ocorrer na disputa entre as duas retóricas. O autor avalia os partidários de uma retórica sempre utilizando os mesmos argumentos e permanecendo no mesmo lado. No entanto, assim como para ele, o desenvolvimento de antíteses à retórica conservadora apareceu como um resultado inesperado de sua obra. No caso desta pesquisa, a mudança de posição de um intelectual também surgiu como um resultado inesperado, exatamente no final da pesquisa. Esse caso merece especial atenção.

A mudança de posição pode tomar direções diferenciadas e opostas: pode ser revisionista, retornando a posições anteriores; conservadora, revendo posturas precedentes através de uma retórica mais cautelosa em relação à mudança e, ainda, ser mais radical, no sentido de acirrar a retórica pela transformação.

Durante todo o tempo em que a pesquisa foi realizada, um dos autores que assumiu de forma categórica a retórica progressista foi o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Em um de seus livros – *Racismo e anti-racismo no Brasil* –, publicado em

⁹ Nas inúmeras reuniões e seminários promovidos pela “Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-racial” da UFSC, uma das conclusões a que foi possível chegar é que diante de auditórios especializados os números constituem a linguagem mais convincente quando se deseja justificar a necessidade de aplicação de políticas de ação afirmativa. Pesquisas de cunho estatístico que comprovam as desigualdades étnico-raciais entre negros e brancos convencem mais do que mil palavras. Embora os números também possam ser questionados.

1999, o título da terceira parte da obra é: “Tomando partido”. O autor posiciona-se claramente a favor das ações afirmativas, desconstrói os principais argumentos contrários à sua aplicação no Brasil e demonstra o que se pode ganhar com uma agenda integrada do anti-racismo em termos internacionais. Em obras posteriores o sociólogo mantém esse mesmo posicionamento. Porém, já foi possível observar um certo distanciamento dessa postura desde a mesa redonda ocorrida na Reunião Anual da SBPC¹⁰. Houve um momento do debate aberto ao público em que os ânimos se acirraram entre a platéia e uma das expositoras, a antropóloga Yvonne Maggie. Assim Guimarães conclui sua intervenção no debate:

Quero reafirmar somente uma coisa, que como Peter, como a Yvonne e como boa parte dessa platéia, realmente eu sou um acadêmico também, e a única coisa que eu gostaria de dizer é algo que tem me chamado um pouco a atenção e tem me deixado realmente com medo, quando na luta pela inclusão, na luta pelas cotas ou pelo bônus, pelas várias formas de inclusão, a gente nunca deve perder a idéia de que **nós somos acadêmicos, temos a obrigação de pensar e o antiintelectualismo não pode de jeito nenhum ser misturado pela luta de inclusão nas universidades**. Era só isso (grifo meu).

Apesar de Guimarães não explicar o que entende por antiintelectualismo, presume-se que seja adotar uma posição contrária aos intelectuais. O que o autor demonstra por meio dessa intervenção é que os intelectuais têm “a obrigação de pensar”, como se esse ato oferecesse uma pretensa neutralidade e/ou objetividade. Parte do público que se manifestou contra a posição de Maggie, muitos deles representantes de movimentos sociais, foi desqualificada por ter assumido uma posição antiintelectual na crítica feita à antropóloga. Dessa forma, há duas posturas contrastantes: uma expressa pela ciência, como discurso racional e razoável acerca da realidade; e, outra, inferior em relação à ciência, representada pela expressão política, uma forma de enunciação “sempre marcada pela proibição” (Latour apud. Anjos, 2005a, p. 233) e, talvez, pela irracionalidade. Uma outra interpretação para a atitude de Guimarães – na mesa ele estava entre seus pares e na platéia havia especialistas no tema – é ele ter assumido um discurso de defesa corporativa em relação aos seus colegas. Nesse caso, aplica-se perfeitamente a idéia de auditório desenvolvida mais detidamente no segundo capítulo.

¹⁰ Verificar nota n. 20 no capítulo 4.

Os autores utilizam retóricas diferenciadas dependendo dos tipos de auditórios com os quais se deparam.

O problema aqui situado não está no fato de o intelectual modificar sua posição anterior favorável à aplicação das políticas de ação afirmativa para uma outra, em que manifesta dúvida quanto a elas, mas em assumir um lugar privilegiado nessa arena pública de debates, desconsiderando a contribuição que os “não-intelectuais”, “aqueles que não possuem o capital lingüístico e político para se impor no campo político” (Anjos, 2005b, p. 108), podem dar. Se, no texto abaixo, Guimarães (1999, p. 13) assume uma posição de engajamento, a partir de sua fala na SBPC, em 2007, o autor sustenta seu discurso em sua identidade de cientista.

É precisamente à busca dessa convergência que me movo nos três últimos capítulos. Escritos com o propósito declarado de defender uma certa concepção de política pública (grifo meu), eles oferecem, ao mesmo tempo, a oportunidade de adensar a compreensão crítica da moderna tradição nacional, ou, melhor dizendo, da sociabilidade brasileira tradicional. Por serem tão contrárias a essa tradição, políticas públicas como a ação afirmativa (ou como a nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação, que não analisarei aqui), ao possibilitarem a obtenção de diplomas, através de uma regulamentação diferente do mérito, permitem ao sociólogo desvendar todo um mundo de valores e interesses que estava “naturalizado” ou, para ser preciso, fazia parte dos pressupostos de uma certa sociabilidade. O debate político produz, portanto, um material documental, seja de escritos, de falas ou de atitudes, que torna possível, a um só tempo, tanto o desvendamento de pressupostos atuais, como a análise da constituição de pressupostos futuros. Os textos engajados, como os meus, terão talvez o defeito de se preocuparem exclusivamente com a crítica do que Florestan Fernandes chamou de “persistência do passado”. Mas não poderia ser de outro modo, posto que, quanto mais radical for a crítica, mais chances terá de impedir que se reproduzam as velhas hierarquias.

O que vai caracterizar ainda mais a mudança na maneira de pensar do sociólogo, além da atitude demarcada na reunião anual da SBPC, é um texto publicado na Revista Tempo Social¹¹, no qual, além de descaracterizar muito de suas posturas teóricas anteriores, ele duvida da legitimidade das políticas de ação afirmativa.

Utilizando-se de autores como Charles Tilly (2003), Charles Hale (2002) e Dona Lee Van Cott (2000), Guimarães (2006) parece adequar-se à convicção de que o multiculturalismo foi muito mais um meio das elites políticas readquirirem legitimidade, do que, propriamente, fornecer direitos a grupos sociais até então excluídos dos principais

¹¹ Verificar GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial *Tempo Social*, vol.18, n.2, p. 269-287, nov. 2006.

direitos democráticos. Conceder direitos a minorias negras e indígenas seria, portanto, uma forma de não atender a demandas mais radicais. Nesse sentido, ele cita uma interpretação de Christian Gross, segundo a qual o “multiculturalismo está para o neoliberalismo assim como a democracia racial esteve para o nacional-desenvolvimentismo” (GUIMARÃES, 2006, p. 276).

Apesar do termo multiculturalismo ser contestado tanto por liberais quanto pela direita, conforme afirmação de Hall (2003), ainda há algo no multiculturalismo que vale a pena buscar, que são as formas de manifestar a importância da diversidade cultural e de integrar “contribuições das pessoas de cor ao tecido da sociedade” (WALLACE apud HALL, 2003, p. 54). O multiculturalismo, nesse caso, não pode ser visto apenas como uma opção dentro do neoliberalismo e nem como uma produção “das entranhas do comércio pós-moderno” (GILROY, 2007, p. 123). Ele se refere às estratégias e às políticas utilizadas para governar e administrar problemas advindos de sociedades multiculturais. O termo é utilizado geralmente no singular, significando a doutrina que dá base às estratégias multiculturais de governabilidade. Autores como Kymlicka (1996, p. 34) preferem utilizar as denominações multinacional e poliétnico ao fazerem referência às formas de pluralismo cultural. Um país pode ser multinacional, como resultado de processos de colonização ou de “confederação de comunidades nacionais” e/ou poliétnico, resultando, nesse caso, de imigrações individuais e/ou familiares. Para o autor, a maioria dos países do mundo possui essas características, embora muitos não estejam preparados para enfrentar essa realidade.

Aparenta haver um certo consenso entre os analistas norte-americanos destacados por Guimarães (Hale, Tilly, Van Cott e Hooker, entre outros), de que as políticas multiculturais adotadas a partir da década de 1990 na América Latina não foram executadas com o objetivo de resolver as demandas dos movimentos indígenas e afrodescendentes. O que esses autores concluem é que tais procedimentos resultaram de decisões das elites nacionais para incrementar a transição democrática dos períodos autoritários anteriores. A adoção da diversidade étnica nas constituições latino-americanas, seguindo o esquema argumentativo expresso por Van Cott e reproduzido por Hooker (2006), seria uma das formas pelas quais os Estados nacionais poderiam manter a unidade nacional e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para importantes valores democráticos como a participação, a inclusão e a tolerância.

Se considerarmos o caso brasileiro, estaríamos substituindo a mestiçagem como mito integrador pelo da diversidade étnica, igualmente como forma de integrar uma sociedade subjugada ao padrão neoliberal. O que chama atenção nesse tipo de análise é a discrepância entre o que as diferentes constituições concederam a determinados grupos e a efetivação desses direitos. No caso do Brasil, por exemplo, a concessão de direitos às populações negras e indígenas não está ocorrendo sem uma forte resistência. Além disso, se a elite política elegeu esse novo pacto integrador, dentro da própria elite não parece existir consenso sobre ele. A resistência que há no país à política de cotas nas universidades, à implementação da Lei 10.639 e à concessão de terras para comunidades quilombolas evidencia esse desacordo.

A idéia de pensar o multiculturalismo como um tapa-buraco para o capitalismo é bem próxima daquela veiculada por Miranda¹². Nesse sentido, as políticas atentas à diferença e ao reconhecimento são apenas uma das formas de o capitalismo, ou de determinados Estados dentro do sistema global, reorganizarem a temática dos direitos e dos sujeitos de direitos.

Em publicação recente, Guimarães (2006, p. 280) critica a corrente de opinião, da qual ele fazia parte, que avalia as ações afirmativas como políticas que visam o reforço de identidades.

No Brasil atual, ganha força a corrente de opinião que defende que as desigualdades raciais, ou as desigualdades sociais atribuíveis à idéia de raça e à forma como as pessoas se classificam e são classificadas racialmente, só podem ser combatidas com ações e políticas que reforcem essas identidades raciais. Ou seja, as políticas de ações afirmativas requereriam políticas de identidade.

A citação acima difere substancialmente da posição assumida pelo intelectual em um livro publicado em 2002, no qual o sociólogo critica de forma incisiva os cientistas sociais adversários das políticas de ação afirmativa:

¹² Verificar páginas 123 e 124 do capítulo 4.

A discussão de políticas de ação afirmativa para a população negra, por exemplo, conta, entre seus adversários, com os melhores e mais renomados cientistas sociais do país. Esses argumentam que tais políticas contrariam os valores liberais (Reis, 1997) e ferem a inteligência nacional (DaMatta, 1997; Fry, 2000). Para eles, a idéia de adotar tais políticas é equivocada e simplista. Equivocada porque reforça identidades étnicas e raciais, que reificam o racismo; simplista porque contraria a nossa tradição cultural. Os intelectuais que defendem políticas antipobreza mais radicais, que levem em conta a discriminação racial e de gênero, seriam, portanto, ou pouco refinados para entender a complexidades da cultura brasileira, ou estariam contaminados ideologicamente pelo seu envolvimento com o movimento negro (GUIMARÃES 2002, p. 71).

E, na seqüência de seu pensamento:

O que esses autores ignoram ou omitem é que o povo brasileiro não rejeita as políticas de ação afirmativa, inclusive em sua forma extrema de cotas, tal como sugerem. Quem as rejeita são as classes médias e as elites, inclusive intelectuais. Em 1995, a já citada pesquisa do DataFolha sobre racismo detectou que os mais pobres e os menos escolarizados seriam favoráveis a tais políticas, posição que se inverte à medida que se perscrutam as camadas mais educadas e mais favorecidas (...). Seria isso refinamento intelectual e cultural ou pura defesa de privilégios de classe? (GUIMARÃES, 2002, p. 71-72).

Pode-se depreender da análise dos discursos do autor em diferentes épocas que ele efetuou uma transição de uma retórica mais progressista – demarcada de forma explícita em vários livros e artigos (1999, 2000, 2002) – para uma outra, de caráter mais conservador. Tal transição pode ser observada em uma publicação mais recente, na qual Guimarães (2006, p. 283), alicerçado na interpretação de Tilly, se pronuncia da seguinte forma sobre as categorias raciais e as políticas de ação afirmativa:

Acionadas para resolver uma forma de desigualdade. As categorias raciais não parecem ter o dom de desfazer as desigualdades sociais e mesmo raciais, mas apenas de estabelecer certo equilíbrio de forças entre os grupos que lutam, seja para impor um monopólio (o caso inicial da colonização), seja para escapar de um destino imposto por essas mesmas categorias em algum momento anterior de tempo (o caso pré-colonial).

Guimarães (2006, p. 283-284) conclui a argumentação desenvolvida no artigo:

Resta, finalmente, tocar num ponto crucial do modelo explicativo de Tilly. Mesmo que possamos descartá-lo para a análise do modo como as desigualdades sociais no Brasil passaram a ser percebidas pelos “negros”, e mesmo que possamos argumentar convincentemente que as categorias raciais ‘impostas’ pelas políticas públicas eram secularmente atuantes na sociedade brasileira, precisamos responder à implicação maior do modelo, qual seja, as políticas públicas racializadas, ou multiculturais, não superam ou suprimem as desigualdades por si só, mas apenas as reproduzem num quadro mais claro e preciso. Ou seja, regulamentam o conflito distributivo em novas bases, sem pôr em risco a reprodução do sistema como um todo.

Nesse aspecto, Tilly parece ter razão: não há por que esperar que a nova forma de organização dos atores políticos (em bases étnicas, raciais ou culturais) seja necessariamente mais eficiente para impedir a reprodução das desigualdades sociais.

O que se pode concluir comparando essas duas citações é que de uma interpretação que considerava a questão étnico-racial como uma variável importante para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil e as políticas de ação afirmativa como necessárias para repará-las, Guimarães acata a visão de que esse tipo de política não impede as desigualdades sociais e se constitui apenas em uma forma de o capitalismo mais uma vez se regularizar. Ao trazer à cena essas interpretações, o autor atesta ter descoberto em recentes teorias científicas a resposta correta para os problemas enfrentados pelo país, avaliando que políticas de caráter multicultural não superam as desvantagens entre diferentes grupos sociais, mas, apenas, as reproduzem de forma mais explícita. O que Guimarães não leva em conta ao considerar essas teorias é que os grupos que estão lutando por reconhecimento, estão também exigindo ser escutados em seus próprios termos, por suas próprias vozes. Conforme Anee Philips (2003, p. 265):

Opressed or subordinated groups have to be able to find their own voice, to speak for themselves, to be recognized as active participants. They can no longer be treated as a ‘problem’ for some other social group to resolve. This is a profoundly democratic vision, and it is in my view democracy (rather than what Charles Taylor has theorized as the loss of more secure and unquestioned forms of identity) that fuels the struggles for recognition explored in this book. It is not so much political movements have come to identify a layer of more ‘cultural’ injustices flourishing alongside the economic injustices that were the staple of an earlier socialist politics. Struggles for recognition are and have been very much struggles for political voice.

5.7 CONSELHOS AOS PROGRESSISTAS

Para finalizar, retomemos alguns conselhos de Hirschman aos progressistas como forma de precaução. O autor (1996) afirma que com a introdução da retórica progressista pôde dar à conclusão de seu livro um caráter mais construtivo do que polêmico. Pois se ele tivesse se contentado apenas em abordar a retórica conservadora, teria que concluir seu pensamento advertindo os conservadores sobre o quanto eles deveriam ser mais originais, refinados e comedidos em suas críticas. Entretanto, o que acabou acontecendo foi a demonstração de que a discussão entre conservadores e progressistas pode transformar-se em um “diálogo de surdos”. Daí o título do livro: *A retórica da intransigência*. O autor propõe então que em um regime democrático a solução é levar o debate a público, construindo um diálogo que envolveria diferentes setores da sociedade.

Conforme o cientista político demonstra nos fatos que analisou, um dos lados partidários da discussão acaba sempre saindo vencedor e se encarrega de colocar um fim às disputas. Embora a retórica conservadora tenha se armado fortemente contra o sufrágio universal, esse acabou prevalecendo. Quanto ao estado de bem-estar social já não se pode chegar à mesma conclusão, embora tenha alcançado um longo período de êxito. Mas, além do desfecho sugerido por Hirschman, de uma necessária disposição para o diálogo, talvez um outro possa ser oferecido em relação às cotas para estudantes negros nas universidades: dificilmente as pessoas poderão ficar neutras em relação a esse debate. Ou, em outras palavras, não é fácil encontrar um meio termo que possa agradar a ambas as partes.

Hirschman, inclusive, não se exime em assumir um posicionamento claramente a favor dos progressistas ao aconselhá-los a não seguirem as mesmas estratégias simplistas dos conservadores se quiserem atingir seus objetivos. Esses conselhos são apresentados em *Auto-subversão* (1996), onde o autor reproduz um texto de uma conferência em que foi especificado que falasse do sexto capítulo de seu livro¹³. Os organizadores queriam justamente ouvi-lo falar das “retóricas da intransigência” que deveriam ser evitadas na proposição de políticas públicas.

¹³ O sexto capítulo do livro *A retórica da intransigência* é aquele em que o autor trata da retórica progressista e denomina-se: “Da retórica reacionária à retórica progressista”.

Um dos objetivos deste capítulo foi examinar, a partir da tipologia criada por Hirschman, a retórica acadêmica progressista sobre as políticas de ação afirmativa, da mesma forma que a retórica conservadora foi explorada no capítulo anterior. Nesse sentido, pode-se, inclusive, verificar o que é possível aprender com os erros da retórica progressista por ele investigada. O autor concede então alguns conselhos aos progressistas e/ou reformistas.

O primeiro deles adverte que os propositores e/ou defensores de políticas reformistas devem ter conhecimento dos argumentos conservadores mais importantes e, de certo modo, levá-los a sério. O autor alerta que sondagens à procura de objeções quando políticas públicas são implantadas são bastante comuns atualmente. Os reformistas, portanto, devem estar atentos a possíveis efeitos danosos de determinadas políticas. No entanto, não devem eles próprios se transformar em procuradores incansáveis de efeitos perversos, porque podem ficar pouco alertas para alguns obstáculos recém-surgidos.

O segundo diz respeito ao fato de os reformistas se absterem de afirmar que se uma determinada reforma não for adotada poderá ocorrer algum desastre. De acordo com o autor, desde o colapso do comunismo esse tipo de argumento deixou de ser persuasivo.

Por fim, um último conselho se refere à tese da sinergia, segundo a qual não existem conflitos entre diferentes tipos de reformas, pois se acredita que as reformas apóiam-se umas às outras. Na interpretação de Hirschman, essa tese, no mínimo, desconsidera o alto grau de complexidade das sociedades contemporâneas.

Após a retomada das contrapartidas às teses conservadoras e de sua correlação com o discurso progressista a respeito das ações afirmativas, serão realizadas algumas considerações finais a respeito desse debate que tem mobilizado intensamente a comunidade acadêmica brasileira.

6 CONCLUSÃO

No prefácio de seu livro, Hirschman (1992, p. 10) conta uma história sobre como as sociedades democráticas podem chegar ao ponto de que grupos com opiniões diferentes se fechem até que em um determinado momento cada grupo pergunta acerca do outro: “Como foi que eles chegaram a ser assim”. É justamente com essa incompatibilidade de posições que se está lidando e, mesmo em uma sociedade democrática, ela não é fácil de resolver.

A discussão sobre a implementação de cotas no Brasil provocou uma polêmica que desafiou de forma inusitada o campo acadêmico. Daí a necessidade de compreender melhor o funcionamento desse campo e a posição dos agentes que dele fazem parte. Apesar do campo científico possuir determinado grau de autonomia, percebe-se que as questões políticas o afetam diretamente, o que se torna ainda mais evidente nas ciências sociais. Intelectuais e cientistas utilizam-se da retórica como uma forma discursiva de obter a adesão e o convencimento de diversos tipos de auditórios especializados ou não.

No campo acadêmico brasileiro convivem pelos menos dois tipos de retórica a respeito das ações afirmativas: uma retórica conservadora que vê essas políticas como instrumentos que visam racializar a sociedade e provocar conflitos entre os diferentes grupos; e uma retórica progressista que aposta nessas medidas como forma de conceder direitos a grupos até então subordinados no repertório da cidadania nacional.

Percebeu-se por meio desta pesquisa que os autores partidários das duas retóricas utilizaram seus argumentos tendo em vista diferentes auditórios. Apesar de haver uma disputa acadêmica em torno do tema, a discussão ultrapassou o espaço acadêmico e os intelectuais foram chamados a dar seus pareceres especializados em diversas instâncias da esfera pública, desde os meios de comunicação até às audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Daí a importância, conforme ressalta Canclini (2005), de analisar os discursos dos intelectuais a partir de diferentes lugares de enunciação.

Alguns elementos (*topoi*) presentes nas ciências sociais brasileiras reaparecem de forma enfática nesse debate. Partidários da retórica conservadora e da retórica progressista avaliam de maneira distinta a questão da raça, da mestiçagem e o ideário da formação nacional. Intelectuais contrários às cotas condenam de maneira contundente o

uso da categoria raça por representar tanto a retomada de um conceito prescrito pela biologia e pela antropologia quanto por estimular a essencialização de identidades. Cientistas sociais favoráveis às ações afirmativas avaliam que a utilização do conceito raça é necessária porque representa um signo pelo qual as pessoas se classificam e que possui um permanente trânsito social. Para eles o signo raça não pode ser tratado como inexistente, porque opera diariamente em processos classificatórios e discricionários. Se, conforme afirma Hofbauer (2006), o fato de afirmar que raça é uma construção social não purifica o conceito. Em complemento à sua interpretação, tratar o conceito como não existente também não elimina sua eficácia no mundo social.

Para os autores partidários da retórica conservadora a mestiçagem é um importante fator que favorece a integração nacional e que deve se preservar como uma característica que demarca a singularidade brasileira. Já os autores que compartilham da retórica progressista analisam a mestiçagem como uma teoria e uma ideologia que ajudou na formação do estado-nação brasileiro e, ao mesmo tempo, provocou a invisibilidade de grupos étnicos que permaneceram sem acesso aos principais direitos de cidadania. Foi possível observar, no terceiro e quarto capítulos, que a mestiçagem inicialmente apareceu como um problema para os intelectuais e os políticos do país, para depois ser transformada em uma retórica positiva que iria conferir identidade à nação. Atualmente esse é um tema central na controvérsia sobre as cotas, conforme comprovam as distintas análises da retórica conservadora e da retórica progressista.

A formação da nação também é narrada diferentemente pelos dois grupos. Aqueles que utilizam a retórica conservadora mantêm a crença de que o colonialismo português foi assimilacionista e não segregacionista – quando comparado ao inglês – e isso favoreceu que não fossem criados impedimentos legais para a ascensão e a integração dos negros na sociedade brasileira, além da não-generalização de conflitos entre negros e brancos. Os defensores da retórica progressista declaram que, apesar de não terem havido mecanismos legais de discriminação contra a população negra, no Brasil também se formaram ambientes segregados e um dos principais exemplos são as universidades.

O antagonismo entre a retórica conservadora e a retórica progressista foi representado por diversas teses e antíteses. No caso da retórica conservadora predominou a tese da ameaça, que prevê cenários assustadores para o Brasil caso as políticas de ação afirmativa se concretizem. De acordo com essas previsões, o país seria dividido entre negros e brancos, um Brasil racializado substituiria a nação morena tão

acalentada por Gilberto Freyre e seus seguidores. Quanto à retórica progressista, a tese que apareceu com maior frequência foi a da situação de crise desesperadora, apontada pela maioria dos autores, que faz referência à péssima situação social da população negra no país em relação à branca, especialmente quanto ao acesso ao ensino superior.

O problema é que não se encontram em jogo apenas opiniões diferentes sobre um assunto, mas o quanto essas opiniões afetam a possibilidade de efetiva aplicação de políticas sociais que atendam às demandas de determinados grupos. O debate travado entre os intelectuais não pode ser descolado de um forte movimento de resistência às ações afirmativas em várias esferas sociais, *versus* outro, de defesa contundente das cotas para estudantes negros, desenvolvido especialmente por setores da sociedade civil organizada. A maioria das universidades que adotou o sistema de cotas, especialmente para estudantes negros, enfrentou inúmeras ações judiciais propostas por instituições, estudantes que alegam terem sido prejudicados pela medida, procuradores etc. No caso da UFSC, ao menos 45 liminares contrárias ao sistema de cotas haviam sido ajuizadas até a finalização da pesquisa. O que esse cenário revela, além de uma resistência renhida de alguns setores da sociedade a essas políticas e, em contrapartida, sua defesa realizada por movimentos sociais e intelectuais, entre outros atores, é que o impasse está se desenvolvendo também no campo jurídico. São, portanto, as “narrativas mestras” da sociedade que estão sendo atingidas. O debate na esfera judicial pode obstruir ou promover as mudanças. O processo de transferência da disputa do campo político para o jurídico sinaliza a importância de reconhecimento legal como forma de dar um fim ao debate. Embora esse final possa ser infinitamente postergado por meio dos trâmites jurídicos.

Três importantes conclusões podem ser retiradas do embate entre os intelectuais brasileiros a respeito das ações afirmativas. Uma delas é que está ocorrendo uma cisão nas ciências sociais brasileiras, que indica uma forte disputa entre discursos díspares sobre a formação da nação, seus mitos integradores e as possibilidades práticas e teóricas para o futuro do país. Uma outra diz respeito ao papel do intelectual com referência às questões políticas e à adoção de políticas sociais. E, por fim, a terceira, é que a postura dos intelectuais contrários às cotas, muito mais que uma posição racista (afinal todos os autores que tratam do tema denominam-se anti-racistas) demonstra uma resistência à mudança da atual configuração do campo acadêmico brasileiro e sobre um ideário de nação e de suas implicações na implementação de determinadas políticas

públicas, como as cotas. É o medo (real ou imaginário) das “conseqüências involuntárias”, que caracteriza a rejeição às mudanças e consolida uma posição conservadora.

Em relação à primeira conclusão, a cisão das ciências sociais brasileiras torna-se explícita na classificação feita por Sérgio Costa (2006)¹. Para o autor, o anti-racismo no Brasil compreende principalmente duas posturas acadêmicas: aquela representada pelo que ele classifica de “estudos raciais” e, a outra, constituída pelos seus críticos, em sua maioria antropólogos. Apesar da interpretação de Costa ter servido como um ponto de partida para a classificação das principais posições dos intelectuais, ela não parece ser suficiente para explicar o que está acontecendo dentro do campo acadêmico, especialmente em relação às ciências sociais.

De acordo com a classificação proposta pelo autor, os “estudos raciais”, influenciados por pesquisadores norte-americanos e por brasileiros que estudaram nos Estados Unidos caracterizam-se pela centralidade conferida à categoria raça e pela adoção de uma perspectiva analítica que introduz o evolucionismo na análise comparativa entre a organização política dos negros no Brasil e nos Estados Unidos. Dessa forma, os padrões de relações entre brancos e negros no Brasil apareceriam como atrasados tanto cultural quanto cronologicamente em relação aos norte-americanos. Os principais instrumentos na luta anti-racista para os pesquisadores dos “estudos raciais” seriam, naturalmente, as ações afirmativas.

Os críticos aos “estudos raciais” se opõem à imagem de uma sociedade dividida entre brancos e negros, procuram mostrar que no Brasil predomina uma cultura inclusiva, além de uma história que tem por base a assimilação e não a segregação. Esses críticos concentram-se especialmente na antropologia e se opõem às ações afirmativas porque essas medidas, além de enfatizarem a consciência racial, desestabilizam a noção de uma cidadania universal que seria a melhor referência à integração dos brasileiros.

A análise de Costa (2006) possui pelos menos dois pontos questionáveis. Em primeiro lugar, ele não chega a nominar exatamente os autores dos estudos raciais. Ele cita alguns pesquisadores norte-americanos² e outros brasileiros³ que realizaram estudos

¹ Verificar uma outra classificação proposta pelo autor na Introdução.

² Hanchard (1994) e French (2000).

³ SOARES, José F.; ALVES, M. Teresa G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Educação & Pesquisa*, vol. 29, n. 01, 2003. E: OLIVEIRA, Dijaci D, de; SANTOS, Ricardo B. A cor do medo: o medo da cor. In: OLIVEIRA, Dijaci (org.). *A cor do medo*. Goiânia: Editora UFG, 1998.

sobre as desigualdades étnico-raciais, mas não chega a demarcar as suas áreas específicas de estudos. Por isso a análise que realiza é muito generalista no que se refere a três pontos por ele destacados: uso que se faz da categoria raça, a influência do padrão norte-americano e a leitura evolucionista que compara a organização do movimento negro no Brasil e nos Estados Unidos.

O outro ponto questionável é em relação aos críticos aos “estudos raciais”, pois o autor, apesar de concentrar seus exemplos na antropologia, citando autores como Peter Fry e Yvonne Maggie, entre outros, desconsidera as contribuições de importantes antropólogos como José Jorge de Carvalho, Rita Segato e José Carlos dos Anjos, que elaboraram análises completamente distintas daquelas citadas por Costa. A impressão deixada pela leitura de Costa é que a antropologia como um todo tem a mesma avaliação sobre as melhores formas de combate ao racismo e sobre o modo como se estabelecem as relações étnico-raciais no Brasil⁴. O que está acontecendo é que estudiosos como Costa e Hofbauer privilegiam determinados autores e opiniões dentro da antropologia, desconsiderando outros.

Ainda em relação ao processo de ruptura na academia brasileira, pode-se afirmar, junto com Bourdieu (2003), que nas ciências sociais está havendo uma disputa entre aqueles que aspiram a manutenção das “estratégias de conservação” com a finalidade de perpetuar a ordem científica da forma como ela se encontra e aqueles que se orientam por “estratégias de subversão”. Bourdieu denomina esses dois grupos – que concorrem em um campo de luta desigual – de “dominantes” e “novatos”. Talvez não seja essa a denominação adequada para o caso aqui tratado, mas é possível constatar que está havendo um rompimento explícito com discursos de autores clássicos do pensamento social brasileiro que pensava-se que estavam consolidados. A recorrência a matrizes teóricas que enfatizam a mestiçagem, a afetividade nas relações sociais e a exaltação do equilíbrio entre diferentes estão definitivamente sendo colocados à prova. Tais discursos

⁴ Um artigo de Reinaldo Azevedo, publicado na edição de 5 de novembro de 2007 da revista *Veja*, classifica um tipo de antropologia, defensora da “cultura de periferia”, de “antropologia da maldade”. Sem citar nomes de qualquer antropólogo o autor desqualifica a antropologia que se preocupa com o “outro”, especialmente os favelados, os pobres e os indígenas, designados pelo autor por gente “sem fé, sem lei e sem rei”, sem esperança, sem estado e sem governo” (2007, p. 117). Os valores do morro e da periferia, na interpretação de Azevedo, não passam de “manifestação de uma utopia regressiva” (AZEVEDO, 2007, p. 117). Novamente é ressaltada na matéria a tese da ameaça, de que estamos diante de um novo *apartheid* criado pelos antropólogos da maldade. Possivelmente os antropólogos aos quais o autor faz referência sejam àqueles não citados por Sérgio Costa, que defendem a implementação de ações afirmativas para as populações indígenas e negras no Brasil.

estão sendo desestabilizados e em seu lugar surgem novas interpretações, possivelmente provenientes de uma “ordem científica herética” que rompeu com acordos tacitamente aceitos no campo científico até então. É exatamente esse golpe de força que se encontra em andamento e que afeta não apenas o ambiente acadêmico, mas se expande para outros domínios.

Alguns autores questionam e, outros, até mesmo “lamentam” (Hofbauer, 2006), o recrudescimento de posições entre os contrários ou os favoráveis às ações afirmativas. Ou, se quisermos utilizar as palavras do autor, a divisão entre uma posição que defende um “ethos” singular próprio aos brasileiros e, uma outra, que defende a demarcação de identidades específicas. Seria mais proveitoso, se seguirmos os conselhos de Schwarcz (2005/2006), ao invés de ficar discutindo entre o sim e o não, apelar para o talvez e, ainda, conforme sugere a autora, por meio de Deleuze, é melhor ficar com algumas dúvidas do que com um monte de certezas. Sérgio Costa (2006) é outro autor que reclama de um posicionamento da sociologia que ultrapasse a dicotomia citada por ele e por Hofbauer. O que esses autores não questionam é justamente o fato de por que se instalou essa divisão nas ciências sociais brasileiras

Foi possível demonstrar por meio desta pesquisa que os posicionamentos já existem, inclusive foram elaborados dois manifestos demarcando duas posições antagônicas que foram aqui denominadas de retórica conservadora e de retórica progressista. O que pode ser inquirido é sobre onde pode ser encontrada a posição requerida por Costa, que tem o poder de ultrapassar as dicotomias e estabelecer alguma forma de “verdade”? Parece que os autores que criticam a divisão estabelecida no campo acadêmico desejam evitar uma discussão ou a tomada de uma posição que está acontecendo em diferentes lugares da sociedade. Talvez a reflexão mais importante a ser feita seja sobre o futuro das ciências sociais no Brasil. O que está explícito nessa cisão das ciências sociais é que há projetos antagônicos de futuro para o país que avaliam a questão da diversidade de forma diferenciada. E, mais uma vez, as ciências sociais têm um papel fundamental em relação a esses projetos, quer os cientistas sociais queiram ou não.

Pode-se responder a esses questionamentos afirmando, segundo os termos de Bourdieu (2004), que está ocorrendo uma luta pelo poder de impor no interior do campo científico brasileiro, especialmente no das ciências sociais, uma nova definição de ciência e do que seja científico. Nesse sentido, são utilizadas estratégias diferentes pelos dois

grupos em disputa. Enquanto os partidários da retórica conservadora partem da posição de uma ausência de ponto de vista, visando uma pretensa objetividade, ou seja, uma atitude de distanciamento e de uma preservada neutralidade; os autores que compartilham da retórica progressista não disfarçam seu engajamento político e sua aliança com setores organizados da sociedade civil, como as organizações do movimento negro.

Quanto à segunda conclusão, o que se destaca é uma antiga discussão a respeito do papel dos intelectuais e de sua relação com a política. Pôde-se observar no segundo capítulo que a intelectualidade brasileira sempre se posicionou em relação aos temas importantes relacionados aos rumos do país. E isso mais uma vez é confirmado. Porém, a forma como esses posicionamentos estão sendo assumidos pelos estudiosos partidários das duas retóricas é diferente. No caso da retórica conservadora é mantida uma estratégia discursiva que disfarça os comprometicimentos políticos, aquilo que Bourdieu denomina de uma posição “desinteressada”, o “interesse no desinteresse”. Já no caso da retórica progressista o caráter político da discussão é a todo o momento resgatado. Presume-se portanto que há pelos menos duas concepções de ciência defendidas pelos dois grupos.

Uma delas, relacionada à retórica conservadora, parte do pressuposto de que a racionalidade científica ainda pode regular a sociedade a partir de seus princípios cognitivos, sem levar em conta o que pensam os diferentes auditórios afetados pelas suas formas de racionalidade. Conforme Boaventura Santos (2000, p. 84): “a consagração da ciência moderna nestes últimos quatrocentos anos naturalizou a explicação do real, a ponto de não o podermos conceber senão nos termos por ela propostos”. A outra perspectiva, adotada pelos intelectuais que compartilham a retórica progressista, parte da prerrogativa de que a ciência deve executar uma transição paradigmática que vise a construção daquilo que Santos denomina de “conhecimento-emancipação”, o qual deve ser elaborado a partir de tradições até então marginalizadas da ciência moderna ocidental. Nesse sentido, o autor sugere que a retórica pela qual o campo científico se comunica com seus auditórios deve ser radicalmente reconstruída. Nessa “novíssima retórica” o que deverá ser intensificado é, especificamente, sua dimensão “dialógica”. A polaridade existente entre o orador e o auditório deve transformar-se em uma seqüência de posições em que possam efetivamente ocorrer trocas recíprocas. O resultado dessa transformação será um processo de “intercâmbio

argumentativo verdadeiramente inacabado” (Santos, 2000, p. 105), visto que, tanto o orador pode transformar-se em auditório, quanto o auditório em orador. Nesse caso, o convencimento será sempre “contingente” e “reversível”.

Em relação à terceira conclusão, que aborda a resistência de uns intelectuais ou o apoio de outros à adoção de políticas de ação afirmativa, pode-se afirmar que ela está relacionada à forma pela qual trata-se a questão racial na academia. Conforme comprova Carvalho (2005/2006), essa questão é invariavelmente postergada nas discussões, silenciada e, muitas vezes, quando o tema aparece se instaura uma censura discursiva ou um disfarce para que posicionamentos claros sejam evitados e para que a tensão não venha à tona. A temática racial não é bem-vinda e quando discutida é preferível que se faça referência à realidade além dos muros universitários. O problema da não-modificação do ambiente acadêmico brasileiro e do não-tratamento adequado da discriminação racial é que permanecerá sendo reproduzido um *modus operandi* racista. O racismo aqui entendido não somente como aquele sistema que violenta e discrimina o outro, mas que mantém o privilégio de um grupo sobre o outro, indeterminadamente. Nesse sentido, a partir da análise de Bento (2002)⁵, a discriminação racial pode originar-se no desejo de manter determinados privilégios e não somente em processos que recorrem diretamente ao preconceito. Em relação à aplicação de cotas nas universidades, parece predominar a discriminação racial baseada no interesse com o objetivo de manter um privilégio, embora o preconceito esteja obviamente presente. A idéia recorrente é que as vagas universitárias já estão pré-estabelecidas, principalmente naqueles cursos considerados de alto prestígio, para estudantes cujas famílias – de maioria branca e de classes sociais economicamente privilegiadas – têm como horizonte a formação dos filhos em universidades federais. O fato de se promover uma política de democratização das vagas para a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas e, principalmente, de estudantes negros e indígenas, provoca uma fissura em um círculo que há muito tempo se repete.

Hofbauer aconselha que não se devem desclassificar as vozes que previnem sobre o perigo da essencialização das identidades raciais, no caso da adoção das políticas de ação afirmativa. Mas pode-se inverter essa equação e questionar se não há problemas

⁵ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

em desqualificar e deslegitimar as vozes daqueles que desejam ver seus direitos reconhecidos. É repudiada a atitude que desconsidera os avisos de intelectuais especialistas no tema sobre a possibilidade de essencialização de identidades e, inclusive, do acirramento de conflitos raciais. No entanto, pode ser descaracterizada a reivindicação daqueles que enfrentam diariamente inúmeras formas de discriminação e opressão. A possibilidade de construção de uma retórica dialógica escapa a essa forma de interpretação. A carta aberta de Anjos (2007) aos professores e pesquisadores contrários à aprovação da política de cotas para a UFRGS responde com precisão a tais questionamentos:

Meu caro divino, mas de onde você está falando, cara-pálida? Que lugar inacessível é esse que te permite definir os objetos do meu mundo apesar de mim, os objetos do teu mundo apesar das tuas estatísticas? Como decides sem mim as fronteiras entre mim e ti, quando elas existem e quando não existem? O que te permite partir e repartir o mundo em crenças paranóicas e racistas de um conjunto de movimentos sociais negros e a verdade subjetiva de todo o resto supostamente não racializado? Apenas o olhar arrogante da tua bela ciência? O que te permite definir quando o que o “nativo” diz deve ser levado em conta e, sobretudo, quem é o “nativo” que merece teu crédito? Esse lugar de enunciação que supõe acesso tão privilegiado ao real, que vos permite dizer que não existe o racismo que sobre meu corpo insiste, não é o sinal mais flagrante de vossa branquitude?

O que as palavras de Anjos exprimem e o debate atualmente exige é o direito à escuta de grupos sociais marginalizados historicamente que estão solicitando sua presença na arena das lutas políticas, não apenas como espectadores. Esses novos sujeitos não visam atualizar o racismo ou racializar a sociedade, mas recusam-se a esquecer as marcas da exclusão. Essas marcas estão assinaladas prioritariamente pelo não acesso aos territórios e à escolaridade (Leite, 2007). Por outro lado, cada um envolvido nesse debate deve observar seu lugar de enunciação e responder por que um lugar deve ser mais reconhecido que o outro. Não podem ser utilizados critérios diferentes de legitimidade quando todos os atores, afinal de contas, participam na mesma luta política. A assimetria entre intelectuais/especialistas/cientistas e ativistas de movimentos sociais/comunidades quilombolas/estudantes negros permanecerá enquanto a fala dos primeiros for considerada superior à daqueles que não possuem o acesso às mesmas estratégias discursivas e retóricas marcadas pela crítica especializada e racional.

Apesar de já haver 51 universidades públicas que adotam medidas de ação afirmativa e da cisão ocorrida nas ciências sociais brasileiras, predomina ainda uma retórica conservadora a respeito do tema, que está disponível nos meios de comunicação, nas liminares judiciais propostas contras as cotas nas universidades, nas ações de inconstitucionalidade contra o Decreto 4887/03, que estabelece a demarcação de terras de comunidades quilombolas, nos discursos cotidianos de estudantes e professores universitários e no arcabouço retórico de parte da intelectualidade brasileira. No entanto, a retórica progressista encontra-se em expansão e, além de tornar possível a alteração de representações sobre as identidades sociais de sujeitos até então invisibilizados, permite que essas pessoas vislumbrem possibilidades mais justas de acesso às universidades. As transformações ocorridas no meio acadêmico afetam outros setores sociais e vice-versa. Se encontra em andamento uma mudança, ainda lenta, mais significativa, da realidade social e das formas de interpretá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABREU, Sérgio. *O direito à cultura como política de ação afirmativa*. Parte I. Disponível em: <http://br.achegas.net/numero/vinteeito/Sergio_abreu_28htm>, 2004.

ALMEIDA, Miguel Vale de. O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Miguel Vale de. *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Editora Celta, 2000.

ANJOS, José Carlos dos. *Carta aberta do professor José Carlos dos Anjos aos docentes contrários às políticas de ações afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://br.f624.mail.yahoo.com/ym/ShowLetter>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

• _____. O tribunal dos tribunais: onde se julgam aqueles que julgam raças. *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 232-236, jan. jun. 2005a.

_____. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005b.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza. Rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, vol.13, n.3, p. 704-719, 2005.

ARCUTI, Luciano e BOCA, Stefano. Posicionamentos políticos: racismo subtil e racismo flagrante na Itália. In: VALA, Jorge (org.). *Novos racismos. Perspectivas comparativas*. Portugal: Celta Editora, 1999.

As novas inflexões raciais no Brasil. *58ª Reunião Anual da SBPC*. Transcrição integral da fita feita pela pesquisadora. Florianópolis, 01 jul. 2006.

Audiência pública organizada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa para discutir sobre os impactos e reflexos gerados na economia do Estado de Santa Catarina em virtude do impasse gerado pelos quilombos, 8 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov/taquigrafiacomissoes/integra.php>>. Acesso em: 26 mar. 2007.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos?, *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 222-224, jan/jun., 2005.

_____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo, Annablume, 2004a.

_____. *Ant-racismo e seus paradoxos: reflexão sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004b.

BENJAMIN, César. Tortuosos caminhos. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BENTO, Mara Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Mara Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BASTOS, Elide Rugai. Paulo Augusto Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria Leão. A moralidade do compromisso. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria Leão (orgs.). *Intelectuais e política. A moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BINETTI, Saffo Testoni. Progresso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. O campo científico. In: Ortiz, R. (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Sobre a televisão*. Seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapa da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Mara Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Jorge de. Palestra preferida no Seminário: *Cotas e Ações Afirmativas na UFSC*, Florianópolis, 01 jun. 2006.

_____. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro, *Revista USP*, n. 68, dez. jan. fev 2005/2006.

_____. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005a.

_____. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso de cotas para negros na UNB. *Horizontes Antropológicos*, n. 23, 2005b.

_____. Ações afirmativas como base para uma aliança negro-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, Nilma LINO; Martins, Aracy Alves (orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. *Jornal do Commercio*. Recife, 15 mar. 2000.

CIÊNCIA HOJE. Ações afirmativas no Brasil: e agora doutor? vol. 33, n. 195, jul. 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; Lucie OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONTINS, Márcia; SANT'ANA, Luis Carlos. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n. 1, 1996.

COSER, Lewis A. Intelectuais. In: OUTWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Formas e dilemas do anti-racismo no Brasil. In: SILVA, J., SANTOS, M; RODRIGUES, I. (orgs.). *Crítica contemporânea*. São Paulo: Anablume, 2002a.

_____. A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, 2002b.

CROWTHER, Ian. Conservadorismo. In: OUTWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Dossiê Habermas. Inventores do Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, n.18, set. 1997.

DURHAM, Eunice. Problema de escolarização surge no ensino básico. *Folha de S.Paulo*, 28 jun. 2002.

_____. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 66, jul. 2003.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes, e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

FERES JÚNIOR, João. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2006.

_____. *Ação afirmativa no Brasil: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião doua*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional "Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós Durban", Brasília, 2005.

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. Ação afirmativa e Desenvolvimento. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2006.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória, *BIB*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 3-25, 1995,

FERREIRA, Renato e ANDRADE, Allyne. *Mapa das ações afirmativas no ensino superior*. Programa Políticas da Cor. Laboratório de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, out. 2006.

FIORENTINO, Manolo. Racismo se combate com polícia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2005.

_____. Da atualidade de Gilberto Freyre. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRENCH, John. Passos em falso da razão antiimperialista: Bourdieu, Wacquant, e o Orfeu e o Poder de Hanchard. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 97-140, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. São Paulo: Record, 30ª edição, 1995.

_____. *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora. 1ª edição, 1971, 2000.

FRY, Peter. Ciência social e política “racial” no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 180-187, dez./jan./fev., 2005/2006.

_____. Antropólogo defende cotas sociais. *O Liberal*, Belém, 10 jul. 2006.

_____. A feijoada mudou. *Folha de São Paulo*, 19 jun. 2005.

_____. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre a Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Política de alto risco. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2004.

_____. Introduzindo o racismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mar. 2003.

FRY, Peter e Yvonne Maggie. Política de alto risco. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun., 2004.

GARCIA, José M. González. Reflexiones sobre 'El pensamiento conservador' de Karl Mannheim, *REIS*, 62, p. 61-81, 1993.

GILROY, Paul. *Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.

GOÊS, José Roberto Pinto de. O racismo vira lei. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. São Paulo: Renovar, 2001.

_____. O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn Walker. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GRÁCIO, Rui. *Conseqüências da retórica*. Para uma revalorização do múltiplo e do controverso. São Paulo: Pé de Página Editores, 1998.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial, *Tempo Social* – revista de Sociologia da USP, vol.18, n.2, p. 269-287, nov. 2006a.

_____. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *58ª Reunião Anual da SBPC*. Transcrição da mesa redonda: As novas inflexões raciais no Brasil. Florianópolis, 01 jul. 2006b.

_____. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças, *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 215-217, jan/jun., 2005.

_____. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: FUSP/Ed. 34, 2002.

_____. Introdução. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

HALE, Charles R. Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala, *Journal Latin American Studies*, n. 34, p. 485-524, 2002.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder*. movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2. ed. 2005.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, dez. 1993.

HIRSCHMAN, Albert. O. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 42, jul. 1995.

_____. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Duzentos anos de retórica reacionária: o caso do efeito perverso, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, p. 102-119, mar. 1989,

HOBBSAWN, Eric. Identity Politics and the Left. *New Left Review*. Londres, n. 217, maio jun., p. 38-47, 1996,

HOFBAUER, Andréas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª ed., 1995.

HOOKER, Juliet. Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina, *Tempo Social* – revista de Sociologia da USP, vol. 18, n. 2, nov. 2006.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KYMLICKA, Will. *Ciudadanía multicultural: una teoría liberal de los derechos de las minorías*. Barcelona: Paidós, 1996.

KROPF, Simone Petraglia; FERREIRA, Luiz Otávio. A prática da ciência: uma etnografia do laboratório. *Livros e redes*, fev. 1998.

LACEY, Hugh. A ciência e o bem-estar humano: para uma nova maneira de estruturar a actividade científica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2006.

LAPEYRONNIE, Didier. Pode existir uma política anti-racista? In: WIEVIORKA, Michel (org.). *Racismo e modernidade*. Portugal: Bertrand Editora, 1995.

LATOUR, Bruno. Se falarmos um pouco de política? *Política e sociedade*, n. 04, abr. 2004.

_____. Entrevista concedida a Rafael Cariello. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 ago. 2004.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. *Paper*, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Textos e Debates* – NUER, n. 7, 2000.

LEITE, Boaventura Ilka. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Boaventura Ilka (org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

L'ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lígia. *Antropologia, Império e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, vol. 18, n. 50, 2004.

_____. *Racismo e anti-racismo em escolas cariocas*. Disponível em: <<http://www.observa.ifcs.ufrj.br/index.htm>>. Acessado em: 11 fev. 2007.

_____. Estatuto criaria “racismo de Estado”, diz antropóloga. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2006.

_____. Critério da UnB é estarrecedor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2004.

MAGNOLI, Demétrio. Desiguais perante a lei. *Revista Pangea*, março, 2003.

_____. *Audiência pública na Câmara dos Deputados para a discussão da reserva de vagas no ensino público superior federal*. Gravação em fita VHS. 25 abr. 2006.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais. Os “olhos da sociedade” e os usos e abusos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, n. 23, jan. jun., 2005.

Manifesto *Em favor da lei de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*. 03 jun. 2006.

Manifesto. *Todos têm direitos iguais na República Democrática*. 29 maio 2006.

MANNHEIM, Karl. *Ensayos sobre Sociología e Psicología Social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1963.

MARCON, Frank. *Diálogos Transatlânticos: identidade e nação entre Brasil e Angola*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

MARQUES, João Filipe. O estilhaçar do espelho: da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia*, n. 5, 1995.

MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdez. O culturalismo nos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: CHOR MAIO, Marcos; VENTURA, Ricardo. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O pomo da discórdia. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Sergio da Silva. Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil, *Estudos Feministas*, vol. 4, n. 1, 1996.

MATTEDI, Marcos Antônio. Dilemas da simetria entre contexto social e auto-conhecimento: a redefinição das modalidades de abordagem sociológica do problema do conhecimento, *Política e Sociedade*, vol.1, n.4, p. 41-79, 2004.

MENESES, Maria Paula. Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004

MENEZES, Paulo Lucena de. *A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

MIRANDA, José Carlos. Um estatuto para dividir e cotas para iludir. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOMBELLI, Raquel. Relatórios Antropológicos: Invernada dos Negros. Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas, *Boletim Informativo NUER*, Florianópolis, vol. 03, n. 03, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASSIF, Luis. As cotas raciais na universidade. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NIETZSCHE, F. Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral. In: *Os Pensadores*, São Paulo, 1974. .

NORVELL, John. A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ORTIZ, Renato. Introdução: a porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais. In: ORTIZ, Renato (org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

ORTIZ, Renato. *Ciências sociais e trabalho intelectual*. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

OUTWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PAIXÃO, Marcelo. *Manifesto anti-racista*. Idéias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: Editoria DP&A, 2006.

PASQUINO, Gianfranco. Conflito. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, João Baptista Borges. *Estudos antropológicos e sociológicos do negro no Brasil: aspectos históricos e tendências atuais*. São Paulo: EDUSP, 1981.

PERELMAN, Chaïm; Lucie OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PHILLIPS, Anne. Recognition and the struggle for political voice. In: HOBSON, Barbara (ed.). *Recognition struggles and social movements: contested identities, agency and power*. Cambridge University Press, 2003.

PLANT, Raymond. Comentário: cidadania e mudança política. In: MILIBAND, David (org.). *Reinventando a esquerda*. São Paulo: UNESP, p. 109-115, 1997.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução. *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Ana Elisa de Carli. Percepções e representações da mídia impressa quanto ao debate da ação afirmativa e das cotas para a população negra no Brasil. *Anais do II Seminário Nacional: Movimentos sociais, participação e democracia*. Florianópolis, 2007.

SANTOS, Ana Elisa de Carli. Ação afirmativa e cotas: um percurso pela imprensa brasileira (de 1995 a 2002). *Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais*. Universidade Federal de São Carlos, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De armadilhas, convicções e dissensões: as relações raciais como efeito Orloff. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 167-187, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular pra negros e carentes. In: SANTOS, Renato Emerson dos, LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SARTRE, Jean Paul. Os tempos modernos – apresentação. In: Elide Rugai; RÊGO, Walquíria Leão (orgs.). *Intelectuais e política. A moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCWARCZ, Lilia Moritz. Na boca do furacão, *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 6-9, dez. jan. fev. 2005/ 2006.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições sociais e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 5ª reimpressão, 2004.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. In: AMARAL, Jr. Aécio; BURITY, Joanildo de A. (orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, p. 215-235, 2006.

_____. Transcrição da fita da qualificação do projeto de mestrado de Ernandes Barboza Melchior: *Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Sob orientação da professora Drª Wivian Weller no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), 2005.

_____. Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito. *Horizontes Antropológicos*, nº 23, p. 273-282, jan. jun. 2005.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 76-87, dez. jan. fev. 2005/2006.

SERBENA, Cesar Antonio. A nova retórica de Chaïm Perelman, *Crítica Jurídica*, v. 1, n. 17, p. 193-199, 2000.

SEYFERTH, Giralda. A construção da nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico/93*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SILVA, Dimas Salustiano. Apontamentos para compreender a origem e a proposta de regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. *Boletim Informativo NUER*, vol. 1, n. 1, 1997.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn Walker. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Ricardo. Sociologia Política e ideologia autoritária. *Política e Sociedade*, n. 1, set., 2002.

SIMMEL, Georg. In: Evaristo de Moraes Filho (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SKIDMORE, Thomas. Racial ideas and social policy in Brazil 1870-1940. In: GRAHAM, Richard. *The Idea of race in Latin América, 1870-1940*. Austin: University of Texas Press, 1990.

SORJ, Bernardo. Memória, vitimização e o futuro do Brasil. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SORJ, Bila; MIRANDA, José Carlos; MAGGIE, Yvonne. Preâmbulo. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

STENGERS, Isabelle. Para além da grande separação, tornamo-nos civilizados? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

TAGUIEFF, Pierre André. *O racismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TAGUIEFF, Pierre André. O anti-racismo em crise. Elementos duma crítica reformista. In: WIEVIORKA, Michel (org.). *Racismo e modernidade*. Portugal: Bertrand Editora, 1995.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Ford Foudation, 2003.

TOHMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 1995.

VAN COTT, Dona Lee. A political analysis of legal pluralism in Bolivia and Colombia, *Journal Latin American Studies*, n. 32, p. 207-234, 2000.

VERDERY, Katherine. Etnicidade, nacionalismo e a formação do Estado – Ethnic Groups and Boudaries: passado e futuro. In: VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora (orgs.). *Antropologia da etnicidade: para além de Ethnic Groups and Boudaries*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

VIANNA, Hermano. Mestiçagem fora de lugar, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2004.

WADE, Peter. Rethinking *mestizaje*: ideology and lived experience, *Journal Latin American Studies*, v. 37, p. 239-257, 2005.

WADE, Peter. *Blackness and race mixture*: the dynamics of racial identity in Colombia. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.

WAGNER, Peter. Sobre guerras e revoluções. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: 'Um discurso sobre as ciências' revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

WALTERS, Ronald. O princípio da ação afirmativa e o progresso racial nos Estados Unidos, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 28, out., 1995.

Weber, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 1. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 2001.

Weber, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 2. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 2001.

WIEVIORKA, Michel. Conclusão: anti-racismo, democracia e identidades. In: WIEVIORKA, Michel (org.). *Racismo e modernidade. Portugal*: Bertrand Editora, 1995.

_____. Introdução. In: WIEVIORKA, Michel (org.). *Racismo e modernidade. Portugal*: Bertrand Editora, 1995.

ZARUR, George. Aprendizes de feiticeiro. . In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas*: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.